

Juventude.br

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE – CEMI / 19ª EDIÇÃO – ANO 16 – JAN/JUN DE 2021 / ISSN 1809-9564

AS JUVENTUDES COMO SUJEITOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

- JUVENTUDES
- PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
- DEMOCRACIA NO BRASIL



CEMJ
37
ANOS

O CEMJ está recuperando e organizando o acervo documental da produção cultural e política da Juventude Brasileira, a fim de disponibilizá-lo para pesquisas sobre Juventude e Organizações Juvenis. Atualmente não há no Brasil outras instituições que reúnam documentos exclusivamente de juventude.

Ajude o CEMJ a preservar a Memória da Juventude doando qualquer valor.



Chave PIX CNPJ:
56.096.092/0001-00



Juventude.Br - ISSN 1809-9564

Publicação científica do Centro de Estudos e Memória da Juventude
- CEMJ. 19ª Edição - Ano 16 - Janeiro / Junho de 2021. (70 páginas).
Versão on line: juventudebr.emnuvens.com.br

EDITOR

Alexsandro do Nascimento Santos

EDITOR ASSISTENTE

Euzébio Jorge Silveira de Sousa

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Andrey Leitão

COMITÊ EDITORIAL

Alexsandro do Nascimento Santos
Euzébio Jorge Silveira de Sousa
Elisângela Lizardo de Oliveira
Karen Regina Castelli

EQUIPE DE APOIO

Aline de Sousa Lima
Ergon Cugler de Moraes Silva
Luana Meneguelli Bonone
Marcos Paulo Silva de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Elisa Guaraná de Castro (UFRRJ)
Euzébio Jorge Silveira de Sousa (FEA-USP)
Fábio Palácio de Azevedo (UFMA)
Flávio Sofiatí (UFG)
Marcio Pochmann (Unicamp)
Maria Elena de Oliva Augusto (USP)
Mary Garcia Castro (UFBA)
Miriam Abramovay (Flacso)

PARECERISTAS DA 19ª EDIÇÃO

Alexsandro do Nascimento Santos
Elisângela Lizardo de Oliveira
Euzébio Jorge Silveira de Sousa
Humberto Dantas
Karen Regina Castelli
Luana Meneguelli Bonone

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ

Alexsandro do Nascimento Santos
Aline de Sousa Lima
Alonso Nunes Coelho
Ana Clara Tonobohn Siraque
André Pereira Reinert Tokarski
Bruno Sanches Baronetti
Charley dos Santos Luz
Elisângela Lizardo de Oliveira
Ericleiton Emídio Matias
Euzébio Jorge Silveira de Sousa
Ismael Almeida Chaves
Karen Regina Castelli
Larissa Miho Nishijima
Lauri Roberto Pereira Castro
Luiza de Almeida Bezerra
Marcelo Mariqliani Arias
Marcos Paulo Silva de Jesus
Maria Cecília Martinez
Nayara Aparecida Souza
Renata Rosa de Souza Cândido
Roberta Soeiro de Moraes Souza

DIRETORIA EXECUTIVA DO CEMJ

Presidente: Euzébio Jorge Silveira de Sousa
Diretora de Planejamento e Patrimônio: Karen Regina Castelli
Secretário Geral: Marcos Paulo Silva de Jesus
Diretora de Políticas Públicas: Maria Cecília Martinez
Diretora de Memória: Aline de Sousa Lima
Diretora de Atividades Educativas e Esportivas: Nayara Aparecida Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas: Alexsandro do Nascimento Santos
Diretor de Cultura: Bruno Sanches Baronetti
Diretor de Comunicação: Marcelo Mariqliani Arias

CONTEÚDO

05. AS JUVENTUDES COMO SUJEITOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: PERSPECTIVAS CRÍTICO-ESPERANÇOSAS (Alexsandro do Nascimento Santos; Euzébio Jorge Silveira de Sousa)

07. INCENTIVOS E BARREIRAS AO INGRESSO DO JOVEM NA POLÍTICA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA (Daniel Moraes Pinheiro ; Gisela Rabelo Farias)

16. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE DO SUL DO BRASIL: UM PERFIL DO JOVEM PARTICIPATIVO (Jennifer Azambuja de Moraes; Felipe Silva Milanezi; Caroline Oliveira Neves de Lima)

25. APEGO A VALORES DEMOCRÁTICOS - QUAL A DISTÂNCIA ENTRE OS JOVENS QUE PROCURAM AÇÕES DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E AQUELES QUE SÃO ENCONTRADOS POR ALGO DESSE TIPO? (Humberto Dantas; Tiago Valêncio de Melo)

31. DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DE JUVENTUDES PARTIDÁRIAS (Priscila Schmitz)

39. RENOVAÇÃO POLÍTICA? A PRESENÇA DA JUVENTUDE NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS ENTRE 2010 E 2020 (Bruno Dias P. de Andrade; Joyce Luz)

52. A INTERAÇÃO DE ESTUDANTES COM POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DA AUDITORIA CÍVICA EM ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS (Isabela Almeida; Maria Barretos; Marjorie Lynn; Gabriel Madeira)

57. O PAPEL DA(O) MESÁRIA(O) NA DEMOCRACIA BRASILEIRA E A PARTICIPAÇÃO DA(O) JOVEM NAS ELEIÇÕES (Luna Chino; Mariucha de Souza)

65. O CONVITE DOS JOVENS A UM TERRITÓRIO POLIFÔNICO (Débora Pontalti; Lia Salomão)

AS JUVENTUDES COMO SUJEITOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: PERSPECTIVAS CRÍTICO-ESPERANÇOSAS

*Alexsandro do Nascimento Santos
Euzébio Jorge Silveira de Sousa*

A 19ª Edição da Revista Juventude.br é publicada no período de maior instabilidade política desde a redemocratização do país, o que torna urgente o debate sobre o lugar, a representatividade, a agência e a participação política das juventudes no arranjo democrático brasileiro presente e nas disputas em torno da (re)pactuação da agenda de cidadania e de democracia para os próximos anos.

A crise econômica, que gerou em 2021 mais de 14 milhões de desempregados, inflação de 10,74% e 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, tem contribuído para o aprofundamento da instabilidade política e para propagar alternativas autoritárias e que aprofundam a exclusão social. A citada crise começa a gerar efeitos sobre o mercado de trabalho ainda em 2015, mas ganha maior profundidade a partir da Pandemia de COVID19. A má gestão da pandemia por parte do Governo Bolsonaro se expressa em múltiplas dimensões, atribuindo ao Brasil o título de país com pior gestão da pandemia no mundo, o que gerou mais de 616 mil mortes.

Enquanto distintos países do mundo, inclusive na América Latina, durante a pandemia ampliaram o aparato de proteção social, garantia dos empregos e manutenção da renda, o governo brasileiro, guiado por medidas negacionistas disseminou notícias falsas, produziu e distribuiu medicamentos ineficazes, aprovou reformas que flexibilizam as relações de trabalho e acabou com políticas públicas imprescindíveis à superação da crise (como o Bolsa-família).

A rota de gestão pública e de trato institucional da crise sanitária, econômica e social revelou-se descompromissada com a vida, manejando os recursos disponíveis na estrutura do Estado na contramão das necessidades básicas de sobrevivência da população e impondo aos mais vulneráveis sistemas de morte e vulnerabilidade.

Os elementos deletérios da conjuntura pandêmica se associaram a uma dinâmica anterior de recessão democrática (ver, por exemplo: FREEDOM, 2018; LEVITSKY E ZIBLAT, 2018; RUNCIMAN, 2018) de dimensões globais, e que vinha sendo identificada e analisada como um momento agudo de desilusão com a democracia liberal em seu formato hegemônico no Ocidente.

Nesse cenário, as juventudes são profundamente afetadas tanto no que diz respeito às condições materiais da chamada moratória psicossocial que sustenta o pacto intergeracional (KRAUSKOPF, 2004) quanto naquilo que diz respeito às expectativas e apostas que os jovens são convidados a fazer em relação ao presente e no futuro da democracia brasileira.

A defesa da democracia e a crença de que ela era uma condição fundamental para a produção de uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais desenvolvida manteve-se uma pauta estruturante para as organizações e movimentos de juventude no Brasil desde, pelo menos, a segunda metade do século XX. Em torno desse núcleo, importantes iniciativas foram produzidas para ampliar, aprofundar e consolidar o reconhecimento de cada jovem como sujeito de direitos da cidadania e das juventudes como sujeitos coletivos do arranjo democrático brasileiro.

Todavia, o Golpe Parlamentar de 2016 explicitou os limites dessa construção, evidenciando o início de um ciclo político de retrocessos institucionais e civilizatórios. Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, a partir de 2018, houve um aprofundamento bastante denso dessa dinâmica de ruptura com a democracia, manifesta na defesa explícita de projetos autoritários alinhados a ultradireita no Brasil, na naturalização de discursos de ódio contra segmentos em condição de vulnerabilidade, no precário quadro econômico e na inércia do Estado frente à ampliação das desigualdades.

Tudo isso parece conformar um cenário distópico, avesso ao engajamento político e à ação criativa das juventudes brasileiras – o que poderia significar uma retração do ativismo e da vontade de democracia

O Dossiê que apresentamos nesta 19ª Edição da Revista Juventude.br intitulado “Juventudes, Participação Política e Democracia no Brasil”, pretende iluminar o avesso dessa narrativa. A aposta é na análise e sistematização de movimentos crítico-esperançosos em torno da participação política das juventudes como sujeitos da democracia brasileira.

O dossiê é composto por oito artigos organizados pelo Professor Humberto Dantas, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Os artigos buscaram articular atuação da Juventude em processos democráticos e em instâncias da democracia representativa e participativa.

O Artigo “Apego a valores democráticos - qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo?” de Humberto Dantas e Tiago Valêncio de Melo pesquisou a visão política de jovens adolescentes de 15 a 18 anos que participaram dos cursos de iniciação política da Fundação Konrad Adenauer na Grande São Paulo. Os autores concluem que o curso obteve êxito em ampliar o interesse pela participação política dos jovens. O artigo “O papel da(o) mesária(o) na democracia brasileira e a participação da(o) jovem nas eleições”, de Luna Chino e Mariucha de Souza analisou os dados de participação de jovens como mesários nas eleições municipais de 2020, tendo identificado que mais de 510 mil mesários possuíam entre 18 e 29 anos. As autoras identificam que, apesar de a participação voluntária não ser expressiva, a atuação dos jovens é imprescindível ao processo eleitoral.



O artigo “O convite dos jovens a um território polifônico”, de Débora Pontalti e Lia Salomão analisou a atuação de jovens em movimentos socioambientais, por meio do Programa Carta da Terra em Ação. O texto revela as dimensões plurais do engajamento das juventudes no cruzamento da agenda social com a agenda ambiental no Brasil.

Jennifer Azambuja de Moraes, Felipe Silva Milanezi e Caroline Oliveira Neves de Lima no artigo “Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo”, identificam, no engajamento e participação política dos jovens jovens que frequentam o ensino médio, indícios de uma inclinação político-ideológica em torno de agendas progressistas, mais comuns no campo da centro-esquerda.

Daniel Moraes Pinheiro e Gisela Rabelo Farias, no artigo “Incentivos e barreiras ao ingresso do jovem na política: uma discussão teórica”, buscaram identificar características e elementos que contribuem para o início da atuação política de jovens, apontando categorias como: “confiança, partidos, educação política, sociedade civil, ator político, espaços institucionais e mídia”. Já o artigo “Desafios e possibilidades para a formação política de juventudes partidárias” de Priscila Schmitz buscou responder o que é formação política partidária e como esta formação ocorre entre a juventude. A autora identificou que as estratégias de formação política dos partidos não possui a juventude como foco.

No Artigo “Renovação política? A presença da juventude nas eleições proporcionais entre 2010 e 2020”, de Bruno Dias P. de Andrade e Joyce Luz, utiliza dados do TSE para relacionar financiamento das candidaturas de jovens e sucesso eleitoral, a partir de recortes etários, de sexo e de orientação ideológica.

Isabela Almeida, Maria Barretos, Marjorie Lynn e Gabriel Madeira, buscam analisar como alunas e alunos interagem com políticas públicas, particularmente políticas públicas de educação a partir da experiência do programa de auditorias cívicas desenvolvido em escolas públicas do Estado de Goiás.

De maneira geral, em todos os esforços investigativos sistematizados no Dossiê, o que se enxerga é a combinação de uma denúncia dos limites críticos da experiência incompleta da democracia brasileira com o anúncio da persistência e da vontade democrática das juventudes. Algo que poderíamos nomear de uma perspectiva Crítico-Esperançosa para a nossa democracia, retomando o conceito cunhado pelo educador Paulo Freire.

Somos convidados a cantar, uma vez mais, com Tiago de Melo:

Faz escuro, mas eu canto!
Porque a manhã vai chegar.
Vem ver de perto, companheiro, vai ser lindo,
A cor do mundo mudar.
Vale a pena não dormir, para esperar
Porque a manhã vai chegar.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. (2018). How democracies die. New York: Broadway Books
- RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. São Paulo: Todavia, 2018.
- FREEDOM in the world 2018: democracy in crisis. Freedom House, Washington, 2018. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>. Acesso em: 10 maio 2019.
- KRAUSKOPF, Dina. Compresión de la juventud. El caso del concepto de moratória psicossocial. JOVENes. Revista de Estudios sobre la Juventud. Mexico, 2004, ano 8, n. 21, p. 26-39.

Incentivos e barreiras ao ingresso do jovem na política: uma discussão teórica

Daniel Moraes Pinheiro

Universidade do Estado de Santa Catarina
daniel.pinheiro@udesc.br

Gisela Rabelo Farias

Universidade do Estado de Santa Catarina
giselarabelofarias@gmail.com

RESUMO:

Este ensaio buscou evidenciar aspectos relacionados ao ingresso do jovem na política, dando destaque aos incentivos e barreiras identificados neste processo. O envolvimento dos cidadãos com a política é pressuposto da democracia. Sem ele, a democracia não se completa e, portanto, pode ser considerada meramente formal ou até ilegítima. No Brasil, o ambiente político tem se mostrado complexo, ora oscilando entre a participação e o protagonismo, ora pelo esfriamento e distanciamento destas questões. Os jovens representam importante parcela populacional e historicamente registram influência na política, tendo sido protagonistas de grandes movimentos sociais. A partir da experiência desenvolvida ao longo dos últimos anos na área de cultura e educação política, apresentamos algumas categorias que se relacionam aos incentivos e barreiras aos jovens na política: confiança, partidos, educação política, sociedade civil, ator político, espaços institucionais e mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política; Democracia; Juventude; Participação.



INTRODUÇÃO

A construção do que podemos chamar de “ambiente democrático” pressupõe a convergência de uma multiplicidade de fatores. Do ponto de vista institucional, deve-se compreender que os modelos burocráticos vigentes, quando se trata do olhar para o aparato estatal, não podem ser determinantes da ação política, pois a democracia exige, da ação estatal, a modernização de seus modelos de ação pública. Da mesma forma, espera-se da sociedade civil organizada o protagonismo na ação democrática, a partir do momento em que uma das exigências da democracia é a participação.

Nesse contexto, as organizações privadas, em um amplo sentido do termo, precisam compreender que, independentemente da forma com que se direcionam para a sociedade, seja com objetivos econômicos (empresas), seja por atuação de interesse individual ou como representantes da sociedade civil, também possuem perante a democracia um papel fundamental: agir dentro dos limites éticos e responsáveis, mas, sobretudo, não se ausentar do seu papel

político na construção de uma sociedade minimamente justa e com certo equilíbrio entre seus agentes.

Ainda do ponto de vista institucional, é preciso destacar que é comum a confusão entre o papel do Estado, o qual pela natureza de suas ações, pela incidência de seus resultados ou pela configuração de suas organizações, muitas vezes passa a ser compreendido como ação política. A relação entre a democracia e a burocracia (CASTOR, 2004) é percebida, especialmente, naqueles que não se engajam na ação política ou não enxergam seu papel ativo como cidadão. Dessa forma, o desinteresse na política (MARTINS JÚNIOR; DANTAS, 2004) desafia a democracia, especialmente, a delimitar a percepção de seus espaços e a educar o cidadão para o papel do Estado, diferenciando da política partidária e dos interesses privados.

Muito embora possamos reconhecer que as instituições são pilares fundamentais da democracia e de sua construção, é preciso destacar que a construção da cultura política, especialmente de uma cultura política participativa ou de um olhar para a construção de um

ambiente democrático, não depende apenas de regras ou da constituição das instituições ou do papel de agentes políticos em torno de cargos eletivos ou de partidos e bandeiras que defendem, sobretudo, sua ideologia e suas crenças. É preciso que a sociedade entenda que o protagonismo na política deve ser assumido por cada um e, portanto, é preciso que se haja condições de se estabelecer um conhecimento prévio, mínimo ao menos, sobre a própria democracia. Neste sentido, Baquero (2008) sugere que a compreensão de aspectos histórico-culturais e do próprio ser humano na sociedade é importante na edificação de uma cultura política de participação.

Moisés e Meneguello (2013, p. 46), ao discutir confiança política e democracia, lembra que as discussões empíricas sobre o tema pressupõem cinco níveis, que devem ser pesquisados separadamente: “a comunidade política per se, os princípios do regime democrático, o desempenho específico do regime, as instituições democráticas e os atores políticos”. Para este artigo, consideramos que, embora estejamos, em consonância com a premissa do autor, alinhados à necessidade de pesquisar de forma distinta cada um dos níveis, estamos abordando de forma separada a concepção do jovem como ator político.

Trataremos, aqui, de uma relação-transição do jovem, tanto como no primeiro nível abordado pelo autor, quanto de apoio difuso dos cidadãos – e aí, far-se-á importante considerar que esta relação, assim como para Moisés e Meneguello (2013), está relacionada com as concepções de capital social, confiança social e engajamento cívico –; como também estamos tratando da possibilidade de o jovem galgar a condição de ator político e, assim, observar que esta trajetória precisa estar em construção, ou seja, é uma trajetória em ação, aqui discutida sob o prisma teórico, especulando possibilidades em relação à sua construção.

A educação política surge como elemento fundamental (MARTINS JÚNIOR; DANTAS, 2004, p. 286) para a construção de uma sociedade democrática, a partir do momento em que sua premissa basilar consiste na ampliação do conhecimento acerca da política, do ambiente político – o que inclui suas instituições –, bem como do papel individual e do exercício pleno da cidadania, o que incorre na consciência plena acerca dos valores cívicos. Para que a democracia ultrapasse o aspecto meramente formal, é necessário que ela tenha legitimidade, o que, por sua vez, apenas é alcançado por meio de “envolvimento popular no processo de construção democrática” (BAQUERO, 2008, p. 381).

O processo de construção da consciência cívica deve, portanto, iniciar o mais cedo pos-

sível. É assim que, então, devemos olhar para a família e o processo educacional de base como indutores das primeiras formas de criação de valores para a política (TOMIZAKI; SILVA; CARVALHO-SILVA, 2016). Se esperamos jovens engajados na política, é preciso que essa construção se inicie o quanto antes, ainda no seio familiar. Ensinar a criança sobre seu papel na sociedade, seu lugar frente à direitos e deveres como cidadão, e prepará-la para, na escola, receber formalmente os conceitos e instituições que estimulem práticas democráticas, é fundamental para atribuir significado e valor e para ampliar o espaço de oportunidades de engajamento futuro na ação política.

Com uma base que fortalece a possibilidade de vir a, quando jovem, tomar consciência de seu papel na sociedade, é na juventude que observaremos se haverá espaço para este cidadão começar a se sentir pleno em sua ação política, pois é nesta fase que muitos dos valores aprendidos se concretizarão e, ao mesmo tempo, serão questionados e debatidos, com a entrada deste jovem na sociedade de forma plena e ativa, seja na constituição de sua própria família, na entrada no mercado de trabalho, seja na consolidação de suas atividades cívicas na reivindicação de seus direitos, seja na entrega relativa aos deveres para com o Estado.

O objetivo deste ensaio é destacar a importância da cultura política na construção de uma sociedade democrática, a partir do olhar para a juventude como ingressante na política, discutindo, a partir da teoria, elementos que possam se constituir como incentivos e barreiras para o ingresso do jovem na política.

CULTURA POLÍTICA E AMBIENTE POLÍTICO

Buscaremos apresentar, de forma suscinta, os elementos que formam o espaço da política e o que chamamos de cultura política. Em relação ao espaço da política, ou ao ambiente político, trata-se do ambiente de organização do poder (PESCHARD, 2019) onde se tomam as decisões acerca da vida social, do aparato público de suporte social e de bem-estar, e, sobretudo, do ambiente onde se constituem os elementos que definirão a vida pública e privada e a forma como se distribuem os bens na sociedade.

O termo cultura política foi criado na década de 60 pelos cientistas políticos Almond e Verba no sentido de evidenciar a dimensão subjetiva da política e analisa fenômenos políticos por meio de associação das abordagens sociológica, antropológica e psicológica (KUSCHNIR, 2007).

Especificamente, a antropologia da política, enquanto campo da ciência com um olhar para a prática da política, se dedica a investigar “o modo como os diferentes atores sociais vivem e experimentam a política, interagindo e atribuindo significado aos objetos e ações relacionados a esse mundo” (FIORAVANTI, 2019, p. 36). Assim, é preciso entender, pelo olhar antropológico, que há um aspecto tanto relacional como experiencial na constituição e socialização do comportamento político, definido por Castro (2009, p.479) como sendo “o processo de preparação do jovem para assumir seu lugar ulterior de cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos”. Ao trabalhar o conceito de Cultura Política, Karina Kuschnir (2007) evidencia que o processo de socialização é determinante no comportamento político e que as decisões políticas de cada indivíduo são influenciadas por diferentes questões subjetivas.

Além de ser um processo construído a partir das instituições, que, como se vê, acabam por moldar certos comportamentos, crenças, práticas, e valores, é preciso remarcar que a cultura política tem um papel fundamental na construção da sociedade quando falamos da democracia (PESCHARD, 2019). Neste ambiente, há uma construção histórico-social de elementos que dão suporte tanto às visões sobre o poder quanto aos valores que permitem a sociedade enxergar, de uma determinada maneira, as ações políticas e, da mesma forma, se comportarem e reagirem a estas práticas: “a cultura é vista como um comportamento influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas” (LOPES, 2004, p. 167).

Nota-se que a compreensão da cultura política é valorosa para entendermos a construção de valores e crenças na sociedade, tanto a partir do olhar do comportamento individual, bem como a partir da forma como se olha para o ambiente político e os padrões impressos pelas instituições políticas, ou aquelas que giram em torno do ambiente político. Os estudos de cultura política se voltam, portanto, para a compreensão do espaço da vida política. Como ressalta Peschard (2019, p. 20, tradução livre), “[...] A noção de cultura política é tão antiga quanto a reflexão sobre a vida política de uma comunidade. Para referir-se ao que hoje chamamos de cultura política, fala-se de personalidade, temperamento, costumes, caráter nacional ou consciência coletiva, abarcando sempre as dimensões subjetivas dos fenômenos sociais e políticos”. Assim, percebe-se que cultura política abarca uma série de noções que podem ser exploradas nos estudos, em

sua totalidade, ou a partir de algumas linhas, específicas, acerca da vida política.

Outro aspecto importante para tratar de cultura política é ter bem delineadas as questões relativas ao “quando” e “onde”. Neste sentido, cabe à construção da concepção de cultura política um caráter histórico. Não há como separar a cultura política do contexto no qual se insere nem da construção histórica do contexto social. Ou seja, é preciso compreender qual é o tempo e qual é o espaço em que a cultura política é analisada. Sendo assim, é crucial conhecer a formação histórica do país e que pessoas ocupam aquele espaço. Com relação ao Brasil, a cultura política é permeada por aspectos relacionados à maneira como se deu sua formação histórica e pela maneira com que as pessoas que compõem esse espaço agem.

Além disso, é preciso também considerar o elemento institucional não como fim, mas a partir do olhar dos cidadãos. Assim, relação entre cidadãos e instituições faz parte da cultura política. Baquero (2008, p. 395) destaca que

[...] é possível argumentar que existe uma relação causal recíproca permanente entre instituições deficientes que não produzem cidadãos com predisposições democráticas e estes, por sua vez, distanciam-se e mostram desapego por essas instituições por não acreditarem nos seus objetivos e desconfiarem de suas intenções.

Da mesma forma, nesse caráter macrosociológico da visão da cultura política, entende-se que esta visão da relação entre os cidadãos e instituições pode assumir um caráter essencialmente determinista – onde a democracia é a resultante de um ambiente composto pelo aparato institucional que permite seu funcionamento. Neste caso, vale a ressalva de Moisés (2008) ao trabalho de Almond e Verba, cujo modelo é criticado pelo determinismo, e por considerar que a democracia teria adesão a uma ideia de estabilidade democrática, sendo que, posteriormente, outros autores irão perceber que em ambientes, por exemplo, com baixa participação ou até mesmo baixa confiança política, o modelo democrático ainda sobrevive.

Aqui, cabe destacar que o nosso olhar se volta para o ambiente macrosociológico e considera a cultura política não apenas determinada pelo aparato institucional ou por valores vigentes. O olhar está centrado, também, no comportamento individual, fundamental para nossa compreensão do papel do jovem na política: entende-se que o jovem é protagonista da ação política, precisa compreender o ambiente político e, assim, é ator político – com

nível de consciência sobre a democracia que pode assumir, ao longo do seu tempo cronológico, um caráter ativo, cívico, em relação aos valores democráticos, ou passivo, refletindo apenas um desejo institucional ou um alinhamento que pode ser, por exemplo, ideológico ou uma herança meramente intergeracional.

A educação é apontada como responsável por inculcar nos jovens a motivação para a ação política (BRENNER, 2018; CASTRO, 2009; HILLYGUS, 2005; LEWIS-BECK et al., 2008; TSEKOURA, 2016), bem como a socialização familiar (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018), a religiosa, o idealismo, o capital social, as entidades não governamentais, a mídia, as motivações de base afetiva e as de base instrumental (BORDENAVE, 1983).

Portanto, entender o jovem como protagonista em relação ao tempo é, dentro da análise da cultura política, também compreender o jovem como inserido no contexto social pleno, que tem um caráter histórico fundamentado em uma construção e que pode, em determinado momento, direcionar-se ou não para uma consciência política maior ou menor, e desta maneira, propiciar também um maior aparato de educação e reflexão política.

Como lembra Peschard (2019), estudar a cultura política é também refletir sobre como mudar a forma como a sociedade enxerga a política, depois de vários anos construindo um sistema de crenças que se consolidam em ações e práticas vigentes. Neste sentido, consideramos a cultura política como intergeracional – e, deste modo, a juventude é corpo presente de uma geração que aprendeu e ainda aprende sobre o próprio sistema político, ao mesmo tempo em que é capaz de questioná-lo e, também, de provocar as mudanças necessárias.

É preciso entender que, especialmente no caso do Brasil, é recorrente se observar o que se chama de participação “básica”, no sentido de que ela ocorre apenas no processo eleitoral, ou seja, pela permissão institucional da democracia. Esta sazonalidade é lembrada, por exemplo, no trabalho de Kuschnir e Carneiro (1999). É preciso ter como elemento fundamental do engajamento político a percepção de que o desenvolvimento de uma cultura cidadã, ou de uma cultura cívica, parte do princípio da compreensão de que, primeiro, existem outras formas de participação que vão além das eleições ou do que permite o aparato normativo e institucional – e, aqui, se observa que estas formas precisam ser visíveis e aprendidas –, como, sobretudo, é preciso constituir a confiança como um dos valores básicos da

democracia.

Trata-se, portanto, de um processo de construção de valores que permite que a população enxergue a democracia de forma plena, tanto pelo aspecto institucional, pelo funcionamento das instituições; como pelo seu papel, como cidadão, a partir do momento em que sua interação com as instituições da democracia se dará de forma constante. A democracia tem, neste sentido, forte relação da adesão do cidadão com seus valores, pois é nela que o cidadão passa a depositar, de forma relacional, sua crença no sistema democrático pela expressão da confiança.

JUVENTUDE E POLÍTICA

Jovens constituem importante parcela da população, e algumas pesquisas apontam a questão geracional como sendo relacionada à disposição para o engajamento político e ao interesse na política (BRITES; PONTE, 2012; RIBEIRO, 2012; STABLE, 2012). O poder da juventude na política é tema atual e tradicional, na medida em que os jovens sempre participaram, de uma ou de outra, da política. O assunto é encontrado por toda parte. Em veículos tradicionais de informação e nas modernas redes sociais na internet. Todos podem tratar de política – e o fazem, respeitadas as devidas proporções. Nem sempre foi assim. Outrora, nos tempos da ditadura, a juventude, rebelde e disruptiva como costuma ser, muitas vezes, tinha sua voz embargada pela censura e seus ideais e ideias mutilados pela tortura. Ainda hoje a censura afeta cidadãos de alguns países.

Os jovens têm poder de influenciar a política, desde a inclusão de temáticas nas agendas políticas até resultados de eleições. Por essas e por outras questões, a juventude na política é um tema que desperta interesse de pesquisadores e vem sendo bastante abordado em produções científicas. Pesquisas apontam que a atuação de jovens pode ser decisiva em eleições e em outras ações políticas (JOHNSTON; PATTIE; JONES; MANLEY, 2019; WATTENBERG, 2018), tendo, por exemplo, custado a Hillary Clinton sua eleição (WATTENBERG, 2018).

No entanto, embora os jovens exerçam influência política, algumas pesquisas apontam para o fato de que eles normalmente se engajam em movimentos alheios à política dita tradicional, o que não significa que a política tradicional não atraia jovens, em especial pela necessidade formal e burocrática de se filiar a determinado partido para que possam ter a chance de se candidatar a algum cargo político.

Enquanto algumas pesquisas indicam que os jovens não se interessam pela política

ca, outras indicam que eles se interessam sim, mas não daquela maneira tradicional. Emerge, pois, o principal objetivo do presente artigo, identificar na teoria o que se apresenta como incentivo e barreira ao envolvimento de jovens na política.

Afinal, quem é a juventude e qual é o sentido de relacionar jovens e política? A juventude, conforme a Sociologia, é explicada a partir de dois grandes grupos: um deles explica a juventude como “uma categoria relacional”, alocando pessoas conforme determinada faixa etária (GOHN, 2013, p. 205); o outro atribui características sociais, econômicas e culturais conforme a classe social (GOHN, 2018). Ainda segundo Gohn (2018), alguns autores sugerem que não seja utilizada a palavra juventude, mas juventudes, considerando-se que não há apenas um tipo de juventude.

Farini (2019) explica que é na adolescência que ocorre a formação da identidade. A adolescência e o início da vida adulta são considerados períodos importantes de aprendizado de valores sociais que contribuem para a formação da identidade moral (HART; ATKINS; FORD, 1999; YOUNISS; YATES, 1997). No mesmo sentido, Katharina Eckstein, Peter Noack e Burkhard Gniewosz (2012) confirmaram que a adolescência é um período crucial da vida no que diz respeito ao surgimento, consolidação e desenvolvimento de pontos de vista políticos. Os autores examinaram as trajetórias de desenvolvimento de atitudes de jovens em relação ao engajamento político e sua disposição para participar da política, além de explicar a influência do histórico escolar e do gênero e os resultados revelaram trajetórias diferenciadas quanto ao nível de escolaridade dos adolescentes (ECKSTEIN; NOACK; GNIEWOSZ, 2012).

Cumprido, então, apresentar alguns momentos nos quais o engajamento político marcou a história política brasileira, tendo a juventude à frente de manifestações sociais e influenciando questões de cunho democrático. Antes, no entanto, para fins de contextualização, apresenta-se breve histórico acerca da democratização do Brasil.

No ano de 1500 o Brasil tornou-se colônia portuguesa, o que perdurou por 322 anos, passando em seguida a ser império por um período de 67 anos. Após essas duas fases político-administrativas, o Brasil, no ano de 1889, tornou-se República, isto é, o patrimônio estatal não pertenceria mais a outro país nem a determinada família ou casta. Portanto, a República brasileira conta agora, nos idos de 2021, exatos 132 anos de existência, mas tem enfrentado revoluções políticas ao longo da história.

Uma delas foi marcada pelo golpe mili-

tar de 1964, que retirou do poder o presidente João Goulart. Antes do fim da ditadura, no final de 1983 e início de 1984, milhares de pessoas, em especial jovens estudantes, tomaram as ruas nas chamadas “Diretas Já”, clamando pelo direito a escolher por meio de eleição direta o chefe de poder (TATAGIBA, 2014), além de direitos relacionados a outras condições de cidadania e, ainda, às condições de vida urbana e trabalho (ALONSO, 2017). A partir daí, em 1985, o Brasil voltou a trilhar os caminhos da liberdade política, tendo passado por vinte e um anos de ditadura institucional.

Na sequência, portanto, o Brasil viveu o período pós-ditadura, marcado por um processo de reestruturação política e de redemocratização em cujo cerne concentrou-se o retorno de direitos e de liberdades do povo. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a “constituição cidadã”, o Brasil, recém liberto das amarras da ditadura, passou a ter nos valores democráticos sua sustentação.

Nesse período inicial, foi possível verificar uma certa estabilidade política, abalada em 1992, com o impeachment do então presidente Collor, acusado de envolvimento em corrupção e fraudes financeiras. No mencionado processo de afastamento do Collor, primeiro presidente eleito após o período da ditadura, surgiram manifestações de protesto, lideradas pelos chamados “caras pintadas”, jovens que faziam marchas e fechavam as principais ruas das principais cidades brasileiras (MISCHE, 1995). Em seguida, de certa forma, instalou-se novamente um equilíbrio político, até os idos do governo Lula.

Ainda no primeiro mandato de Lula, surge o escândalo do chamado “Mensalão”, no qual foram feitas acusações de práticas criminosas que culminaram na responsabilização e prisão de pessoas integrantes do governo (SILVA, 2014). Ainda segundo Maria Terezinha da Silva (2014), nesse momento, a instabilidade política é instalada, caracterizando-se por uma forte polarização de grupos político-partidários antagonistas e modificando sobremaneira a imagem do Partido dos Trabalhadores. Nesse período, diversas manifestações políticas ocorreram, incluindo aquelas de grupos aliados ao governo, em busca, por exemplo, de obtenção de direitos (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014) e aquelas de grupos de oposição ao governo, impulsionados em especial pelos escândalos de corrupção (SILVA, 2014).

Mesmo com as denúncias diretamente relacionadas ao governo petista, o então presidente foi reeleito em 2006, figurando na cúpula do Poder Executivo até o último dia do ano de 2010. Nas eleições de 2010, Dilma, a sucessora de Lula, candidata pelo Partido dos

Trabalhadores, foi a primeira mulher eleita para o mais alto cargo de direção do Poder Executivo, cuja posse deu-se no primeiro dia do ano de 2011.

Durante o primeiro mandato de Dilma, em 2013, emerge uma onda manifestações políticas. Ângela Alonso (2017) identifica três fases naquilo que denomina como uma só crise política, ocorrida entre 2013 e 2016. A primeira fase, a “eclosão do protesto”, foi liderada pelo Movimento Passe Livre; a fase da “diversificação”, foi caracterizada pela ampliação das pautas de luta e do número de manifestantes; e a fase da “massificação”, na qual doze capitais brasileiras sediaram protestos de diferentes pautas impulsionadas por questões relacionadas com tarifas de transporte público, combate à corrupção, investimento na área da saúde, gastos com a Copa do Mundo e com as Olimpíadas, dentre outras (ALONSO, 2017).

Esse período de manifestações durante o governo Dilma teve interferência direta da internet. As pessoas gravavam vídeos e publicavam-nos em redes sociais, o que deu grande visibilidade ao abuso do poder policial (ZANETTI; LUVIZOTTO, 2014). Ainda segundo os autores, as pessoas ainda passaram a criar as chamadas hashtags, servindo como palavras-chave específicas que eram escritas e divulgadas com chamadas para protestos, entre outras finalidades, fazendo com que fosse mais fácil dar visibilidade a determinadas ações. Além disso, é nesse período que surge a “Mídia NINJA” (Narrativas Independentes de Jornalismo e Ação), com ampla cobertura dos protestos, caracterizada pela ideia central de registrar em vídeo o maior número de acontecimentos na intenção de divulgá-los e, se necessário, contrapor versões expostas pela mídia tradicional (ZANETTI; LUVIZOTTO, 2014).

Nesse cenário, ainda que o Brasil estivesse vivendo a polarização político-partidária herdada pelo governo de Lula (SILVA, 2014) e a instabilidade política que perpassava o próprio governo Dilma, a presidenta foi reeleita em 2014. No entanto, o segundo mandato da petista foi interrompido ainda em 2016, antes mesmo de completar dois anos. Ainda em maio daquele ano, ela foi afastada do cargo enquanto aguardava decisão do processo de impeachment, quando Michel Temer, então vice-presidente, assumiu o poder. Em agosto de 2016 houve decisão que deliberou a saída de Dilma, determinando a posse definitiva de Temer como presidente até o fim do ano de 2018, cujo mandato também foi marcado por manifestações, em especial aquelas por sua saída (ALONSO, 2017).

Nas eleições de 2018 foi eleito o atual presidente, Bolsonaro, cuja posse ocorreu em

primeiro de janeiro de 2019. Desde antes de sua posse, Bolsonaro é figura central de protestos, sejam eles pró ou contra seu governo. O atual cenário político, ainda que afetado pela pandemia, continua a ser palco desses protestos, o que é facilitado com o uso da internet e suas redes sociais. As redes sociais e o espaço virtual como um todo, no entanto, não acarretam apenas benefícios como a possibilidade de debates. A internet facilita a propagação de informações falsas, o que é impulsionado pela dificuldade de se conhecer a fonte da informação associado ao fato de que, em geral, os usuários não checam a veracidade das informações que compartilham (TANDOC; LIM; LING, 2018).

Como se pode observar, a juventude, plural e idealista que é, por muitas vezes na história do Brasil (e do mundo) protagonizou grandes manifestações sociais. Movimentos dessa natureza não estavam acontecendo apenas no Brasil. Em diversos lugares do mundo, jovens protagonizavam manifestações políticas. O estopim para uma onda de ações que culminaram na chamada Primavera Árabe deu-se no final de dezembro de 2010, na Tunísia, quando o jovem Mohamed Buazizi, que vinha tendo sua barraca de vender frutas confiscada de maneira repetida e humilhante, ateou fogo em seu próprio corpo como forma de protesto, vindo a morrer poucos dias após, em três de janeiro de 2011 (CASTELLS, 2012).

Poucas horas depois de Mohamed colocar fogo em si mesmo, seu primo filmou e publicou na internet um protesto que acontecia ali próximo, no qual centenas de jovens reivindicavam a renúncia do ditador Ben Alí (CASTELLS, 2012). Durante as manifestações, o governo aplicou violência, matando mais de cem pessoas. A violência gerou ainda mais revolta. Assim, o movimento tomou grandes proporções, tendo envolvido países do Oriente Médio e do norte da África. Em alguns dias, Ben Alí foge da Tunísia com sua família, o que animou os jovens a continuarem os protestos, exigindo que se retirassem do poder todos aqueles corruptos, clamando por liberdade política e de expressão, bem como por eleições democráticas (CASTELLS, 2012).

Ainda em nível mundial, em 2017, a eleição britânica teve uma reviravolta atribuída ao aumento da participação dos jovens, ficando essa atuação juvenil conhecida como “youthquake” (TRAVIS; BARR, 2017) ou, em tradução literal para a língua portuguesa, “terremoto juvenil”.

Em recente episódio, jovens usuários do aplicativo Tiktok, os chamados Tiktokers, e os kpopers, comunidade de adolescentes e jovens amantes de bandas coreanas, caracterizadas

por forte ativismo social, organizaram-se por meio de redes sociais com o intuito de driblar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e sua equipe, boicotando seu comício que seria realizado em Tulsa, Oklahoma (TRUMP, 2020). Na ocasião, os jovens solicitaram vagas para o evento, sugerindo que estariam presentes, mas não compareceram, deixando o auditório com menos gente do que o esperado. A ação dos Tiktokers foi relevante de tal maneira que o presidente norte americano assinou um decreto que proibiu por 45 dias o uso do Aplicativo Tik Tok em todo o território dos Estados Unidos (EL PAÍS, 2020).

Nesse contexto, as mídias sociais exercem a função basilar de alimentar, repercutir e transformar pautas de reivindicação locais em demandas nacionais (GRÓPPO, 2014), constituindo-se em um espaço de manifestação política. Pesquisas destacam que a internet e as mídias sociais ampliaram e fortaleceram o engajamento dos jovens na política (LUVIZOTTO, 2016; XENOS; VROMEN; LOADER, 2014).

Gohn (2018) afirma que as redes sociais representam mais do que um espaço de mobilização, reverberando na essência da ação coletiva praticada. Além disso, considerando que é um meio de uso e acesso à informação, as redes sociais têm sido utilizadas, também, como estratégia de compartilhamento de conteúdo, voltado especialmente à educação política (PINHEIRO; PAGANI; DE MARCHI, 2018).

INCENTIVOS E BARREIRAS AO JOVEM NA POLÍTICA: ESPECULAÇÕES A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

Assim como ousamos destacar no título desta seção, trataremos de especulações dos pesquisadores acerca dos incentivos e barreiras ao jovem na política. Porém, antes de iniciar a exposição de algumas destas características que consideramos fundamentais, é preciso contextualizar o leitor da constituição deste processo.

Em 2016 iniciamos as atividades como grupo de pesquisa, a partir das experiências no curso de administração pública, com o estímulo aos jovens – ali, estudantes – para a produção de conhecimento teórico-prático acerca da política ou de conceitos da administração pública que possam ser levados ao cidadão, entendendo-se que este tipo de educação, especialmente no ensino superior, também consiste em ação política.

Ação política, pois, em última instância, permite que o aluno se veja como ator, como protagonista, no processo de levar uma maior

compreensão sobre o sistema político ou sobre o aparato de organizações da administração pública e, obviamente, de como as instituições permitem – ou não – o exercício da democracia, em si. Em um primeiro momento, a construção tinha por objetivo o retorno direto ao ensino, como estratégia pedagógica. Mas, assim como lembra Gohn (2018, p. 11):

[...] na educação de jovens e adultos [...] a educação não formal é fundamental, para formação para a cidadania, para exercício da civildade no convívio com o outro e na utilização de padrões éticos, para o reconhecimento e aceitação da diversidade cultural e suas diferenças, para a prática da não violência em todas as esferas da vida, etc.

Muito embora seja o ensino universitário um espaço formal, com a estratégia de se utilizar a experiência prática com entrevista e interação social ou a construção de jogos com o propósito de educação política para algum público (foram utilizadas ambas as formas), buscava-se sair da lógica formal para uma prática experiencial justamente para tentar sensibilizar não apenas para o aprendizado, mas para o protagonismo. O êxito da experiência levou à construção – a incentivo dos próprios estudantes –, de projetos de pesquisa e extensão subsequentes.

Na construção destes processos – e aqui se justifica os estarmos expondo – o aprendizado para os jovens participantes, seja nas aulas formais, seja nas práticas informais inseridas, ou seja, naqueles sujeitos da pesquisa ou da extensão, observaram-se algumas características únicas que, agora, se constituem em nossas primeiras especulações para este artigo.

Assim, as categorias que apresentamos extrapolam o espaço teórico apresentado anteriormente (pois se tratam, também, de aprendizado e reflexões constituídas) e têm por objetivo não se constituir em modelo analítico, mas sim, inspirar a construção de outros modelos analíticos que façam uso de um aparato epistemológico, ontológico e metodológico que o caracterize – ou não – como indagações pertinentes aos estudos sobre o jovem e os incentivos e barreiras à sua entrada no mundo da política – política, sempre, entendida de forma plena e não meramente difusa ou subsidiária de um arranjo institucional dado por instituições públicas, políticas ou ideológico-partidárias.

Estas reflexões vieram de estudos em diversos espaços: sociedade civil, protagonismo individual, confiança institucional, dentre outros. Assim, apresentaremos a seguir algu-

mas breves considerações sobre os estudos ou achados a partir de nossas experiências estabelecendo um quadro que refletirá este processo em relação à juventude, construído então com base nos últimos cinco anos de pesquisa.

a) Confiança: Um dos principais conceitos que definem a pesquisa e as relações do cidadão com a política, assim como a maneira como o indivíduo se relaciona e se comporta com as instituições políticas. Os trabalhos de Baquero (2008), Netto (2016), Moisés (2008) e Rennó (2001), dentre outros, ressaltam o papel da confiança na democracia. A confiança nas instituições e no ambiente político possibilitaria um maior engajamento. Isso também se reflete no comportamento dos jovens, que além de receber a influência positiva de outras gerações (família), também confia nos valores políticos das instituições de sua formação (escola, família), Universidades (PAGANI et al., 2018), ou de instituições de adesão (igrejas, partidos). Já a baixa confiança ou a desconfiança, quando perdura por muito tempo, ou está associada a processos de baixa transparência, tende a transmitir uma visão turva ou difusa do que é política, não só afastando o cidadão, mas como, no caso dos jovens, desmotivando para a participação ou o engajamento, e até tornando quase inalcançáveis valores cívicos ou a noção de democracia, que passa a ser meramente um quesito institucional (MOISÉS, 2008; MOISÉS; MENEGUELLO, 2013).

b) Partidos: Os partidos representam a institucionalização política no sentido da ação legitimada (KINZO, 2004), ou de bandeiras e ideologias que são carregadas como forma de protagonismo, de questionamento ou, mesmo, de intenção de revolução. As chamadas escolas de partido possibilitam o aprendizado sobre suas causas ideológicas, ou seja, as bandeiras que carregam. O jovem tende a ter uma visão positiva sobre a institucionalização partidária (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Normalmente, as escolas de partido captam os jovens (a partir das alas jovens ou da representação estudantil), o que contribui na formação política e na inserção do jovem como ator político, aqui num sentido de engajamento também na carreira política. Vários partidos têm sido questionados sobre a sua efetividade como representação ideológica, por sua relação com coligações que nem sempre representam seus valores, apenas por intenção eleitoral. Outro movimento contrário é o discurso de afastamento de partidos, bandeiras e ideologias do ambiente universitário, o qual é historicamente reconhecido, justamente, pelo engajamento político. Isso se deve ao conflito ideológico (direita-esquerda) e a recente luta

por espaços de engajamento, o que só deveria demonstrar essa importância. Além disso, os partidos políticos precisam ser mais atrativos para a sociedade (PINHEIRO, PAGANI, DE MARCHI, 2018).

c) Educação Política: A educação política deve ser um processo contínuo e que deve subsidiar o cidadão sobre seu papel político na sociedade (DANTAS; DE ALMEIDA, 2015; SAMPAIO; SIQUEIRA, 2013). O processo de educação política tem se demonstrado, também, como um incentivador a que o jovem possa entender que o seu engajamento não é apenas pela via partidária, mas sim pela sua atuação de diversas maneiras junto à sociedade. Quando inserida no contexto escolar, a educação “suprapartidária” (DANTAS, 2017), inclusive, é um elemento desafiador, mas complementa a formação que o jovem tem no seu ciclo social (família, escola, instituições com as quais se interessa e se relaciona). A educação política tem sido, por muitas vezes, promovida por movimentos da sociedade civil. Assim, depende de incentivos externos e de um enorme esforço da captação dos participantes para o processo de formação (PINHEIRO, PAGANI, DE MARCHI, 2018). Recentemente, tem adentrado nas instituições da educação (ensino formal) e em espaços de mais fácil visualização, como as redes sociais.

d) Sociedade Civil: A sociedade civil tem em sua concepção o ideal democrático, uma vez que, para se completar, a democracia precisa de legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 1995). Assim, é espaço pleno de uma oferta de valores democráticos e de um ideal de democratização. A própria concepção de sociedade civil pressupõe o engajamento, a participação e a visão plena de exercício da cidadania como elemento estrutural. Portanto, ao atuar em temáticas relevantes para a democracia (como a luta por direitos, a defesa das instituições e dos valores democráticos), possibilita que muitos jovens possam se engajar ou até mesmo criar movimentos que, em sua essência, possibilitem a construção da democracia e, assim, demonstrem sua capacidade de engajamento. Apesar de serem espaços democráticos, as formas institucionais assumidas pela sociedade civil podem ser utilizadas, também, para interesses individuais. No Brasil, a visão de um terceiro setor utilizado somente a serviço do interesse individual, muitas vezes, afasta o jovem da experiência da ação democrática. As associações de moradores, por exemplo, que são espaços de socialização, engajamento cidadão, reivindicação política e de compartilhamento de valores cívicos (DE MARCHI; PINHEIRO; PAGANI, 2021), muitas vezes são enxergadas como espaços de participação e somente pela

via do interesse, afastando a possibilidade de o jovem se ver como protagonista ou como aquele que poderia ofertar, para sua própria comunidade, algum tipo de benefício.

e) Ator Político: É preciso entender o político não apenas como um ator profissional, ou seja, aquele que é eleito para o exercício do mandato. O ator político é, também, aquele que pode exercer o seu papel na sociedade ao longo de sua vida cívica. Os atores políticos, atualmente, possuem na internet um incentivo fundamental a sua participação e ao engajamento em questões relevantes (GOHN, 2018; LUVIZOTTO, 2016; XENOS; VROMEN; LOADER, 2014). Sobretudo, a partir do momento em que muitos têm um espaço para o livre exercício da opinião, passam também a perceber que têm alguma possibilidade de atuação cívica, ao expor livremente seus valores, ou também, ao poder aderir e efetivamente se engajar em causas de instituições que antes estavam desacreditadas. Isso passa a demonstrar que o ator político é não apenas aquele eleito, mas também que é possível que o “cidadão comum” possa vir a se engajar, pela adesão de outros em suas próprias causas. Da mesma forma que é um incentivo, as redes sociais representam também uma barreira, quando a circulação de informações falsas em excesso (fake news) estabelecem um novo patamar de desconfiança ao processo de difusão de informações e, até mesmo, impede a adequada adesão à educação política ofertada nestes meios. Além disso, há também no caso brasileiro uma visão de que a política é uma carreira, e que o ator político é aquele que tem sucesso na carreira política e consegue alcançar cargos e incidência de poder, isto atrapalha a visão de que o exercício da política pode se dar a partir do cotidiano, da ação plena de valores democráticos, e não somente de uma carreira político-partidária.

f) Espaços institucionais: Assim como a política não se dá somente em espaços políticos determinados (partidos), outras instituições da sociedade também representam espaços de exercício da democracia e de valores democráticos. O exercício de valores democráticos em instituições públicas, por exemplo, a partir da demanda sobre ética e transparência nestes órgãos, tem atraído novas correntes, especialmente de jovens, que percebem a possibilidade de exercício do protagonismo político e da busca pela democracia a partir de uma atuação dentro destas organizações. Assim como empresas têm também possibilitado se ver como espaço para a educação política e para a difusão de valores democráticos importantes para a sociedade. As Universidades têm sido cobradas por uma educação não ideológica. Isso não significa, por exemplo, que ela deva

se omitir de seu papel com o comportamento político e de referência política para a sociedade (PAGANI et al., 2018). Ainda, o fato de ser culturalmente aceito, no Brasil, que a política é um exercício profissional, e que por meio dela pode se estabelecer uma carreira com benefícios e vantagens, tende a criar uma visão que pode ser negativa sobre a ação política. Isto tende a atrair o jovem para uma carreira de interesse meramente de poder ou remuneração, ou ainda, de afastar o jovem interessado na defesa de “bons valores”, ou da ética e democracia, de se ver distante deste exercício, já que valores como a corrupção ou o favorecimento dentro dos caminhos para a política formal são difusos ou estão atrelados a algumas distorções. Da mesma forma, se tem a visão de que o serviço público não pode se misturar com a política ou de que a política só se dá no ambiente empresarial por mero interesse do capital.

g) Mídia: A mídia tradicional, apesar de, por um determinado tempo, vir cumprindo seu papel frente à sociedade em relação à política (DANTAS; DE ALMEIDA, 2015), tem dado espaço – ou até mesmo, tem migrado seu conteúdo e a forma de dialogar com o cidadão – para as redes sociais. As mídias sociais, hoje, dão lugar tanto a processos de educação política (PINHEIRO; PAGANI; DE MARCHI, 2018), como também a movimentos reivindicatórios. Movimentos organizados por meio de redes sociais virtuais e lideradas por jovens demonstram que a internet influencia o modo de fazer política e, mais, que as “novas mídias tecnológicas” influenciam a “formação de identidades coletivas entre os jovens” (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016). Com as mudanças e a facilidade de acesso à

informação, a linguagem à qual o jovem tem acesso tem, mais rapidamente, adaptado-se às diferenças intergeracionais. A mídia tradicional representava certa dificuldade em se adaptar às rápidas mudanças entre gerações. Como apontam Corrochano, Dowbor e Jardim (2018), o jovem parece aderir mais a propostas mais diretas de engajamento político. Deste modo, a ação nas redes sociais parece, em um primeiro momento, como mecanismo de engajamento político, especialmente para aqueles que se veem representados não por instituições, mas por alguém com a mesma linguagem. O número crescente de organizações da sociedade civil, grupos independentes e até celebridades que passam a tratar da política ou falar de política, acaba atraindo seu grupo de referência. A mídia social, por si só, não resolve o problema da participação e do engajamento político, sendo necessário criar um diálogo, uma linguagem atrativa também para a política (ZHANG et al., 2010). O esforço para criar este diálogo, portanto, passa também por um processo em que a confiança é um fator-chave, quando, ao se deslocar de uma institucionalização, passa-se a desconfiar de informações produzidas neste meio, já que grupos de interesse usam das fake news em benefício de seus interesses econômicos ou ideológicos (TANDOC; LIM; LING, 2018) plantando informações, justamente, nas mídias sociais. Isto pode provocar um contra efeito naquilo que gerou interesse ao jovem, por também se decepcionar em um espaço que considerava seu. Ainda, ao expor seu posicionamento, está exposto a sofrer ataques de grupos de ódio ou contrários ideologicamente a suas posições, ficando com receio de fazer novas postagens.

Tendo explorado as categorias apresentadas acima, ao longo dos cinco anos de pesquisa, fomos percebendo que um dos pilares para o fortalecimento da cultura política, do engajamento cívico, é a educação política. No entanto, ficou claro também que, neste processo, é preciso compreender quem estamos educando e de que modo nos comunicamos de fato para mobilizar para a política, sem cair nas armadilhas ideológico partidárias.

Em um país como o Brasil, onde a democracia é mais vista como viva quando se trata do funcionamento de suas instituições do que, necessariamente, pelo engajamento dos cidadãos, olhar para o jovem e para o seu potencial como agente político é premissa básica para a construção de uma visão de democracia onde a participação não seja apenas normativa, meramente formal, mas sim uma prática cotidiana daqueles que fazem parte da sociedade.

Quanto aos incentivos, parece-nos claro que os esforços de diversas organizações, pessoas e até mesmo de instituições públicas em demonstrar ao jovem os espaços democráticos e as possibilidades de atuação política seguem uma boa direção. Mas, por outro lado, enxergamos barreiras históricas, consolidadas em nossa cultura, e muitas vezes transmitidas entre gerações, o que em algumas situações desestimula o engajamento deste jovem como protagonista da democracia.

Referências

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era lula. Dados, [S.L.], v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos Estudos, São Paulo, n. ju 2017, p. 49-58, 2017.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opin. Publica, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute V. Angelo; MORAIS, Jennifer A. de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do brasil. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 37, n. 137, p. 989-1008, dez. 2016.
- BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRENNER, Ana K. Do potencial à ação: o engajamento de jovens em partidos políticos. Pro-Posições, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 239-266, abr. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, [S.L.], n. 36, p. 85-104, 1995.
- BRITES, Maria J.; PONTE, Cristina. Pesquisando a construção da política por jovens. Em Debate: Opinião pública e conjuntura política, Belo Horizonte, v. 4, n. 08, p. 8-18, nov. 2012.
- CASTELLS, Manuel. Redes de Indignación e Esperanza. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. O Brasil não é para amadores: Estado, governo e burocracia na terra do jeitinho. Curitiba: Travessa Editores, 2004.
- CASTRO, Lucia R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: Teoria e Pesquisa, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 479-487, dez. 2009.
- CORROCHANO Maria C.; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana A. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? Laplage em Revista. 2018 Jan 30;4(1):50-66.
- DANTAS, Humberto. Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação. Konrad Adenauer Stiftung, 2017.
- DANTAS, Humberto; DE ALMEIDA, Rodrigo E. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. Conexão Política. 2015 Jan 1;4(1).
- DE MARCHI, Júlia; PINHEIRO, Daniel M.; PAGANI, Camila. O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. Administração Pública e Gestão Social, 2021.
- ECKSTEIN, Katharina; NOACK, Peter; GNIEWOSZ, Burkhard. Attitudes toward political engagement and willingness to participate in politics: trajectories throughout adolescence. Journal Of Adolescence, [S.L.], v. 35, n. 3, p. 485-495, 2012.

- FARINI, Federico. Inclusion Through Political Participation, Trust from Shared Political Engagement: children of migrants and school activism in Italy. *Journal Of International Migration and Integration*, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 1121-1136, 2019.
- FIORAVANTI, Raphael Hardy. *Antropologia da política*. Curitiba: Intersaberes, 2019.
- GOHN, Maria da G. Jovens na Política na Atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno Crh*, [S.L.], v. 31, n. 82, p. 117-133, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO).
- GOHN, Maria da G. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia - Rbs*, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 205, 15 nov. 2013. Sociedade Brasileira de Sociologia.
- GRÓPPO, Leandro; SOUZA, Gerson de. Educação política: da rede para as ruas. *Revista Geminis*, ano 4, nº 2, v. 2, p.48-64. 2014.
- HART, Daniel; ATKINS, Robert; FORD, Debra. Family Influences on the Formation of Moral Identity in Adolescence: longitudinal analyses. *Journal Of Moral Education*, [S.L.], v.28, n. 3, p. 375-386, set. 1999.
- HILLYGUS, D. Sunshine. The Missing Link: exploring the relationship between higher education and political engagement. *Political Behavior*, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 25-47, 2005.
- JOHNSTON, Ron; PATTIE, Charles; JONES, Kelyvn; MANLEY, David. Intersectionality and English Voting Behaviour: and was there a 2017 youthquake. *Political Studies Review*, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 294-303, 2019. SAGE Publications.
- KINZO, Maria D. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, nº 54. Fev. 2004.
- KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LEWIS-BECK, M. S.; JACOBY, W. G.; NORPOTH, H.; WEISBERG, H. F. *The American Voter Revisited*. Michigan: Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2008.
- LOPES, Denise M. N. N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opin. Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162-187, 2004.
- LUCAS, ÁNGELES. 'TikTokers' e 'kpopers' adentram a arena política. *El País*, Madri, 07 jul. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-07/tiktokers-e-kpopers-adentram-a-arena-politica.html>>. Acesso em set. 2020.
- LUVIZOTTO, Caroline K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, [S.L.], v. 30, p. 297-312, 29 dez. 2016.
- MARTINS JÚNIOR, José P.; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. *Opinião Pública*, v. 10, n. 2, p. 268-287, out. 2004.
- MIGUEL, Luis F.; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v.58, n. 3, p.721-747, 2015.
- MISCHE, Ann. Projecting Democracy: the formation of citizenship across youth networks in Brazil. *International Review Of Social History*, [S.L.], v. 40, n. 3, p. 131-158, dez. 1995.
- MOISÉS, José A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 23, 2008, p. 11-43.
- MOISÉS, José A.; MENEQUELLO, Rachel, 2013. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. IN: MOISÉS, José A.; MENEQUELLO, Rachel. *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, p.11-24.
- NETTO, José. V. R. Estrutura administrativa do governo brasileiro, cultura política e a busca pela sociedade ideal. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº1, janeiro/abril, 2016, p.211-235.
- PAGANI, Camila; SILVA, André T.; PINHEIRO, Daniel M.; DE MARCHI, Júlia. Confidence and Legitimacy: An Analysis of Civil Society's Perception of Universities in Cordoba and Florianópolis. In: *Thirteenth International Conference for ISTR, 2018, Amsterdam*. Conference Working Paper Series, 2018. v.XI.
- PESCHARD, Jacqueline. *La cultura política democrática*. 2ed. México DF: Instituto Federal Electoral, 2019.
- PINHEIRO, Daniel M.; PAGANI, Camila; DE MARCHI, Júlia. Political Education Through Digital Platforms. In: *Thirteenth International Conference for ISTR, 2018, Amsterdam*. Conference Working Paper Series, 2018. v. XI.
- RENNÓ, Lucio R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, vol. VII, n. 1, 2001, p. 33-59.
- RIBEIRO, Ednaldo A. Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. *Em Debate: Opinião pública e conjuntura política*, Belo Horizonte, v. 4, n. 08, p. 26-34, nov. 2012.
- SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. *Opin. Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 380-402, 2013.
- SILVA, Maria T. da. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do "Mensalão". *Intexto*, Porto Alegre, RS, n. 30, p. 72-92, jul. 2014.
- STABILE, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. *Em Debate: Opinião pública e conjuntura política*, Belo Horizonte, v. 4, n. 08, p. 35-39, nov. 2012.
- TANDOC, Edson C.; LIM, Zheng W.; LING, Richard. Defining "Fake News". *Digital Journalism*, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, [s. l.], v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014. DOI 10.5007/2175-7984.2014v13n28p35.
- TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 214-238, 2018.
- TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria G. V.; CARVALHO-SILVA, Hamilton H. de. Socialização política. *Educação & Sociedade*, [S.L.], v. 37, n. 137, p. 929-934, 2016.
- TRAVIS, Alan; BARR, Caelainn. 'Youthquake' behind Labour election surge divides generations. *The Guardian*, 20 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2017/jun/20/youthquake-behind-labour-election-surge-divides-generations>>. Acesso em: set. 2020.
- TRUMP assina decreto que bane TikTok em 45 dias se aplicativo não for vendido. *CNN Brasil*, 06 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/08/06/trump-assina-decreto-que-bane-tiktok-em-45-dias-se-aplicativo-nao-for-vendido>>. Acesso em: set. 2020.
- TSEKOURA, Maria. Debates on youth participation: from citizens in preparation to active social agents. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 118-125, 2016.
- WATTENBERG, Martin P. Polls and Elections: from the Obama youthquake of '08 to the Trumpquake of '16. *Presidential Studies Quarterly*, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 168-184, 12, 2018.
- XENOS, Michael; VROMEN, Ariadne; LOADER, Brian D. The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies. *Information, Communication & Society*, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 151-167, 2014.
- YOUNISS, James.; YATES, Miranda. *Service and Social Responsibility in Youth*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.
- ZANETTI, Lucas A.; LUVIZOTTO, Caroline K. Impacto da internet para os movimentos sociais e para a abordagem da mídia tradicional. *Colloquium Humanarum*, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 102-109, 2014.
- ZHANG, Weiwu; JOHNSON, Thomas J.; SELTZER, Trent; BICHARD, Shannon. L. The revolution will be networked: The influence of social networking sites on political attitudes and behavior. *Social Science Computer Review*, 2010, 28(1), 75-92.

COMO SOLICITAR O SEU DOCUMENTO DO ESTUDANTE:

ACESSE: WWW.DOCUMENTODOESTUDANTE.COM.BR

E PREENCHA O FORMULÁRIO NO SITE.



Pague a taxa de R\$ 35,00 + frete por boleto bancário ou pelo cartão de crédito.

Digitalize e envie 1 foto + 1 cópia de um documento de identificação e do seu comprovante de escolaridade.

PRONTO! EM POUCOS DIAS, VOCÊ RECEBERÁ O DOCUMENTO DO ESTUDANTE NA SUA CASA.

QUER SABER MAIS? ACESSE:

WWW.DOCUMENTODOESTUDANTE.COM.BR

Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo

Jennifer Azambuja de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Felipe Silva Milanezi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Caroline Oliveira Neves de

Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Nos últimos anos o Brasil vem vivenciando manifestações e protestos contra a corrupção e os governos, que fomentam na sociedade um sentimento de insatisfação generalizada com a política. Neste contexto temos os jovens, que estão em um período de incertezas em relação ao seu futuro e constituindo sua cultura política. A partir disso, objetivamos traçar um perfil da participação política da juventude do Sul do Brasil, buscando identificar quem é o jovem que participa. A hipótese que postulamos é de que os jovens que participam mais politicamente são posicionados mais à esquerda do espectro ideológico, mais interessados por política e de escolas privadas. Para testar a hipótese a metodologia utilizada é quantitativa, desenvolvida através de análise descritiva de dados de uma survey aplicada junto a jovens de ensino médio das três capitais do Sul do país, entre 2015 e 2016, pelo Nupesal-UFRGS.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Política; Juventude; Sul do Brasil.

INTRODUÇÃO

“Fora Bolsonaro” e “Vacina Já” estão sendo os principais cartazes levantados nas últimas manifestações de rua no Brasil, iniciadas em maio de 2021, após mais de um ano

de pandemia da Covid-19 marcada pelo descalço do governo federal em administrar a crise sanitária e econômica no país, em que já se ultrapassou 500 mil mortes. O negacionismo, o ódio, a criação de um inimigo político, a antipolítica, a intolerância, os discursos fascistas e o descrédito nas instituições democráticas são algumas das características da onda conservadora e de extrema-direita que está polarizando o cenário político brasileiro.

Este descontentamento com a política, especialmente com suas instituições democráticas, manifestados nas ruas vem marcando o cenário brasileiro desde as Jornadas de Junho de 2013. Apesar de serem diferentes as bandeiras levantadas, diferentes as organizações responsáveis pelos levantes populares e diferentes os governos no poder ao longo destes últimos anos, não se pode negar que o sentimento é de insatisfação generalizada.

Estas manifestações têm em comum uma presença grande de jovens, que além de insatisfeitos com o governo, estão em um momento de incertezas e inseguranças em relação ao futuro, especialmente agora, com a pandemia da Covid-19. Apesar dos estudos na área da cultura política apontarem que o jovem brasileiro, repetindo as atitudes e os comportamentos das gerações anteriores, também é apático, pouco participativo politicamente e com baixos níveis de confiança institucional (BAQUERO; MORAIS, 2020; GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020; NAZZARI, 2005).

A partir disso, este artigo tem como objetivo traçar um perfil da participação política da juventude do Sul do Brasil, buscando identificar quem é o jovem que participa. A proposta é compreender o processo de internalização de valores por parte da juventude, através da participação política, seja atitudinal ou comportamental. A hipótese que postulamos é de que os jovens que participam mais politicamente são posicionados mais à esquerda do espectro ideológico, mais interessados por política e de escolas privadas.

A suposição da relação entre participa-

ção e o alinhamento com a esquerda encontra respaldo no fato de o cenário de mobilizações juvenis resgatadas ao longo deste artigo encontrar uma identidade em pautas antiausteridade, na luta pela educação pública e de qualidade (antiprecarização), temas pautados pela esquerda. O maior interesse está relacionado com a relação entre maior participação e mais proximidade com a política dos autores clássicos da cultura política (ALMOND; VERBA, 1963; PUTNAM, 2005). E sobre o tipo de escola, alguns estudos apontam para o efeito positivo educacional sobre o engajamento político e na construção de valores democráticos (ZORZI, 2016; FUKS; CASALECCHI, 2018), em que alunos de escolas privadas apresentam mais valores democráticos quando comparados aos jovens de escolas públicas (ZORZI, 2016).

Para testar a hipótese, a metodologia utilizada é quantitativa, desenvolvida através de análise descritiva de dados de survey aplicada junto a 2.037 jovens de ensino médio, de escolas públicas e privadas, das três capitais do Sul do país, entre 2015 e 2016, pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nupesal-UFRGS). O artigo, além desta introdução e das considerações finais, está dividido em três seções: 1) participação política; 2) contexto político e juventude; e 3) os jovens que participam no Sul do Brasil.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ao ter como base a teoria ampla de democracia, ou seja, trabalhar com o conceito de representação política para além do voto, seja pelo protagonismo do cidadão em participar no processo político de tomada de decisões (PATEMAN, 1992) ou pela deliberação na esfera pública (HABERMAS, 1995), coloca-se como central o conceito de participação política para uma democracia robusta. Segundo Vitullo (1999), seja no modelo de democracia participativa ou no modelo de democracia deliberativa, a democracia não se constitui, unicamente, em um método de seleção de líderes por parte de cidadãos desinformados, desinteressados e apáticos, mas em uma forma de estimular o interesse e o engajamento em organizações políticas¹, para construir democracias consideradas fortes (JENKINS; THORBURN, 2003). Deste tipo de democracia se espera uma atuação maior dos cidadãos na política (BOHMAN, 2007), requerendo tanto que os cidadãos participem mais em atividades cívicas e colaborem para a criação de laços e associações com os atores políticos envol-

¹ É necessário destacar que esse debate sobre a participação política não se iniciou no período recente, autores clássicos como Rosseau (1778) e Tocqueville (1962) já descreveram a importância da participação na instituição de um Estado democrático.



vidos, quanto que tomem decisões precedidas de discussões na esfera pública.

Nos estudos de cultura política, a participação é compreendida como essencial para a manutenção das democracias (ALMOND; VERBA, 1963; DALTON; WELZEL, 2014; PUTNAM, 2005). Dalton e Welzel (2014) argumentam que recursos e valores participativos multiplicam os componentes materiais e motivacionais do poder popular, enfatizando que somente com igualdade de recursos e valores participativos a democracia pode funcionar efetivamente.

Mas antes de entrar especificamente no conceito, é importante fazer a diferenciação entre atitudes e comportamentos, o que Easton (1968) definiu como diferencial semântico: 1) dimensão atitudinal – trabalha com a predisposição dos cidadãos, ou seja, seus pensamentos, valores e crenças; 2) dimensão comportamental – trabalha com a disposição dos cidadãos, ou seja, suas ações. Isso porque podemos compreender que a participação política pode ser em uma dimensão atitudinal, em que os indivíduos acreditam ser importante e necessária a participação política dos cidadãos, como, naturalmente, uma dimensão comportamental, em que se passa de um

pensamento e um valor para de fato a ação de participar na esfera pública. Ou seja, compreende-se que as atitudes precedem o comportamento (KROSNIK, 1990), tendo assim um papel importante e estratégico na constituição de uma cultura política participativa. Mas nem sempre este valor participativo de fato se materializa na participação, especialmente em países como o Brasil, em que a transição para democracia não veio junto com a construção de valores democráticos (BAQUERO, 2003; BAQUERO; BAQUERO, 2014).

Compreendida esta diferenciação entre atitudes e comportamentos, parte-se para a compreensão do conceito de participação política, que assim como tantos na área da Ciência Política, também é polissêmico, mesmo que muitas vezes seja reduzido ao voto. Blanco (1995) nos aponta três perspectivas sobre o conceito, que evoluíram historicamente. Inicialmente, os estudos trabalhavam com uma perspectiva unidimensional, em que a participação se fundamentava em uma escala ordenada e hierarquizada de ações, ou seja, dependendo do tipo de atividade realizada os indivíduos estão em um nível da escala de participação. Assim, a participação está vinculada à esfera eleitoral e aos mecanismos democrá-

ticos institucionalizados (MILBRATH, 1965).

Posteriormente, trabalhou-se com uma perspectiva multidimensional, em que a participação política é constituída por todas as atividades legais realizadas pelos cidadãos, com o intuito de influenciar a tomada de decisão dos governos – a participação vai além dos canais institucionais, inclui também protestos, rebeliões e meios violentos (VERBA; NIE; KIM, 1978). O fator determinante da participação vai além da dificuldade de ação, como na perspectiva unidimensional, pois acredita-se que há um alinhamento entre política e economia, e os recursos e motivações dos indivíduos também se constituem como fatores. Na terceira perspectiva, de repertórios múltiplos de ações políticas, compreende-se a participação como uma “análise da ampla variedade de ações cidadãos pelas quais os indivíduos transmitem suas demandas e interesses e tratam de influenciar o sistema político, com independência das formas de ações, e da legalidade e legitimidade que contam” (BLANCO, 1995, p. 306). Aqui se percebe o reconhecimento e o aumento de participações políticas do tipo não convencional, e que os protestos e manifestações são elementos deste repertório como atividades políticas e não como ameaças à estabilidade

democrática.

Para além desta evolução histórica dos estudos de participação política, entende-se atualmente que a participação política não é somente eleitoral, mas sim “a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político” (AVELAR, 2004, p. 225). E neste sentido, traz-se a diferenciação entre participação política convencional e não convencional. Borba e Ribeiro (2011) destacam que a participação convencional está ligada ao momento eleitoral, como o ato de candidatar-se, por exemplo; enquanto a participação política não convencional pressupõe o desenvolvimento de atividades ligadas às ações coletivas, como participar de associações e protestos. E elas não são excludentes, pelo contrário, operam em conjunto e, assim, constituem o que se chama de repertório múltiplo de ação política (KAASE; MARSH, 1979).

Assim como a evolução do conceito, os debates sobre o engajamento político também destacam alterações ao longo dos anos. Tem-se vivenciado uma evolução dos canais de participação, com novos padrões de engajamento cívico, que já era apontado por Norris (1999) no final dos anos de 1990. Do voto ao manifesto e greve e, agora, ao abaixo-assinado online, ao compartilhamento em massa de notícias políticas e o uso de hashtag, vivemos em uma era em que a participação política também se dá de forma online ou digital, especialmente com esta pandemia da Covid-19.

CONTEXTO POLÍTICO E JUVENTUDE

Até o ano de 2013, o Brasil registrava um longo período de estabilidade política e social. Os governos pós-ditadura militar, especialmente os de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff, em maior ou menor medida, tiveram políticas públicas de redução da desigualdade social e reduziram os índices de miséria e de fome (COSTA, 2009). Apesar de terem sido institucionalizados mecanismos de participação política, com a criação de conselhos populares de diversas áreas em todas as esferas de governo e a criação de ferramentas de consulta informal à população, os índices de participação política permaneceram baixos e, em alguns casos, até diminuíram ao longo dos anos (BAQUERO, 2003; BONIFÁCIO; RIBEIRO, 2016; MOISÉS, 2013). Entretanto, o ano de

2013 trouxe mudanças e maior instabilidade política e social. As Jornadas de Junho de 2013 iniciaram um processo de desestabilização e de mudança política no Brasil e também marcaram o prelúdio de um papel mais preponderante das redes sociais na política no país (PINTO; SCHMIDT; BONINI, 2014). Se é verdade que a internet e as redes sociais já se faziam presentes na política uma década antes, também é fato que esta nunca teve um papel tão fundamental quanto de 2013 em diante. É importante ressaltar que este movimento já se notava em outros países com a mobilização via redes sociais, tendo papel relevante na chamada Primavera Árabe, no movimento Occupy Wall Street, no 15M/Indignados espanhol, entre outros. Também cabe destacar que o movimento não é isolado ou fruto apenas de um descontentamento que se materializou apenas através das redes sociais, mas sim de uma movimentação social que já anunciava uma inconformidade política. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), o ano de 2013 teve o maior número de greves desde o ano de 1990, sendo número total de greves mais que o dobro do registrado no ano anterior. Desde o início de 2013, jovens, através do movimento estudantil, vinham se mobilizando em várias cidades do país na luta pela redução das tarifas de transporte público.

Mesmo após junho de 2013, as manifestações de rua e a insatisfação com a política em geral continuaram. Na esteira das eleições presidenciais de 2014, surgem movimentos políticos insatisfeitos com a vitória eleitoral de Dilma Rousseff, promovendo atos inicialmente contestando o resultado da eleição e, posteriormente, pressionando em favor do impeachment da presidenta (BARON, 2019). Muitos desses movimentos tinham lideranças jovens, tais como Kim Kataguirí (Movimento Brasil Livre – MBL) e Rogério Chequer (Vem Pra Rua), bem como movimentos declaradamente conservadores, como o Movimento En-Direita Brasil e o Revoltados Online (BARON, 2019). Também houve mobilizações contra o impeachment, convocadas principalmente pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo

Sem Medo. A crescente tensão política e o descontentamento com o resultado eleitoral por parte do candidato derrotado, Aécio Neves, de seu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e de seus aliados intensificou a crise política e levou à saída de Dilma Rousseff da Presidência da República.

O impeachment, contudo, não encerrou a crise política nem apassivou os ânimos da população, uma vez que após a oficialização da chegada de Michel Temer à presidência continuou havendo movimentações políticas de contestação ao seu governo. Se as manifestações contra Dilma Rousseff se concentravam no objetivo de encaminhar sua saída da Presidência da República, as manifestações contra Michel Temer tinham não apenas esse objetivo, mas também o de manifestar contrariedade a projetos de lei ou de emenda constitucional impopulares de iniciativa do governo, tais como Reforma da Previdência, PEC da Terceirização, Reforma Trabalhista, PEC do teto de gastos públicos, Base Nacional Comum Curricular, Reforma do Ensino Médio, entre outros (DA SILVA; DE LORENZI PIRES; PEREIRA, 2017). As tradicionais manifestações de rua continuaram ocorrendo especialmente no ano de 2017, quando foi registrada a maior greve geral da história do Brasil, segundo a Frente Brasil Popular, com um número estimado de 40 milhões de trabalhadores aderindo à paralisação², cujo objetivo era barrar a reforma trabalhista e a reforma previdenciária propostas pelo Governo Federal. Entretanto, as mobilizações contra as medidas do governo de Michel Temer também contaram com táticas de mobilização diferentes, como as ocupações estudantis de escolas e universidades³ (JANUÁRIO et al., 2016). As ocupações de escolas surgem em São Paulo, em 2015, contra o projeto de reestruturação escolar proposto pelo governo estadual inspirados na mesma tática política da Revolta dos Pinguins, em 2006, no Chile, adotada até os dias atuais no país (DA SILVA; DE LORENZI PIRES; PEREIRA, 2017). Posteriormente, foram registradas mobilizações políticas de ocupação de escolas no Paraná e no Rio Grande do Sul, ambas em 2016. A primeira contra a PEC do teto de gastos e a segunda exigindo maiores

² Dados estimados pela Frente Brasil Popular. Disponível em: <<http://www.frentebrasilepopular.org.br/noticias/greve-foi-a-maior-da-historia-e-pode-abrir-novo-caminho-para-o-brasil-ad6c/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

³ Ainda que não totalmente inéditas, uma vez que ocupações de reitoria e de direção escolar são táticas tradicionais do movimento estudantil.

investimentos na educação pública do estado.

O ano de 2018 foi marcado pela eleição de Jair Bolsonaro, em um processo eleitoral conturbado, cheio de polêmicas e crimes eleitorais por parte da campanha vitoriosa, além da evidente prisão política de Lula da Silva, que o impediu de concorrer no pleito daquele ano (ALMEIDA, 2018; PADRÃO, 2021). Já nas eleições, houve mobilizações de rua em um movimento chamado Ele Não, protagonizado por mulheres que se opunham à candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência e que continuou semanas após a eleição como forma de demonstrar resistência ao projeto representado pelo candidato eleito. Após a eleição de Bolsonaro, também surgiram mobilizações contra medidas de seu governo por todo país em todos os meses até o início da pandemia, bem como manifestações de apoio a seu governo. Uma das maiores manifestações contra o governo foi a chamada Tsunami da Educação, em 2019, convocada pelas entidades estudantis nacionais: União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET), contando com grande repercussão nacional e atos massivos por todo o país, que se repetiram posteriormente, porém com menor força. Ainda, destacam-se as manifestações antifascistas de 2020 e 2021, que surgiram para se opor às manifestações de apoio ao presidente e à falta de combate à pandemia de Covid-19 por parte do governo federal.

Embora tenhamos citado diversas manifestações ocorridas em anos de grandes tensões sociais no Brasil, os estudos em cultura política argumentam que ainda persiste uma espécie de hiato entre a institucionalização formal do modelo democrático e a institucionalização de uma cultura política participativa (BAQUERO; BAQUEURO, 2014; ZORZI, 2016). No modelo de democracia híbrida (BAQUERO; RANINCHESKI; DE CASTRO, 2018), a despeito do fortalecimento de processos formais democráticos, ainda perduram práticas tradicionais e autoritárias, de modo que os indivíduos sentem-se desestimulados a participar dos processos políticos por se sentirem “afastados” ou abandonados pelo Estado. A falta de uma

cultura participativa não só é problemática de uma forma geral, mas pode também afetar os poucos espaços participativos existentes, de modo a reproduzir as mesmas práticas criticadas em instituições representativas tradicionais (GONZALEZ, 2011).

Mas o que estas manifestações têm em comum é a participação mais ampliada de jovens, o que acaba por integrar um processo social amplo que, por meio de sociabilidades coletivas, fazem emergir verdadeiras experiências participativas no nível político (JANUÁRIO et al, 2016). Nos estudos de cultura política sobre juventude, destaca-se que a juventude brasileira é caracterizada pela apatia, pela intolerância e pelos baixos níveis de capital social (BAQUERO; MORAIS, 2020; GONZÁLEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020). E este padrão de afastamento dos jovens da vida política diante do atual contexto coloca-os, inclusive, suscetíveis a adquirir posições autoritárias e valores antidemocráticos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Mas, de acordo com Carrano (2012), o debate sobre participação juvenil que permeia a literatura de modo geral traz duas percepções distintas, a primeira de que os jovens não participam, e a segunda que sua participação existe e se dá diante de uma nova perspectiva. Se o jovem contemporâneo tem materializado sua participação em novos canais (como a internet e as redes sociais) ou formas (canais menos institucionalizados de participação), fica explícita a necessidade de investigar como essa participação se estrutura em termos atitudinais e comportamentais através de seu processo de internalização de valores.

Conforme Silveira e Amorim (2005), existe a ausência de uma cultura participativa entre os jovens, sobretudo nas escolas. Segundo o autor, a predisposição atitudinal não se materializava em comportamentos participativos – 58% dos jovens em 2004 não tinham costume de participar de quaisquer atividades políticas, e dentre estes, apenas 17% participavam de comícios escolares, 8% de manifestações e 2% de orçamento participativo. Com dados de jovens estudantes do Paraná, de 2003, Nazzari (2005) destaca que 78% reconheciam a participação em atividades associativas, embora este reconhecimento subjetivo não se mate-

rializasse de forma prática em comportamentos participativos, fruto de um déficit em seus processos de socialização política.

Esta assimetria reforça a noção de uma continuidade da cultura política híbrida nos jovens do Sul, permeada por tendências autoritárias, baixo nível de capital social, pouco interesse por política (BAQUERO; MORAIS, 2020), baixa confiança e atitudes apáticas (NAZZARI, 2005). Desta forma, para a ampliação de cidadania entre os jovens é necessário compreender e estudar a participação e suas dimensões, entendendo-a enquanto mecanismo necessário para a consolidação de uma cultura política juvenil democrática.

OS JOVENS QUE PARTICIPAM NO SUL DO BRASIL

Para atender o objetivo de traçar um perfil da participação política da juventude do Sul do Brasil, buscando identificar quem é o jovem que participa, com os dados da pesquisa realizada no Sul do país com jovens de escolas públicas e privadas, pelo Nupesal (2015/2016), primeiro são feitos índices de participação atitudinal, comportamental convencional e comportamental não-convencional. Pois concorda-se com Easton (1968) de que há uma diferença entre a predisposição e disposição do cidadão de participar, ou seja, entre o pensamento da importância da participação (atitudinal) e a própria participação (comportamental). Complementa-se que a participação comportamental pode ser dividida entre convencional, ligada à eleição e às instituições formais, e não-convencional, ligada às participações em manifestações e associações (BORBA; RIBEIRO, 2011). Além destes dois tipos, por se concordar com Norris (1999) que estão surgindo novos canais de participação e por se trabalhar com os jovens que passam uma boa parte de seu tempo na internet, propõe-se aqui também uma análise de participação política comportamental online. Os índices foram criados conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Criação dos índices de participação

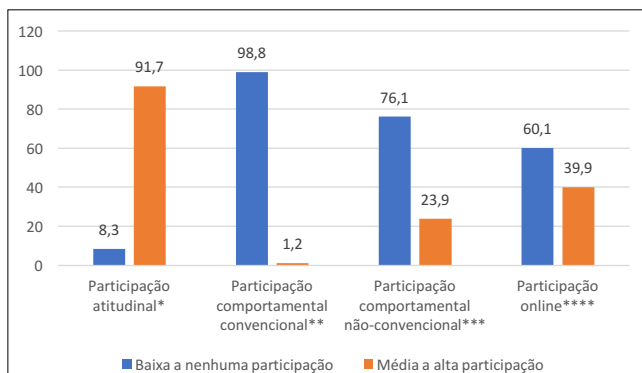
| Tipo de participação | Questões | Variáveis | Valores do índice |
|--|--|--|---|
| Participação política atitudinal | Não adianta participar da política, pois nunca muda nada. | 0,00 – Discordo 0,50 – Concordo em parte 1,00 – Concordo | 0,00 a 0,49 – Baixa a nenhuma participação 0,50 a 1,00 – Média a alta participação |
| | A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país. | 0,00 – Discordo 0,50 – Concordo em parte 1,00 – Concordo | |
| | A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente | 0,00 – Discordo 0,50 – Concordo em parte 1,00 – Concordo | |
| Participação política comportamental convencional | Você costuma participar de: Partidos Políticos | 0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo | |
| | Você costuma participar de: Reuniões Políticas | 0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo | |
| | Você costuma participar de: Comícios Políticos | 0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo | |
| Participação política comportamental não-convencional | Você costuma participar de: Abaixo-assinados | 0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo | |
| | Você costuma participar de: Manifestações, protestos, passeatas | 0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo | |
| | Você costuma participar de: Atividades no seu bairro | 0,00 – Não participo 0,50 – Já participei 1,00 – Participo | |
| Participação política comportamental online | Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Ler ou assistir o vídeo | 0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre | |
| | Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Curtir | 0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre | |
| | Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Comentar | 0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre | |
| | Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Compartilhar | 0,00 – Nunca 0,50 – Às vezes 1,00 – Sempre | |

Fonte: Elaboração própria.

Iniciando as análises, conforme o Gráfico 1, percebe-se que existe uma diferença entre

os níveis de participação política atitudinal e comportamental.

Gráfico 1 – Níveis de participação dos jovens do Sul do Brasil (%)



*n = 1890; **n = 1878; ***n = 1850

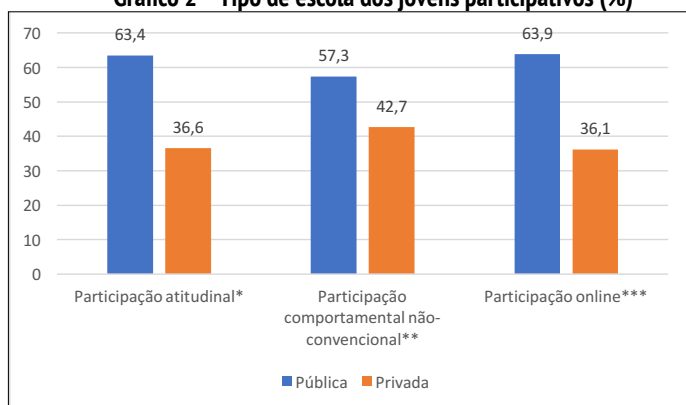
Fonte: Nuposal, 2015/2016.

Os jovens do Sul do Brasil apresentam uma predisposição a participar maior (70,5% com média a alta participação), do que de fato o ato de participar, especialmente de forma convencional (0,6%). Apesar de ter um aumento na participação política comportamental não-convencional (23,9%), ainda se confirma que os jovens apresentam um comportamento político apático e desinteressado, o que os levam a um afastamento da política, tanto de suas instituições formais, quanto de ações coletivas, como manifestações. No entanto, ao analisar estes novos espaços de participação política através das redes sociais, percebe-se que há um aumento na disposição de participar de forma online, pois 39,9% dos jovens têm média a alta participação. Isso nos traz a necessidade de refletir sobre esses novos espaços de engajamento, tanto no sentido de entender isso como uma nova forma de participação política, quanto para se pensar

em formas de estimular esta participação política, para que compense a baixa participação nos demais espaços tradicionais. Mas também se ressalta a necessidade de análises mais aprofundadas deste tipo de participação, para verificar a qualidade dessa ação e o impacto na constituição de uma cultura política mais participativa por parte dos jovens.

Diante do baixo percentual de participação política comportamental convencional, com uma porcentagem tendendo a 1%, considerando um n de 22 casos, não é viável fazer uma apresentação do perfil do jovem que participa nesta categoria. Então a análise do tipo de escola, interesse por política e ideologia dos jovens participativos é feita para as categorias de participação política atitudinal, comportamental não-convencional e comportamental online, apenas com os jovens que apresentam de média a alta participação política, nos Gráficos 2, 3 e 4.

Gráfico 2 – Tipo de escola dos jovens participativos (%)



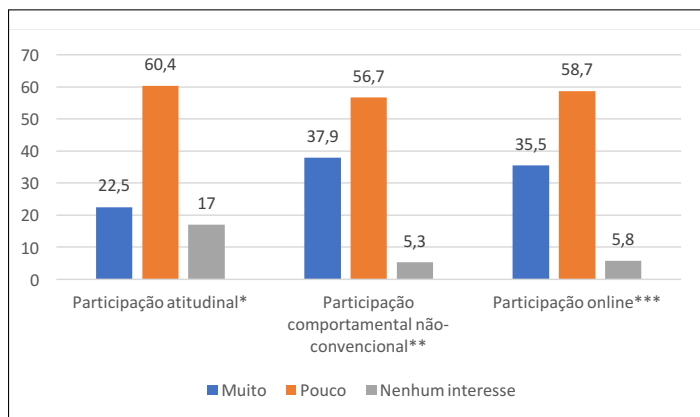
*n = 1734; **n = 443; ***n = 734

Fonte: Nuposal, 2015/2016.

Ao contrário do que se hipotetizou no início do artigo, de que os jovens participativos seriam de escolas privadas, seguindo as conclusões de Zorzi (2016) e Fuks e Casalecchi (2018) de que estes apresentariam mais valores democráticos, aqui se percebe que os mais engajados são os de escolas públicas. Nos três índices de participação política a maioria dos entrevistados são de escolas públicas, sejam elas estaduais, municipais ou federais, que estão na amostra, (63,4% na participação atitudinal, 57,3% na participação comportamental não-convencional e 63,9% participação comportamental online). Uma possível explicação parte de uma análise do próprio recorte temporal da pesquisa: as análises dos dados foram feitas em anos de ocupações escolares em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, e Rio Grande do Sul (KETZER, 2019), de modo que esses movimentos crescem no contexto das escolas públicas e no embate à sua precarização, algo que pode influenciar nos processos participativos naquele momento. No próximo gráfico, analisamos o interesse por política dos jovens participativos.



Gráfico 3 – Interesse por política dos jovens participativos (%)



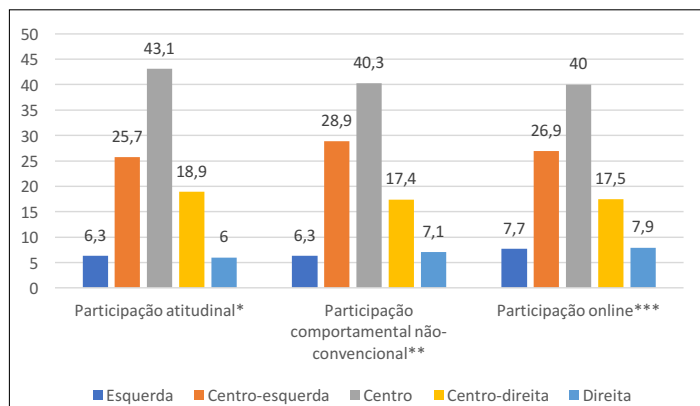
*n = 1678; **n= 430; ***n= 712
 Fonte: Nupesal, 2015/2016.

De forma geral, sabe-se que os jovens apresentam baixos níveis de interesse por política, normalmente com valores abaixo de 20% de interesse (BAQUERO; MORAIS, 2020; MORAIS, 2017). Conforme os dados do Gráfico 3, percebe-se que os jovens que participam apresentam um pouco mais de interesse por política (22,5% na participação atitudinal, 37,9% na participação não-convencional e 35,5% na participação online), mas ainda há uma porcentagem grande que se concentra na categoria pouco interesse pela política. Com estes dados, novamente se reforça a importância do engajamento político e de como participar é também educador, visto que aproxima o jovem da política e o incentiva na construção de valores democráticos enquanto cidadãos. A

partir disso, se confirma a hipótese de que os jovens estudantes do Sul do país que participam apresentam mais interesse por política.

Para a análise da ideologia, utiliza-se a questão “Na escala abaixo o 1 corresponde a extrema esquerda e o 10 a extrema direita” da survey, que foi recategorizada da seguinte maneira: 1 a 2 – esquerda; 3 a 4 – centro-esquerda; 5 a 6 – centro; 7 a 8 – centro-direita; 9 a 10 – direita.

Gráfico 4 – A ideologia dos jovens participativos (%)



*n = 779; **n= 253; ***n= 405
 Fonte: Nupesal, 2015/2016.

A polarização política é parte do cenário no país desde as eleições de 1994, com

as disputas presidenciais encabeçadas pelo PT e pelo PSDB, até as eleições de 2014. Mas desde 2013 há uma percepção de aumento da polarização política, deflagrada nas eleições presidenciais de 2018, entre petistas e anti-

petistas, ou entre lulistas e antilulistas, e que agora também se mostra em bolsonaristas e antibolsonaristas. De forma geral, no Brasil os cidadãos apontam não saber em qual posição do espectro ideológico estão ou preferem não responder (BAQUERO, 2003), o que se repete com os jovens, visto que o número de casos analisados cai significativamente na análise do Gráfico 4. Mas o que se percebe pelos dados é que os jovens indicam estar mais posicionados ao centro (43,1% na participação atitudinal, 40,3% na participação não-convencional e 40% na participação online), depois mais posicionais entre centro-esquerda e esquerda (32% na participação atitudinal, 35,2% na participação não-convencional e 34,6% na participação online).

Em parte, confirma-se a hipótese de que os jovens participativos estariam posicionais mais à esquerda do espectro ideológico. Mas cabe aqui também refletir os motivos dos jovens estarem mais ao centro, pois os motivos podem ser políticos, mas pode ser por falta de um entendimento sobre a política, ou seja, por baixa sofisticação política. Visto que por falta de entendimento, é normal que as pessoas busquem ficar no meio, especialmente, em uma questão que traz uma disputa de poder, como temos visto nos últimos anos no país. Então é necessário também o aprofundamento desta questão, para um melhor entendimento do posicionamento dos jovens e da necessidade do debate político entre os agentes socializadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, quando se fala em participação política no Brasil, mais especificamente dos jovens, observa-se que a juventude brasileira, embora reconheça a importância da participação política, é desinteressada em relação à política e apresenta níveis de participação baixos, além de não ter confiança em instituições democráticas e de apresentar atitudes e comportamentos pouco férteis à consolidação democrática (GONZALEZ; MORAIS; BERNARDI, 2020; BAQUERO; MORAIS, 2020). Essas características não são algo específico da juventude brasileira, mas uma reprodução da maneira como as gerações anteriores se comportam e se relacionam com a política e a democracia, uma vez que as instituições democráticas ainda não tiveram uma consolidação plena nem têm amplo apoio e confiança por parte da população (GONZALEZ, 2011). Observa-se, no Brasil, que mesmo em um contexto de ebulição política e de grandes mobilizações com protagonismo jovem, com entidades ligadas à



juventude e lideranças jovens se destacando, os níveis de participação política continuam baixos.

Ao analisar os jovens que participam politicamente no sul do Brasil, percebe-se que os dados coletados refletem o que aponta a teoria e a tendência dos anos anteriores, com uma maior disposição à participação atitudinal, mas uma baixa dimensão comportamental de participação política. Quanto ao tipo de escola em que estudam os jovens, constatou-se que há maior prevalência de estudantes de escola pública entre os jovens do sul do Brasil, como pode ser visto no Gráfico 2. Já o Gráfico 3, mostra que o interesse por política entre os jovens que participam é majoritariamente manifesto como “pouco”, porém com os índices de “muito interesse” são muito maiores que os de “nenhum interesse”. Além de confirmar a participação como um instrumento pedagógico no processo de politização, pode-se sugerir a hipótese, a ser pesquisada posteriormente, de que mesmo entre jovens que participam politicamente, pode haver algum nível de constrangimento em assumir abertamente interesse

por política. O Gráfico 4 aponta uma predominância de jovens que se enxergam como de “centro” no espectro ideológico, havendo também mais jovens à esquerda do que à direita dentre os participativos.

A hipótese postulada pode ser considerada parcialmente confirmada, uma vez que os jovens participativos no sul do Brasil possuem uma inclinação ideológica maior à esquerda, embora ainda se possa observar uma prevalência de jovens de centro, e são mais interessados por política. Porém há maior presença de jovens estudantes de escolas públicas em detrimento dos estudantes de escolas privadas, fato que talvez se explique pelo recorte temporal, quando houve ocupações nas escolas públicas com reivindicações por melhores condições. Tais resultados não estão indo contra as considerações apontadas por Zorzi (2016), de que jovens de escolas privadas apresentam mais valores democráticos, apenas estão ampliando a percepção de que na variável participação política há uma maior adesão nos jovens de escolas públicas.

As análises mostram a importância da

participação na politização dos jovens, sendo a escola e a socialização juvenis importantes peças na difusão do interesse por política e em assuntos relacionados. Entretanto, nota-se também que mesmo entre os participativos ainda há a repetição de alguns padrões e orientações presentes na sociedade em geral, e mesmo na juventude de modo mais amplo, não sendo possível seu isolamento da realidade que os cerca, nem a observação da criação de uma “bolha” participativa. Neste sentido, pode-se apontar a participação como fator importante, mas não determinante, na mudança de comportamentos e atitudes relativas à política, embora possa-se pesquisar mais detalhadamente estes aspectos em estudos futuros. Para além disso, ressalta-se a necessidade de estudos que aprofundem os novos tipos de engajamento político, pois como visto no Gráfico 1, os jovens apresentam um novo tipo de participação política, a online. E neste contexto de novas tecnologias é essencial investigar essas novas possibilidades e se atentar para uma possível mudança de comportamento político.

Referências

ALMEIDA, Ana Lia Vanderlei de. A prisão de Lula e a crença na “justiça verdadeira”: reflexões sobre o lugar do direito na reprodução da sociedade de classes. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, n. 3, p. 1598-1620, 2018.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydney. *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications, 1963.

AVELAR, Lúcia. Participação Política. In.: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004. p. 223-235.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista Sociologia e Política* [online], n. 21, p. 83-108, 2003.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 12, p. 42-63, 2019.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Is the construction of a new youth political culture underway?. In: BAQUERO, Marcello (org.). *The youth and the challenges for building democracy in Brazil*. Porto Alegre: Escritos, 2020, p. 15-56.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; DE CASTRO, Henrique Carlos de O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018.

- BAQUERO, Rute Vivian Angelo; BAQUERO, Marcello. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. *Revista Debates*, v. 8, n. 2, p. 59-82, 2014.
- BARON, Leticia. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, p. 191-217, 2019.
- BLANCO, Marisa Revilla. Participación política: lo individual y lo colectivo en el juego democrático. In: BENEDICTO, Jorge; SOTELLO, María (Coord.). *Sociedad y política: temas de sociología política*. Madrid: Editorial Alianza, 1995, p. 299-326.
- BOHMAN, James. *Democracy across borders: from Dêmos to Dêmoi*. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- BONIFÁCIO, Robert; RIBEIRO, Ednaldo. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, p. 7-42, 2016.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O social em questão*, n. 27, p. 83-99, 2012.
- CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana AA. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. *Laplage em Revista*, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.
- COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 693-706, 2009.
- DA SILVA, Bárbara Virginia Groff; DA SILVA, Eduardo Cristiano Hass. "Uma pá de ocupação": ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul (2016). *Revista Teias*, v. 18, n. 50, p. 228-244, 2017.
- DA SILVA, Maurício Roberto; DE LORENZI PIREZ, Giovanni; PEREIRA, Rogerio Santos. "O exterminador do futuro" e o "inferno precário" da Terceirização e das reformas Trabalhista e do Ensino Médio. *Motrivivência*, v. 29, n. 52, p. 07-18, 2017.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian. *Political Culture and Value Change*. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). *The civic culture transformed*. Cambridge University Press, 2014.
- DIEESE. Balanço das greves de 2013. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>> Acesso em: 24 de maio de 2021.
- EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila. Expanding o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 68, p. 61-74, 2018.
- GONZÁLEZ, Rodrigo S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Cultura (s) políticas (s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 47-68, 2011.
- GONZALEZ, Rodrigo; MORAIS, Jennifer; BERNARDI, Ana Julia. *O novo Ovo da Serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do sul do Brasil*. 12º Encontro da ABCP. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020.
- HABERMAS, Jurgen. *Três modelos normativos de democracia*. Lua Nova. Cedec, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.
- JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, v. 9, p. 1-26, 2016.
- JENKINS, Henry; THORBURN, David. *Democracy and New Media*. The MIT Press, 2003.
- KAASE, Max; MARSH, Alan. *Political Action: a theoretical perspective*. In: BARNES, Samuel; KAASE, Max. *Political action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills/London: Sage Publications, 1979, p. 27-56.
- KETZER, Araciele Maria; ROSA, Rosane. "De tanto poupar em educação ficaremos ricos em ignorância": contranarrativas juvenis no movimento de ocupação de escolas no Rio Grande do Sul. *Intexto*, n. 44, p. 120-143, 2019.
- KROSNICK, Jon. A. American's perceptions of presidential candidates: a test of the projection hypothesis. *Journal of Social Issues*, v. 46, p. 159-182, 1990.
- MACHADO, Rosana Pinheiro. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta Estratégia, 2019.
- MILBRATH, Lester. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013, p. 27-50.
- MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.
- NAZZARI, Rosana Katia. *Capital social e socialização política dos jovens no Brasil*. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 145-154, 2005.
- NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). 2015/2016
- PADRÃO, Márcio. Quais crimes eleitorais rondam Bolsonaro? Site Uol. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/10/19/entenda-o-que-pode-e-o-que-nao-em-campanhas-eleitorais-na-internet.htm>> Acesso em: 25 de maio de 2021.
- PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PINTO, Gerson de Amorim; SCHMIDT, Cristina; BONINI, Luci Mendes de Melo. Por vinte centavos e uma Presidência! As redes sociais e as manifestações de junho de 2013 e o Processo eleitoral em 2014. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, n. 18, p. 143-152, 2014.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Textos Selecionados/ Rousseau*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962.
- VITULLO, Gabriel. Teorias Alternativas de democracia: uma análise comparada. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.
- ZORZI, Felipe Bortoncello. *Cidadania Desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

Apego a valores democráticos - qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo?

Humberto Dantas
Tiago Valêncio de Melo

RESUMO: Entre 2008 e 2020 a Fundação Konrad Adenauer realizou cursos de iniciação política em escolas públicas e projetos sociais na Grande São Paulo. Até o começo de 2020 essa atividade era realizada presencialmente. Com a chegada da pandemia, o curso foi oferecido de forma remota entre junho e novembro de 2020. A partir de então, pessoas aderiram livremente. Nesse artigo pretende-

mos comparar a visão sobre política e democracia de jovens de 15 a 18 anos que participaram dos cursos de Iniciação Política em 2019, realizados em escolas e projetos sociais, com a percepção dos jovens que aderiram às atividades virtuais em 2020, utilizando-se do mesmo formulário de pesquisa. Parte-se da hipótese, confirmada pelos dados, de que existem distinções entre os jovens que foram encontrados pelo curso (2019) e aqueles que procuraram a atividade (2020). Os participantes de 15 a 18 anos de 2020 demonstram mais interesse por política, mais adesão a valores democráticos

essenciais testados nos questionários e apego mais elevado aos partidos, à obtenção de título eleitoral e outras instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Política; Valores Democráticos; Democracia.

INTRODUÇÃO

Entre 2008 e 2020 a Fundação Konrad Adenauer do Brasil realizou cursos livres de iniciação política na Região Metropolitana de São Paulo. Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010) e Dantas (2016) descrevem de forma acurada o projeto que, em seus anos finais, passou a atender de forma prioritária jovens de escolas públicas e projetos sociais localizados nas periferias da Grande São Paulo.

Até o começo de 2020 essa atividade era realizada presencialmente em três encontros, totalizando 12 horas-aula de atividades. Com a chegada da pandemia do biênio 2020-2021, o curso foi oferecido de forma remota entre junho e novembro de 2020 – como grande parte das ações de educação no país.

As escolas e projetos sociais parceiros não mais puderam ser mobilizados, pois en-



tendiam-se as dificuldades de conectar estudantes e organizar agendas. A alternativa do projeto foi a realização dos cursos, dentre outros, em parceria prioritária com escolas do legislativo de diferentes cidades de São Paulo. Ao todo foram realizadas 15 edições com os parlamentos de: Santos, Sorocaba, São Paulo, Piracicaba, Itapevi, Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Cubatão, Bragança Paulista, Cabreúva, Taboão da Serra, Franca e com a Assembleia Legislativa paulista. Importante destacar que para os fins da análise aqui proposta Santos e a escola estadual de São Paulo tiveram duas edições da atividade cada uma.

Diante desse novo cenário as inscrições foram abertas por meio de divulgações das respectivas escolas do parlamento nas redes sociais. Pessoas de diferentes locais puderam livremente aderir ao curso, e de acordo com desafios de ações gratuitas existiu uma diferença expressiva entre o total de inscritos, de presentes e de formados – esse terceiro grupo composto por quem se inscreveu e assistiu a pelo menos duas das três aulas.

O desafio deste artigo é bastante simples. Ao longo dos últimos anos as ações com os jovens, realizadas pela Fundação Konrad Adenauer em São Paulo, têm servido de cenário para a análise da percepção dos estudantes sobre política, democracia e educação cívica. Servem de exemplo diversos estudos realizados por Dantas, isoladamente ou em coautoria, avaliando o que pensam esses estudantes à luz da realidade paulistana (2016) ou de forma comparada entre tais participantes do curso e jovens em: a) capitais do Norte do país (DANTAS; SILVA; VIRGOLINO; GARCIA, 2019); b) cidades do interior paulista (DANTAS; NASCIMENTO; SILVA, 2016); c) cidades da Grande São Paulo (DANTAS; LAMARI, 2019); d) escolas estaduais e municipais da capital paulista (DANTAS, 2018) e; e) Ensino Médio e Fundamental (DANTAS; CARUSO, 2011).

Especificamente, aqui pretendemos comparar a visão sobre política e democracia de jovens de 15 a 18 anos que participaram dos cursos de Iniciação Política em 2019, realizados em escolas e projetos sociais, com a percepção, utilizando-se do mesmo formulário de pesquisa, dos jovens que aderiram às atividades virtuais em 2020. A diferença central aqui é: em 2019 a ação fazia parte da programação dos parceiros do curso, com características de adesão mais compulsória, atrelada ao planejamento de educadores, escolas e projetos sociais. Em 2020, os cursos foram divulgados pelas redes sociais ou disseminados para os contatos das escolas do parlamento das cidades envolvidas. Que jovens aderiram espontaneamente a essas atividades? Existem diferen-

ças significativas entre as percepções desses dois grupos sobre política? Parte-se da hipótese basilar de que sim, existem distinções, e de que os participantes de 15 a 18 anos de 2020 demonstram mais interesse por política, mais adesão a valores democráticos essenciais testados nos questionários e apego mais elevado aos partidos, à obtenção de título eleitoral e outras instituições da democracia representativa mais formal que aqueles que assistiram aos cursos em 2019. Isso pelo simples fato de que no ano mais recente a adesão foi espontânea e em 2019 a ação esteve nas escolas e projetos sociais sem que o estudante, muitas vezes, escolhesse cursá-la.

Com base em tal desafio, será possível desenhar um perfil básico dos interessados por política que virtualmente aderiram às ações da Fundação Konrad Adenauer. E, para tanto, dividiremos esse trabalho em outras três partes para além desta introdução. Na seção seguinte trataremos da importância da educação política como pressuposto elementar à democracia, reforçando a ideia central desse texto de que tal conteúdo é relevante à formação de jovens nas escolas. Em seguida faremos as comparações do grupo de 2019 com aquele de 2020, considerando como principal variável a explicar diferenças, a adesão mais compulsória de 2019 e o caráter facultativo de 2020. Será utilizada aqui uma análise descritiva de dados quantitativos associados ao preenchimento de um questionário simples de abertura das ações, ou seja: olharemos para o que pensava o jovem participante de 2019 e o jovem inscrito de 2020 – não vamos avaliar o que eles pensavam ao término do curso. Por fim, trataremos as conclusões com o objetivo de dialogarem com nossa hipótese já apresentada.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NA JUVENTUDE PARA A DEMOCRACIA

A Educação Política exerce um papel crucial para a consolidação de um regime democrático. A compreensão do conceito de democracia perpassa muito mais do que o mero exercício do voto ou da atuação partidária. É necessário que os indivíduos absorvam os valores democráticos e de participação política, um processo essencial para que se consolide uma cultura política que seja, de fato, democrática – especialmente no Brasil, onde o processo de redemocratização do sistema político ainda se apresenta como relativamente recente.

Estes elementos são evidenciados, por exemplo, em estudos como o feito por Benevides (1996). Ao analisar os questionamen-

tos levantados por Norberto Bobbio, a autora menciona as chamadas “promessas não cumpridas” da democracia. Neste aspecto, ela classifica o processo de educação para a cidadania como um “relativo fracasso” em alcançar o ideal de transformar súditos em cidadãos. Ainda no mesmo trabalho, a autora faz referência à John Dewey e Montesquieu:

John Dewey afirmava que uma sociedade democrática não requer apenas o governo da maioria, mas a possibilidade de desenvolver, em todos os seus membros, a capacidade de pensar, participar na elaboração e aplicação das políticas públicas e ainda poder julgar os resultados [...] Montesquieu estabelece uma relação indispensável entre o tipo de regime político e o sistema educacional. É impossível, diz ele, uma república sem educação republicana, assim como é impossível uma educação igualitária num regime que não seja igualitário (BENEVIDES, 1996, p. 225-226).

Como visto, a perspectiva de que a instrução política é essencial para a consolidação de um regime democrático é amplamente aceita e difundida na literatura. Mas o que é de fato esta Educação Política? Martins e Barros (2018, p. 51) utilizam a expressão: “[...] uma lente que molda a relação política do cidadão com o Estado, com as instituições, com os seus concidadãos”. Conforme a perspectiva destes autores, o uso desta “lente” possibilitaria a obtenção de um maior zelo pelos espaços e recursos públicos, de qualquer natureza, que fortaleceria as instituições democráticas.

Para Yoldas (2015, p. 546, tradução nossa), em uma perspectiva mais intimamente ligada à vertente das Teorias de Escolha Racional, o objetivo deste processo de instrução se refere à “encorajar a capacidade e vontade de participação política, fornecendo informações e a base para fazer julgamentos conscientes”.

Outra perspectiva, de Print (2007), afirma que a Educação Política tem o dever de ensinar indivíduos a se tornarem cidadãos de uma democracia – ponto de vista similar ao de Benevides (1996), apresentado anteriormente. Desta forma, torna-se claro que a Educação Política é um processo. De forma mais ampla, considera-se extremamente útil, para o debate aqui proposto, a definição apresentada por Barros (2016, p. 863):

O primeiro [Educação Política] relaciona-se diretamente com o desenvolvimento de atitudes e comportamentos considerados fundamentais para uma sociedade democrática, o que inclui “a aquisição e o aumento

de informações, o desenvolvimento de virtudes cívicas, a exemplo da cooperação, do respeito e da tolerância e de habilidades políticas, na conformação de uma cidadania pautada na autonomia, dimensão central da democracia” [...] A ênfase a esse conceito se justifica pelo reconhecimento crescente entre os cientistas políticos de que uma fonte principal para a conquista e o aperfeiçoamento da democracia é o aprendizado político por parte dos atores sociais e políticos.

Desta forma, a definição de Barros (2016) congrega de forma eficiente as perspectivas anteriormente debatidas. E tendo definido o que é a Educação Política e o seu papel como instrumento de fortalecimento do ideal democrático, devemos agora destacar a importância da promoção deste aprendizado político por parte dos jovens.

Conforme Yoldas (2015, p. 544, tradução nossa): “A política é vivida pelo indivíduo e, sobretudo, pelos jovens como um processo complexo”. Esta complexidade, por sua vez, é resultado das influências que perpassam o cotidiano destes jovens. Print (2007) destaca que a juventude, usualmente, recebe influências acerca da política e democracia oriundas de três fontes: a família, a mídia e as ações de educação – com centralidade efetiva do ambiente escolar propriamente dito. Fuks (2012) e Zorzi (2018) tratam desse desafio à luz da realidade brasileira.

Contudo, se a expectativa com a consolidação do processo de redemocratização preconizava uma crescente participação da juventude nos espaços públicos, o plano de envolver os jovens substancialmente na democracia tem sido falho. Ainda em sua pesquisa, Print (2007) revela que mesmo as democracias consideradas mais consolidadas têm encontrado desafios no que se refere ao envolvimento destes. Conforme o autor, este distanciamento do jovem em relação à política e aos valores democráticos é resultado da crescente desconfiança dos cidadãos com o Estado. O mesmo assinala: “Em vez disso, o desafio vem dos próprios cidadãos da democracia, que ficaram desconfiados dos políticos, céticos sobre as instituições democráticas e desiludidos sobre como funciona o processo democrático” (PRINT, 2007, p. 326, tradução nossa)

Uma visão similar é compartilhada por Martins e Barros (2018, p. 56):

A rejeição às práticas políticas estabelecidas é nitidamente rechaçada pelos movimentos protagonizados por jovens, levando-os a negar que

fazem política, mesmo quando existem características tipicamente políticas, como mostra o levantamento coordenado por Mayorga, Castro e Prado (2012). [...] O que explica tal performance em termos de confiança no Poder Legislativo (em todos os níveis), segundo os autores citados, é a recorrente associação entre política e corrupção, o que reforça o pessimismo e a descrença da juventude.

Como visto, a partir de Print (2007) e Martins e Barros (2018), existe um crescente distanciamento entre juventude, política e democracia. No Brasil, especialmente, os escândalos de corrupção e a crescente instabilidade política após 2013 acentuaram este quadro de ruptura da confiança do jovem com o exercício da política e a valorização dos ideais democráticos – algo que para a realidade de São Paulo, capital, é notado por Dantas e Estramhanho (2015).

Neste sentido, faz-se ainda mais necessário que se multipliquem boas práticas de Educação Política – orientadas para a valorização da democracia e a reconciliação da política com o cidadão, permitindo a este compreender seus direitos e possibilidades de atuação para a transformação de sua realidade através dos mecanismos de participação.

Como bem apontam Flanagan e Sherrod (1998), ideais e perspectivas políticas não emergem na mente de um indivíduo de forma randomizada. Segundo os autores, a percepção política do cidadão é um produto de suas relações sociais e atividades exercidas. Não obstante, apontam que a faixa etária dos 14 aos 25 anos se configura como o momento ideal para o aprendizado político dos jovens – por se configurar como um período de “grande flexibilidade e abertura”.

Um debate similar é apresentado por Martins e Barros (2018). Ao tratar de socialização política, os autores corroboram o argumento de que a juventude é o momento ideal para o letramento político. Em sua pesquisa, os autores remetem a Robert Dahl e argumentam: “[...] aquisição de valores e crenças relacionados ao mundo social e à esfera da política ocorre com maior densidade nas duas primeiras décadas de vida de uma pessoa, fase em que as figuras tutelares e os sistemas de transmissão de valores são mais efetivos [...]” (MARTINS e BARROS, 2018, p. 52-53).

Seguindo o mesmo raciocínio com base na socialização política, Baquero e Baquero (2007) assinalam que na juventude este processo pode ser fundamentado em dois princípios: o da primazia e o da estruturação. O primeiro se refere à primazia do aprendizado

na infância, considerando que os valores internalizados nesta fase perduram por toda a vida. Já o segundo afirma que as orientações básicas recebidas na infância exercem o papel de bússola em futuros aprendizados específicos. Conforme os autores: “O princípio da primazia liga os valores internalizados na adolescência a orientações quando adultos, enquanto o princípio da estruturação exige uma identificação das variáveis que estruturam uma crença a partir do princípio da primazia” (BAQUERO; BAQUERO, 2007, p. 143)

Desta forma, a argumentação apresentada buscou evidenciar a importância da Educação Política como instrumento de consolidação da Democracia e, não obstante, o potencial que tal processo de aprendizado político tem para mitigar o crescente distanciamento entre sociedade, política e democracia. Como evidenciam Martins e Barros (2018), estudos de caso referentes a programas de letramento político na República Dominicana, Polônia e África do Sul vêm gerando efeitos significativos na participação política em tais países.

No Brasil, em especial, o processo de erosão da confiança nas instituições democráticas vem se aprofundando desde 2013 – acentuando um cenário global de desconfiança da juventude em relação à democracia. Neste sentido, a difusão da Educação Política se mostra uma estratégia fundamental para a reversão de tal quadro. A questão aqui é conhecer a visão do jovem, com ênfase em estudantes de 15 a 18 anos, sobre a política. Na seção subsequente, serão analisados os dados de parte desse público sobre aspectos gerais da Democracia. Busca-se compreender se existe uma percepção geral desses adolescentes que valoriza questões centrais da Democracia, ou se especificamente em uma parcela mais interessada pelo tema – sendo a variável a sugerir essa valorização “a busca por um curso livre de Iniciação Política em ambiente virtual” – o apego a questões centrais da política é maior.

RESULTADOS: O QUE PENSAM ESSES JOVENS?

As análises dos resultados serão feitas com base em questionários respondidos no primeiro dia de aula dos cursos de política ofertados presencialmente em 2019, e pelos formulários de inscrição de ações virtuais realizadas em 2020. Por se utilizarem de questões muito semelhantes, as análises aqui serão divididas em cinco blocos: caracterizações mínimas dos jovens; uso de meios de comunicação para obter informações sobre política; percepções sobre o voto, o título de eleitor, os parti-

dos etc.; adesão a mecanismos de participação política e; posicionamento em relação a sentenças oferecidas no formulário preenchido.

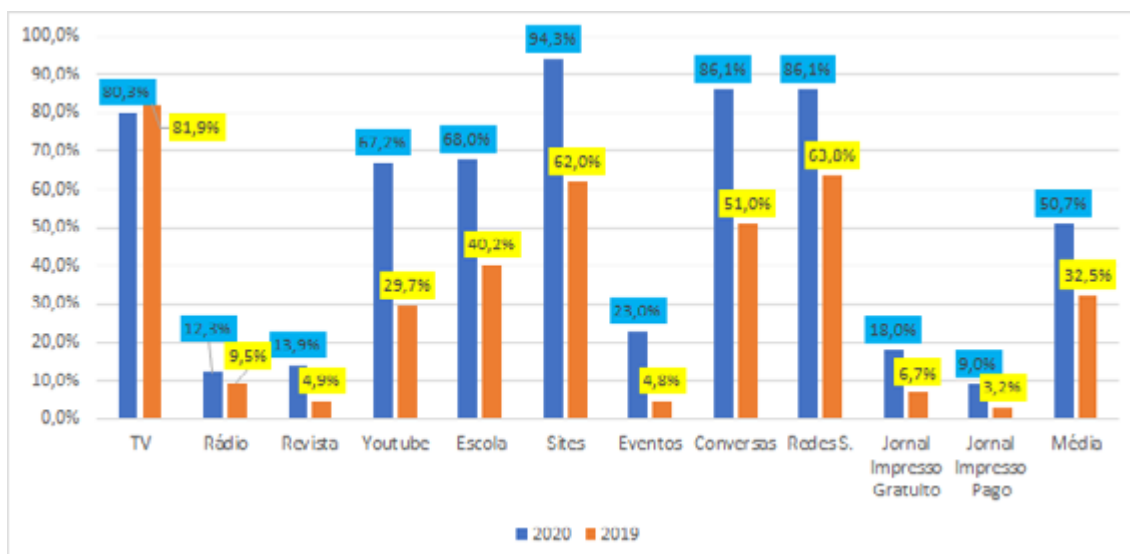
O primeiro bloco caracteriza os jovens, destacando mais uma vez que estamos considerando aqui apenas aqueles com idade entre 15 e 18 anos. Em 2019, foram 853 respondentes em ações presenciais realizadas em escolas públicas e projetos sociais, contra 122 que aderiram de forma espontânea a cursos virtuais em 2020. No que diz respeito ao gênero, em 2019 eram 56% de mulheres contra 67% delas em 2020. A média de idade de 2019 era de 16 anos, contra 17 anos em 2020. Por fim, em 2019 um total de 91% dos participantes do curso estavam no ensino médio, percen-

tual que caiu para 67% em 2020. A primeira conclusão a que chegamos aqui: por adesão voluntária e em ambiente virtual o interesse do público feminino, nessa idade de 15 a 18 anos é maior que entre os meninos; a idade aumenta um ano quando se adere espontaneamente a uma ação dessa natureza – algo esperado se considerarmos as conclusões de Dantas e Caruso (2011) sobre o interesse de escolares sobre política; e enquanto mais de 90% dos participantes estavam no Ensino Médio em 2019, uma vez que o curso tinha esse público como alvo principal de suas atividades, em 2020 a abertura da ação para o universo virtual e livre faz com que essa representatividade diminua para 67%, tendo em vista que

parte dos estudantes que aderiram ao curso com 17 e 18 anos declararam estar em cursos de nível superior.

No segundo bloco de análises, o que estava posto era o nível de adesão do público a diferentes meios de comunicação. A pergunta dizia: “com base numa relação de meios de comunicação apresentada, indique com um X aqueles que você utiliza pelo menos de forma semanal para se informar sobre política – marque quantas alternativas representarem a sua realidade”. A lista era composta por onze alternativas, e o Gráfico 1 torna possível verificar os resultados obtidos.

Gráfico 1 - Adesão dos jovens aos meios de comunicação para a obtenção de informações sobre política - 2019 e 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em informações da Fundação Konrad Adenauer.

Nitidamente existe um interesse maior dos jovens que aderem espontaneamente ao curso de 2020 quando o assunto é a busca por informações de natureza política. A média dos canais apresentados supera 50%, enquanto entre os entrevistados de 2019 o resultado fica pouco acima de 30%. As maiores distâncias são verificadas, curiosamente, nos canais de natureza virtual – YouTube, sites e redes sociais – e nos canais de lógica associada a um convívio social pessoal mais evidente – escolas e conversas. A política, nesses casos, parece fazer parte da agenda do jovem que encontrou os cursos virtuais de 2020, sendo que em 2019 fica a impressão de que os cursos presenciais nas escolas é que encontravam os jovens que provavelmente não se aproximariam de algo assim de forma espontânea. Meios mais tradi-

cionais, como TV e rádio, não guardam entre si muitas diferenças no que diz respeito a cada um dos grupos pesquisados, enquanto nos impressos – revistas e jornais – a turma de 2020 se destaca em relação àquela de 2019. O resultado aqui também era esperado, mas dimensionar tal fenômeno é algo que parece interessante.

O terceiro bloco de questões estava associado ao interesse declarado do participante por aspectos relacionados à política. Sobre tirar o título com menos de 18 anos, em 2019 o percentual que declarava o desejo (ou o gesto já consolidado) estava em 52% entre os alunos onde o curso foi realizado presencialmente, saltando para 67% no grupo que procurou voluntariamente a atividade virtual em 2020. Sobre o voto ser predominantemente uma “obrigação” ou um “direito”, no grupo de 2019 estava em 80% o percentual que o via como direito, subindo discretamente para 84% em

2020. Acerca da política, em 2019 26% dos participantes da atividade diziam que “gostavam” de política, contra 66% em 2020. Aqui um ponto chama a atenção: quando o curso chega às escolas um quarto dos jovens sinalizam gostar do assunto, e quando espontaneamente vêm às atividades virtuais esse índice atinge dois terços. O terço restante, nesse caso, reconhece que entende que por pior que possa ser o assunto, ele é importante de ser conhecido. Sobre o exercício do voto, 23% dos participantes diziam que votariam em 2019, número que atinge 45% entre aqueles que estiveram inscritos no curso em 2020. Sobre carreira política, a maioria diz que no futuro será, provavelmente, um eleitor. Mas enquanto em 2019 pouco mais de 11% afirmavam que um dia poderiam se filiar a um partido e até mesmo disputar uma eleição, esse percentual sobe para 49% em 2020. Por fim, em 2019 eram 82% de respondentes que diziam não simpatizar

com qualquer dos partidos políticos existentes, enquanto em 2020 esse percentual é de 39%. O que os dados mostram nesse terceiro bloco é que existem jovens de 15 a 18 anos com significativo interesse, gosto e até mesmo posicionamento político mais formal e próximo da lógica das instituições representativas mais formais. Desejar o título, crer no voto, simpatizar com legendas, pensar em filiação ou candidatura, são indicadores pouco comuns a parcelas expressivas da juventude (DANTAS; ESTRAMANHO, 2015; PEDREIRA, 2015), o que na turma que procurou um curso livre de formação política em 2020 de forma espontânea se mostra muito mais sólido.

O quarto bloco de perguntas dizia respeito à participação mais formal em ambiente político. Primeiramente no ambiente escolar, e enquanto em 2019 cerca de 13% dos respondentes da pesquisa diziam que suas escolas possuíam Grêmios Estudantis e eles estavam diretamente envolvidos com a iniciativa, em 2020 esse percentual subiu para 26%. Dobrar esse índice indica que a atuação escolar em organismos de representação pode atrair quem gosta mais de política, ou ser entendido como espaço que inspira o gosto pelo tema. Sobre duas formas adicionais de participar de ações políticas concretas – manifestações de rua e manifestações virtuais –, mais uma vez vemos forte vantagem da turma de 2020 em relação ao grupo de 2019. Entre os partici-

pantes das ações mais atuais, 38% disseram já ter participado de manifestações de rua e 72% de manifestações virtuais, contra 17% e 26%, respectivamente, em 2019. A questão dos grêmios e dos manifestos parecem ser onde as diferenças se tornam mais agudas, em favor do ativismo daqueles que procuraram espontaneamente os cursos em ambiente virtual no ano de 2020.

O quinto e último bloco carrega consigo o desafio de medir o grau de concordância do jovem com um conjunto de 11 sentenças. Em relação a cada uma delas as opções eram: “concordo totalmente ou em partes” ou ainda, “discordo totalmente ou em partes”. Transformar as respostas em números permite a formulação de índices de concordância. O discordar totalmente vale 0, o em partes vale 1, o concordar em partes vale 2 e o concordar totalmente vale 3. Trata-se de algo arbitrário, feito para os fins dessa análise, e o resultado dessa média dividido por três nos oferecerá o percentual de concordância com aquela afirmação. As sentenças são as seguintes:

- No Brasil, todos os políticos são corruptos
- Movimentos de rua são gestos legítimos da democracia
- A Educação Política deve estar presente nos conteúdos da escola
- O voto tem poder de transformação na sociedade

- O voto obrigatório desafia a democracia
- Depredar empresas é gesto legítimo de manifestação
- A imprensa cumpre bem seu papel de informar o cidadão
- A escola pública está preocupada com a formação do cidadão
- A corrupção é o maior problema de nosso país
- Depredar praças públicas é gesto legítimo de manifestação
- No Brasil, a política está muito distante dos jovens

Os resultados estão apresentados na Tabela 1, com um resumo de cada sentença na coluna que a identifica. Existe um resultado praticamente idêntico, aquele que mostra posição central na ideia de que “a política está distante do jovem”. Em 2020, os jovens, até aqui mais próximos da política em todos os indicadores, concordam menos com a ideia de “manifestações de rua como gesto legítimo” (71% x 75%), mas resistem menos ao caráter compulsório do voto, valorizam mais a presença de conteúdos de política nas escolas e legitimam mais o caráter transformador do voto. Tudo de forma discreta, e nenhum resultado se mostrando tão distante.

Tabela 1 - Grau de concordância dos jovens com um conjunto de sentenças apresentadas

| Sentença | 2019 | 2020 |
|--------------------------|-------|-------|
| Políticos corruptos | 51,4% | 40,2% |
| Movimentos de rua | 75,0% | 70,7% |
| Educação Política | 86,4% | 92,4% |
| Voto transforma | 85,6% | 90,8% |
| Voto obrigatório | 57,8% | 42,4% |
| Depredar empresas | 10,2% | 12,6% |
| Depredar praças | 8,1% | 7,6% |
| Imprensa informa | 35,5% | 43,6% |
| Escola pública forma | 43,0% | 38,7% |
| Corrupção maior problema | 74,1% | 65,8% |
| Política distante jovem | 54,6% | 54,4% |

Fonte: Elaboração própria, com base em informações da Fundação Konrad Adenauer.

Se tais distâncias não são tão significativas, é possível indicar que a despeito de um maior ou menor interesse do jovem pela política, pode-se notar que o público ouvido rechaça a ideia de depredação do bem público e

privado como forma legítima de manifestação, bem como apresentam críticas relativas ao papel da imprensa e à capacidade de as escolas públicas formarem cidadãos. Por fim, as duas sentenças sobre corrupção. O jovem de 2020, em tese mais próximo da política, generaliza

menos a ideia de que todos os políticos são corruptos e adere menos à ideia de que a corrupção é o maior problema do país.

Em linhas gerais, as questões trazidas aqui indicam que diferenças são sutis nesse último bloco, mas ainda assim existem e ten-

dem a demonstrar que a turma da adesão voluntária às ações de formação política de 2020 estava mais próxima de valores democráticos e das instituições formais da democracia – sem que isso signifique que os estudantes de 2019 estivessem tão distantes assim de algo minimamente considerado positivo.

CONCLUSÃO

Com base no referencial teórico e nos dados apresentados ao longo da argumentação desta pesquisa, torna-se possível observar o interesse pela Educação Política na percepção dos jovens pesquisados. Ela se torna maior, no entanto, entre aqueles que procuraram espontaneamente um curso de Iniciação Política livre. Aqui o primeiro ponto que nos chama a atenção: as percepções são relativamente próximas, apesar de os jovens do grupo de 2019 se mostrarem um pouco mais distantes e menos crentes em instrumentos formais de representação democrática que o grupo de 2020.

Diante dessa constatação, temos a ideia de que a Educação Política, enquanto conteúdo das políticas de educação do país, precisa ser tratada de dois modos, inspirados pelo título deste artigo. Por um lado, e com base no que coletamos junto aos jovens que foram encontrados nas escolas pelas atividades de Iniciação Política de 2019, há

reconhecimento de que tais conteúdos são importantes, de que as escolas públicas não cumprem tão bem esse compromisso e notamos que dada uma certa heterogeneidade nas respostas tais estudantes devem ser impactados por ações que fortaleçam, por exemplo, a democracia como um valor fundamental. Por outro lado, verificamos que existem jovens de 15 a 18 anos que diante de um anúncio nas redes sociais ou impactados pelo mailing de uma escola do parlamento aderem voluntariamente a cursos de Iniciação Política oferecidos virtualmente. Esses cidadãos, em especial, obviamente se mostram mais interessados pelo tema, mas também se apresentam como sujeitos que creem mais nos partidos, no poder do voto e em outros aspectos dessa natureza. Se o jovem procurado em 2019 precisa ser formado basilamente, é desafiador pensar também que o jovem de 2020 que encontrou o curso pode ser ainda mais bem preparado para o exercício da política. O fato de gostarem e desejarem uma lógica mais aguda de participação mostra que esse é o público-alvo de ações partidárias, democráticas e democráticas fundamentais.

Dito isso, a hipótese central de nosso artigo se mostra consolidada. É, sim, possível “verificar que os participantes de 15 a 18 anos de 2020 demonstram mais interesse por política, mais adesão a valores democráticos essenciais testados nos questionários e apego mais elevado aos partidos, à obtenção

de título eleitoral e outras instituições da democracia representativa mais formal que aqueles que assistiram aos cursos em 2019”. Isso, como já escrito na Introdução, pelo simples fato de no ano mais recente a adesão às ações de educação ser espontânea e em 2019 a atividade estar nas escolas e projetos sociais sem que o estudante, muitas vezes, escolhesse cursá-la. Se por um lado isso pode tráfegar no campo das obviedades, não devemos desprezar a ideia de que dimensionar algo esperado é uma contribuição importante, sobretudo porque não podemos desprezar que existe afeição dos jovens de 2019 a muitos valores, restando saber o que aqui seria apego real de ambos os grupos e o que tráfegaria no campo da retórica.

Como agenda de pesquisa e pensando em desafios futuros, seria bastante desafiador tentar medir, de alguma forma, talvez mais qualitativa, o que seria discurso retórico e o que efetivamente esses jovens trazem como valor democrático nas escolas. Ademais, seria bastante interessante acompanhar a trajetória desses estudantes de 2020 que se aproximaram do curso e demonstram tanto interesse pela lógica representativa mais formal. Quem são eles?

Referências Bibliográficas

- BAQUERO, Rute; BAQUERO, Marcelo. Educando para a Democracia: Valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, nº 11, p. 139-153, 2007.
- BARROS, Antônio T. Educação e Legislação: Desafios Para o Aprendizado Político e a Cultura Democrática. *Educação e Sociedade*, v. 37, nº. 136, p.861-872, jul.-set., 2016
- BENEVIDES, Maria V. M. Educação Para a Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996
- DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016.
- DANTAS, H. Escolas Municipais e Escolas Estaduais – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo? *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, n. 11, 2018.
- DANTAS, H.; CARUSO, V. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. *Revista E-Legis*, Brasília, volume 4, número 2, 2011.
- DANTAS, H.; ESTRAMANHO, R. Como a juventude se relaciona com a Democracia. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVI, vol 1, 2015.
- DANTAS, H.; LAMARI, R. A relação de jovens do Ensino Médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. *Revista do Legislativo Paranaense*, Curitiba, n.2, 2019.
- DANTAS, H., NASCIMENTO, A.; SILVA, B. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 8, n. 29, 2016.
- DANTAS, H., SILVA, F., GARCIA, M.; VIRGOLINO, R. Educação Política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de Ensino Médio sobre a política. *Revista E-Legis*, Brasília, volume 12, número 30, 2019.
- DANTAS, H., SOARES, A., SOARES, M. I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010.
- FLANAGAN, Constance A; SHERROD, Lonnie R. Youth Political Development: An Introduction. *Journal of Social Issues*, Vol. 54, No. 3, pp. 447-456, 1998.
- FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, Campinas, vol.18, nº 1, 2012.
- MARTINS, Lúcio M; BARROS, Antônio T. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 49-78, jun. 2018.
- PEDREIRA, B. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVI, número 1, 2015.
- PRINT, Murray. Citizenship Education and Youth Participation in Democracy. *British Journal of Educational Studies*, Vol. 55, No. 3, pp 325–345, 2007.
- YOLDAS, Ozlem B. Civic education and learning democracy: their importance for political participation of young people. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, v. 174, p. 544-549, 2015.
- ZORZI, F.. Educação e desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e privadas. In: Baquero, M. (org.) A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil. Porto Alegre: Escritos, 2018.

Desafios e possibilidades para a formação política de juventudes partidárias

.....
Priscila Schmitz

RESUMO: Diante de um cenário de descrença na política, em especial nos partidos políticos, diversas são as estratégias adotadas por estes atores no enfrentamento da questão da renovação política. Por efeito, variadas são as reflexões específicas em relação à questão da participação dos jovens na esfera política, sobretudo na questão do recrutamento partidário, mas nenhuma delas explora a etapa da formação política. Sendo assim, o objetivo deste ensaio é mapear como se dá a formação política das juventudes partidárias, respondendo às seguintes questões: o que é formação política partidária e como se dá a formação política da juventude presente nos partidos do sistema político brasileiro? A análise, de caráter qualitativo, baseou-se em fontes primárias, como os sites dos partidos, das suas respectivas fundações e das juventudes, quando presente. Os primeiros resultados revelam o predomínio de uma estratégia pouco direcionada à formação política voltada para a juventude. À vista dos desafios enfrentados pelos partidos e pelas suas respectivas alas de juventude na produção massiva de formação política, identificam-se três lógicas de formação: partido-centrada fechada, cooperação com atores internacionais e por atores do terceiro setor voltados para dinâmica de renovação política. Cada estratégia está correlacionada aos interesses programáticos ou aos interesses de correligionários da agremiação.

PALAVRAS-CHAVE: formação política; formação político-partidária; formação para juventude; juventude partidária.

INTRODUÇÃO

No momento em que a democracia é colocada à prova e suas instituições e atores políticos também passam a ser questionados, produzir um ensaio sobre formação política, sobretudo relativa àquela elaborada pelos partidos, voltada para as suas respectivas alas da juventude, é uma tarefa essencial. Defronte a este quadro, é primordial sinalizar um dire-

cionamento de estudos sobre partidos que demonstrem a relevância que estes atores subsidiam, principalmente nas ações voltadas à formação política e sobretudo nas estratégias de condução de formação para a juventude partidária.

Ademais, o interesse acadêmico pela juventude partidária tem crescido nas últimas décadas. Todavia, ainda são poucos os estudos na área de Partidos Políticos que focam na dimensão da juventude partidária. Uma das justificativas para tal escassez se dá pela própria complexidade de se identificar os jovens enquanto sujeitos políticos (HOOGHE; STOLLE, 2004). Na maioria dos trabalhos, observa-se a dificuldade em conceituar o que se define por juventude. Em relação aos estudos sobre juventude e política, de maneira geral, a maioria se dirige para a compreensão dos jovens e a sua participação política, principalmente aqueles relacionados aos processos de mudança social (BRENNER, 2009; 2011; 2014). Recentemente vê-se a ampliação de temas relacionados à relação entre juventude e educação política. A principal vertente de pesquisas sobre educação política tem seu foco voltado aos programas produzidos por diversas instituições, centralizando suas análises no ambiente escolar e nos cursos elaborados por entidades legislativas, sobretudo na influência que estas operam na esfera do comportamento e das atitudes políticas da juventude (ALMEIDA, 2016; BENEVIDES, 1996; DANTAS, 2010; 2017; FORLINI, 2015; JARDIM, 2018; NASCIMENTO et al., 2016). Contudo, ainda são poucos aqueles preocupados em entender às formas de socialização e inserção política dos jovens nos diversos partidos políticos, sobretudo no que tange à questão da formação política desta ala.

Considerando que nas últimas duas décadas há um crescente número de estudos que analisam as diferentes ações de educação política voltadas para a juventude, assim como também a publicação de diversos estudos que apresentam como foco de análise as juventudes partidárias brasileiras, ainda há uma lacuna na Ciência Política nacional no que toca à interseção entre estes dois fenômenos: o papel dos partidos na implementação de ações

educativas voltadas para as suas respectivas alas de juventude. As contribuições existentes no campo da educação política estão focadas em atores individuais ou coletivos que implementam ações formais voltadas aos jovens. E do outro lado, os estudos produzidos sobre juventudes partidárias analisam aspectos sobre recrutamento de jovens e organização destes enquanto ala partidária. Apesar desses estudos apontarem a dimensão da formação política como uma das etapas do recrutamento partidário, poucos são os esforços em analisar o que é esta dimensão. Ao mesmo tempo, ao analisarmos os trabalhos publicados na área temática sobre partidos políticos, quase se esquece a função permanente às agremiações do desenvolvimento de programas de educação política, desempenhado fundamentalmente pelas fundações partidárias (DUARTE, 2021). Desta forma, concebe-se que compreender questões relacionadas às experiências que moldam essa dimensão da formação política da juventude partidária brasileira, é tão urgente quanto sempre foi.

O presente ensaio tem por objetivo mapear as experiências de formação política de jovens vinculados aos partidos do sistema partidário brasileiro, de modo a revelar o processo de formação política dos jovens militantes e os desafios que envolvem esta relação de aprendizado político. Para tanto, fez-se necessário entender as diversas formas de inserção dos jovens nos partidos e analisar o que é e de que forma se dá a formação política dessa categoria. Desta forma, para a construção da reflexão acerca da formação política da juventude, este ensaio está dividido em quatro seções. A primeira consiste nesta introdução. Na segunda seção, define-se o que é formação política e qual a sua relação com os partidos políticos. Além de apresentar debates de diferentes assuntos da história, da sociologia e da política, a formação política é essencial para a organização e consolidação de ideais e valores partidários. Na terceira seção, vê-se a necessidade de retomar alguns tópicos apresentados nas análises acerca da juventude partidária, recuperando a questão da centralidade da formação política como eixo elementar da organização da ala e da própria agremiação. Na quarta seção serão introduzidos resultados preliminares da análise dos sites, seguido das considerações finais, estas permeadas pelos desafios e possibilidades para a formação política da juventude partidária.

O QUE É FORMAÇÃO POLÍTICA E QUAL SUA RELAÇÃO COM OS PARTIDOS POLÍTICOS?

Como aponta Amaral (2013), desde o pioneiro trabalho de Michels (1982 [1911]), diversos estudos acerca das agremiações partidárias apontam a importância dos partidos políticos para o êxito dos regimes democráticos, sendo por meio deles que o regime político se organiza e se estrutura. Cardim (2003) argumenta que há pontos fundamentais para a efetivação de um sistema democrático que vai além da concepção minimalista de democracia, amplamente defendida pelos cânones da Ciência Política. Além da importância do sistema eleitoral e do sistema partidário, a cultura e a educação política são elementos indispensáveis e condicionantes fundamentais para a consolidação de regimes democráticos e do funcionamento de um sistema político democrático efetivo (CARDIM, 2003).

Num primeiro momento, é comum deparar-se com o tratamento de educação política enquanto uma expressão com sentido aproximado da formação política. Como aponta Duarte (2021), apesar da possível aproximação entre os dois termos, é necessário conceituá-los de maneira distinta, na medida em que a formação política é um dos elementos constituintes e mecanismo essencial no processo de educação política. Como a autora aponta, as diferentes concepções de educação política podem ser reduzidas em uma dimensão essencial: a produção de programas e atividades contínuas, voltadas à sociedade civil, tendo como elemento central a dimensão da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem apresentar interpelações ou diretrizes ideológicas. Como o próprio cientista político Humberto Dantas (2010; 2017) defende em diversos textos e entrevistas, os programas de educação política são voltados para uma atuação calcada na ética suprapartidária, sem qualquer defesa de concepções e juízos ideológicos. Desta forma, fica evidente que educação e formação política não podem ser tratadas como sinônimos, na medida em que grande parte dos programas de formação política são produzidos com bases em ideias, valores e ideologias específicas, de forma que a doutrinação de seus ideais é a chave para o entendimento deste conceito.

Grande parte dos movimentos sociais, sindicatos e organizações partidárias utilizam a denominação “formação política” para referenciar programas de curto, médio ou longo prazo que tenham como principal objetivo produzir ações guiadas por princípios e valores doutrinários específicos e que impactam o processo de compreensão e atuação política dos participantes de forma a apresentar posicionamentos específicos frente a determinados temas. A formação política compõe o processo



de educação política, sendo um elemento e mecanismo existente dentro da sua totalidade. Ambos os modelos impactam a vida coletiva, mas o fazem de maneiras distintas: a educação política tem como princípio a consolidação da cidadania a partir da valorização de questões democráticas, enquanto a formação política oferece ferramentas para o empoderamento de grupos e indivíduos de forma a qualificá-los, doutriná-los e lapidá-los para uma melhor atuação política, seja na esfera da representação político-social ou até mesmo eleitoral. Desta forma, a formação política produzida pelos partidos políticos pode ser definida em termos de programas de curta, média ou longa duração, com objetivo de qualificar quadros partidários, filiados e eleitores, guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, de modo que combine ações doutrinárias, instrumentais, técnicas e programáticas que suceda numa melhora da representação político-partidária (DUARTE, 2021).

Do ponto de vista da elaboração da engenharia normativa-legal, está prevista na estrutura legal, desde a pregressa Lei dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4.740/65, incisos IV e V, revogada), como função permanente dos partidos políticos brasileiros, a manutenção de cursos de difusão doutrinária, educação cívica e alfabetização e, também, a criação de institutos ou fundações, vinculadas a cada legenda, com o intuito de promover a doutrinação política partidária e formar e renovar os quadros partidários. Na esfera jurídica, as diversas edições subsequentes da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 5.682/71, Lei no 6.767/1979 e a Lei n. 9.096/95) conservam a função educadora das legendas partidárias, mas, como demonstra Henrique (2015), nota-se a mudança na letra da lei no que diz respeito à modificação de “institutos de instrução política” em “institutos de instrução e educação política”, reforçando o papel da função educadora das legendas. Mas essas organizações só emergiram no sistema político brasileiro em 1972, com a experiência inaugural do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Rio Grande do Sul, e com o Instituto Milton Campos, em 1975, vinculado à Aliança Renovadora Nacional (Arena) (DUARTE, 2021; REIS; GRILL, 2014; 2017). Contudo, foi a partir da segunda metade dos anos 1990, com a Lei n. 9.096/95, que as fundações partidárias ganharam maior autonomia e se pluralizaram no sistema político-partidário brasileiro. Em conformidade com a visão da Constituição Federal de 1988, a Lei 9.096/95 assegura que a criação e a manutenção das fundações partidárias, assim como das suas

respectivas atividades, estavam diretamente vinculadas a recursos da União, provenientes do Fundo Partidário (DUARTE, 2021; PRADO, 2009). Além do mais, esta lei também assegurou o estabelecimento de cooperações destas organizações com atores internacionais.

Em 2005, a partir da Resolução n. 22.121/05 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as entidades mantidas pelas legendas que foram criadas sob forma de institutos, associações ou sociedade civil, tiveram que atender às novas regras impostas pelo Código Civil, que obrigou tais organizações a se adequarem à estrutura jurídica de fundações do direito privado (DANTAS; FERNANDES, 2013; DUARTE, 2021). Os partidos políticos transformaram tais

organizações em fundações, sendo obrigatório a cada legenda somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país. Atualmente, estão registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em atividade 28 fundações partidárias. Todas as fundações exibem domínios ou perfis em redes sociais como o Facebook, com exceção de cinco delas, que não apresentam site próprio ou indicação do seu endereço físico, sendo elas: a Fundação Solidarista do PHS, a Fundação Juscelino Kubitschek do PMN, o Instituto José Luiz e Rosa Sundermman do PSTU, a Fundação Rede Brasil Sustentável da REDE e a Fundação NOVO do partido NOVO.

| Tabela 1: Lista de partidos e suas respectivas fundações | |
|---|--|
| Partido | Fundação |
| DEM | Fundação Liberdade e Cidadania |
| PSB | Fundação João Mangabeira |
| PSDB | Instituto Teotônio Vilela |
| PT | Fundação Perseu Abramo |
| PODE | Fundação Podemos |
| CIDADANIA | Fundação Astrojildo Pereira |
| SOLIDARIEDADE | Fundação 1º de Maio |
| PSC | Fundação Instituto Pedro Aleixo |
| REPUBLICANOS | Fundação Republicana Brasileira |
| PDT | Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini |
| MDB | Fundação Ulysses Guimarães |
| PSL | Instituto de Inovação e Governança |
| PSOL | Fundação Lauro Campos e Marielle Franco |
| PCdoB | Fundação Maurício Grabois |
| PTB | Fundação Instituto Getúlio Vargas |
| PP | Fundação Milton Campos |
| PL | Fundação Álvaro Valle |
| NOVO | Fundação Brasil NOVO |
| PSD | Espaço Democrático |
| PV | Fundação Verde Herbert Daniel |
| PATRIOTA | Fundação Ecológica Nacional |
| PMN | Fundação Juscelino Kubitschek |
| AVANTE | - |
| PTC | Instituto de Estudos Políticos São Paulo |
| DC | Instituto Democrata Cristão de Formação Política |
| PRTB | Fundação Presidente Jânio Quadros |
| PROS | - |
| PMB | - |
| REDE | Fundação Rede Brasil Sustentável |
| PSTU | Instituto José Luiz e Rosa Sundermman |
| PCB | Fundação Dinarco Reis |
| PCO | - |
| UP | - |

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados no Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com as determinações legais que regem seu funcionamento, as fundações partidárias operam de forma a propagar a fun-

ção permanente das legendas, produzindo cursos direcionados à difusão doutrinária, política e ideológica, e educação cívica, assim como de instrução política com a finalidade de formar e renovar quadros políticos. Vale ressaltar que as fundações diferem consideravelmente em termos de tamanho, recursos, alcance, área

de ação e estratégia. Ademais, a sociografia, o esquema de organização das fundações e a estratégia partidária também influenciam no modelo de formação política produzida por essas instituições (DUARTE, 2021). Em especial, salienta-se a combinação de elementos na estruturação da formação político-partidária: ora ela pode ser feita de forma partido-centrada fechada, através da sua respectiva fundação partidária; ora ela pode ser feita em cooperação com atores internacionais, tais quais as fundações partidárias alemãs (Stiftungen), atuantes no Brasil e que desempenham um papel importante na formulação de cursos e de formação política, que, em geral, são oferecidos a segmentos internos dos partidos (juventude e mulheres); e, por fim, a formação pode também ser produzida por atores do terceiro setor voltados para dinâmica de renovação política, tal qual os movimentos suprapartidários. O fato é que esses elementos podem operar de forma concomitante e não excludente e a escolha da composição da formação por parte destes elementos estão diretamente relacionadas às estratégias da própria agremiação e da sua respectiva ala partidária.

JUVENTUDE PARTIDÁRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA: QUAIS SÃO AS INTERSEÇÕES?

A participação dos jovens tem feito parte da história dos partidos políticos. O debate sobre juventude partidária está presente na literatura desde Sartori (1980), que define as juventudes partidárias como formas organizativas de jovens que compõem a estrutura partidária, com características próprias e que desenvolvem diversas atividades na esfera intra e extra partidária, em busca de fins específicos. O autor também identifica três níveis distintos de atuação da ala da juventude na esfera político-partidária. O primeiro nível está relacionado aos aspectos formais da organização deste grupo no interior da agremiação. Neste nível, encontramos as normas, estatutos e documentos oficiais que regem a atuação deste grupo e a sua forma de organização enquanto parte do partido. Ainda em relação à dinâmica intra-partidária, o segundo nível refere-se às atividades exercidas pelos jovens no interior do partido. Nesta esfera, encontra-se a constituição de diretórios e grupos de debates e articulação que promovam cooperações em forma de rede nas três esferas (nacional, es-

tadual e municipal). Por fim, em contrapartida, o terceiro nível disserta sobre as atividades exercidas pelos jovens fora do partido, mas que ainda tenham relação com a esfera partidária. Neste nível, encontramos as atribuições de recrutamento de mais jovens comprometidos com a atividade partidária (SARTORI, 1980, p. 92).

Ainda sobre a relação entre a juventude e o partido político, grande parte dos estudos foca sua análise na dimensão do recrutamento partidário voltado para esse grupo. Apesar do tema do recrutamento partidário ser amplamente estudado e relevante na atualidade (KESSELMAN, 1973; NORRIS, 1997; 2006; POWER; MOCHEL, 2008; PREWITT, 1970; SCHWARTZ, 1969; SELIGMAN, 1971; SIAVELIS, 2012), a literatura apresenta dois pontos de convergência: a visão de que o recrutamento é essencial para a sobrevivência dos partidos e a de que uma das etapas envolvidas no recrutamento partidário extensivo é a questão da formação política. Apesar de cada legenda e cada autor atribuir um certo destaque a um determinado modelo e estratégia de recrutamento, a formação política é basilar em quase todas as modalidades. Não cabe neste ensaio entrar nos detalhes das teorias do recrutamento partidário, mas cabe ressaltar que este é um fenômeno complexo e extremamente relevante, como vê-se na proposta de Marenco dos Santos (2005) de que as agremiações partidárias devem ser passíveis de renovação e formação de sucessivas gerações de atores políticos.

No que tange ao recrutamento voltado para a juventude partidária, grande parte das análises reforçam a ideia das sucessivas dificuldades dos partidos políticos em atrair jovens (HOOGHE; STOLLE, 2005; NORRIS, 2002; 2006). O que esses autores apontam é uma nova forma de participação política desse grupo. Em contrapartida, Ferreira (2012), ao analisar as juventudes partidárias presentes no sistema político português, explicita que a experiência de ações partidárias extensivas e continuadas voltadas para a ala de jovens das agremiações funciona como uma “escola”, de forma que sejam desenvolvidas diversas aptidões políticas específicas e que permitam, assim, a formação de jovens dirigentes e líderes dotados de capacidade teórica e prá-

tica política. Além disso, este modelo também ajuda na concepção de formação de redes, que permite o acesso de outros jovens à cadeia da organização política. Desta forma, essas ações partidárias continuadas, chamadas aqui de formação política, tendem a proporcionar aos jovens uma imersão no cotidiano da agremiação, de forma a contribuir para a produção de vínculos intrapartidários desses jovens com a cúpula do partido.

Quando pensamos nessa interseção entre formação política e juventude partidária, devemos levar em consideração que estas são experiências de educação política que reúnem teoria e prática política interpeladas por questões doutrinárias e valores partidários, que têm como principal objetivo a formação de lideranças de base, militantes e futuros dirigentes partidários. Esse processo formativo apresenta linhas políticas centrais: além de aproximar e reforçar laços e redes de confiança, a formação deve ser permanente para assimilar os objetivos da legenda partidária e capacitar a juventude a desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do partido. Os programas de formação política voltados para a juventude partidária devem incluir debates teóricos e instrumentos práticos, de forma que, para atingir esses objetivos, propõe-se que a formação seja extensiva, massiva e permanente, fundamentada em diversas atividades, como debates, reuniões, cursos de curto e médio prazo, seminários e grupos de leitura. O objetivo fundamental desta experiência é o desenvolvimento de atores e sujeitos políticos que possam vir a se tornar futuros dirigentes que tenham conduta em pleno acordo com os pressupostos doutrinários e ideológicos da agremiação. Como Dalton (2009) ressalta, cada vez mais os atuais padrões de participação da juventude nesses espaços hierarquizados e institucionalizados demandam novos processos e é comum ver a adoção de uma agenda focada em temas mais gerais, como meio ambiente, cultura, combate ao racismo e ao machismo, e direitos humanos. Dessa maneira, a formação política da juventude incorpora tanto as dimensões valorativas dos partidos quanto dos debates voltados às mudanças sociais, englobando assim um programa com objetivos, ações e características distintas.

FORMAÇÃO POLÍTICA DE JUVENTUDES PARTIDÁRIAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Tabela 2: Lista de partidos e suas respectivas juventudes

| Partido | Juventude |
|---------------|--|
| DEM | Juventude Democratas |
| PSB | Juventude Socialista Brasileira |
| PSDB | Juventude PSDB |
| PT | Juventude PT |
| PODE | Podemos Jovem |
| CIDADANIA | Juventude 23 |
| SOLIDARIEDADE | Solidariedade Jovem |
| PSC | PSC Jovem |
| REPUBLICANOS | Jovens Republicanos |
| PDT | Juventude Socialista do PDT |
| MDB | Juventude MDB |
| PSL | PSL Jovem |
| PSOL | -* |
| PCdoB | União da Juventude Socialista |
| PTB | Juventude PTB |
| PP | Jovens Progressistas |
| PL | Juventude do PL |
| NOVO | - |
| PSD | PSD Jovem |
| PV | Juventude Partido Verde |
| PATRIOTA | Jovem Patriota |
| PMN | - |
| AVANTE | - |
| PTC | PTC Jovem |
| DC | Democracia Cristã Jovem |
| PRTB | PRTB Jovem |
| PROS | Juventude PROS |
| PMB | - |
| REDE | Juventude em REDE |
| PSTU | Rebeldia - Juventude da Revolução Socialista |
| PCB | União da Juventude Comunista |
| PCO | Aliança da Juventude Revolucionária |
| UP | - |

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados nos sites dos partidos.

*O PSOL é um caso à parte. Existem múltiplas juventudes divididas entre as alas internas do partido.

No Brasil, atualmente, das 34 legendas registradas no TSE, somente seis não apresentam em seus sites informações acerca da sua juventude. De forma geral, numa breve navegação pelos domínios dos partidos na web, é possível identificar diversas ações direcionadas para esta ala, de forma que se viabiliza elucidar quais aspectos devem caracterizar o processo de formação política da juventude partidária:

A formação política deve ser entendida como um mecanismo de educação política, de forma que pode e deve ser utilizada com objetivo de abertura de debates importantes para a transformação social e da própria agremiação.

A formação deve articular a experiência

individual e a experiência partidária.

A combinação de teoria e prática política é essencial para o desenvolvimento dos sujeitos políticos, de forma que a formação deva combinar diversos tipos de atividades em prol desta dimensão.

A formação é um instrumento pertencente à questão da estratégia partidária que opera de forma a envolver as alas internas da agremiação no cotidiano da vida partidária, e que engaje e participação na organização da estrutura interna e na propagação de seus valores ideológicos na arena extra partidária.

Posto isso, ao mesmo tempo em que cabe ao jovem seguir as diretrizes que emanam da organização, cabe também às legendas a necessidade de produzir cursos e atividades de formação que propaguem seus ideais à juventude e produzam uma militância qualificada.

Como dito anteriormente, o objetivo deste ensaio é apresentar um mapeamento das experiências de formação política voltadas para a ala jovem ligada aos partidos. Esta é a primeira tentativa de sistematização comparada sobre a interseção entre formação política e juventude partidária. Para tal, fez-se necessária a consulta aos dados das agremiações no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim como pesquisas dos domínios públicos (sites) das 34 agremiações registradas no TSE. Desta forma, este ensaio tem como propósito realizar um estudo de cunho comparativo e abrangente dos sites de modo a identificar as experiências desenvolvidas pelos partidos e suas respectivas juventudes no tocante à formação política.

Pesquisas que se debruçam sobre a temática dos sites partidários não são novidade na literatura sobre partidos. Desde meados dos anos 1990 é possível encontrar diversas publicações sobre o tema (MARTINS, 2011). Os dois principais eixos desse campo versam sobre o potencial dos domínios públicos partidários na internet serem espaços de potencial democratização política, à medida que conseguirem promover a participação direta da base no cotidiano partidário; e a dimensão estratégica dos sites enquanto instrumento de interlocução entre as elites e o eleitorado (MARTINS, 2011).

Desta forma, a presente subseção tem como propósito apresentar um compilado da análise dos sites dos partidos como uma dimensão da estrutura organizacional dos mesmos, sob uma perspectiva de análise dos sites como um espaço para compreender questões relativas ao modo de organização e funcionamento das legendas, procurando mapear a presença de informações sobre formação política de juventude partidárias apreendidas nos seus domínios da internet. A escolha deste espaço se dá por ser a via de mais fácil acesso às informações sobre tais organizações.

| Tabela 3: presença da juventude na internet | | | |
|--|-------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Partido | Juventude | Juventude - site partido | Juventude - site próprio |
| DEM | Juventude Democratas | Sim | Sim |
| PSB | Juventude Socialista Brasileira | Sim | Não |
| PSDB | Juventude PSDB | Sim | Não |
| PT | Juventude PT | Sim | Não |
| PODE | Podemos Jovem | Não | Não |
| CIDADANIA | Juventude 23 | Sim | Sim |
| SOLIDARIEDADE | Solidariedade Jovem | Sim | Não |
| PSC | PSC Jovem | Sim | Não |
| REPUBLICANOS | Jovens Republicanos | Sim | Não |
| PDT | Juventude Socialista do PDT | Sim | Sim |
| MDB | Juventude MDB | Sim | Não |
| PSL | PSL Jovem | Sim | Não |
| PCdoB | União da Juventude Socialista | Não | Sim |
| PTB | Juventude PTB | Sim | Não |
| PP | Jovens Progressistas | Sim | Não |
| PL | Juventude do PL | Não | Não |
| PSD | PSD Jovem | Não | Não |
| PV | Juventude Partido Verde | Não | Sim |
| PATRIOTA | Jovem Patriota | Sim | Não |
| PTC | PTC Jovem | Sim | Não |
| DC | Democracia Cristã Jovem | Não | Sim |
| PRTB | PRTB Jovem | Sim | Não |
| PROS | Juventude PROS | Sim | Não |
| REDE | Juventude em REDE | Não | Não |
| PSTU | Juventude da Revolução Socialista | Sim | Não |
| PCB | União da Juventude Comunista | Sim | Sim |
| PCO | Aliança da Juventude Revolucionária | Sim | Não |

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados nos sites dos partidos.

No quadro acima, arrolei comparativamente a presença da juventude partidária na internet. Das 27 legendas que apresentam secretarias nacionais de juventude organizada e unificada, somente sete não apresentam abas específicas sobre a sua juventude ou links que direcionam para seus sites próprios, sendo elas: Podemos Jovem (Podemos), União da Juventude Socialista/UJS (PCdoB), Juventude do PL (PL), PSD Jovem (PSD), Juventude Partido Verde (PV), Democracia Cristã Jovem (DC) e Juventude em REDE (Rede). Dentre aqueles que não apresentam abas específicas para a juventude, três alas de juventude apresentam sites próprios: União da Juventude Socialista/UJS (PCdoB), Juventude Partido Verde (PV) e Democracia Cristã Jovem (DC). Em ambos os casos – tanto quando há a presença de abas específicas nos sites dos partidos quanto nos domínios próprios da juventude – estes canais são utilizados como espaço de comunicação

entre os dirigentes e os militantes e de informação das atividades produzidas referentes a esta ala partidária.

Há ainda o caso de juventudes que têm tanto abas específicas nos sites dos partidos quanto sites próprios, sendo este o caso da Juventude Democratas (DEM), Juventude 23 (Cidadania), Juventude Socialista do PDT (PDT) e da União da Juventude Comunista/UJC (PCB). Nesses casos, além de constar notícias sobre as atividades da juventude no site dos seus respectivos partidos, há um link de direcionamento para os sites próprios das juventudes, onde são encontradas informações mais detalhadas e a presença de artigos de autoria de membros da ala. Este é um dos principais instrumentos de formação política. Nos sites próprios, além de encontrar artigos que debatem questões atuais a partir dos valores ideológicos da legenda, é notória a presença de materiais e bibliotecas onlines com textos e livros que versam sobre temas da filosofia, da história, da política e da economia.

Apesar dos sites próprios serem espaços

legítimos voltados para a formação política da juventude, é necessário verificar qual estratégia é formulada pelas legendas e pelas próprias juventudes no que tange à formação política desta ala. Inicialmente, a partir da análise dos sites, foram elencados dois mecanismos formais engendrados para tal: a menção a cursos ou materiais voltados para a formação política da juventude produzidos e depositados nos próprios espaços destinados a esta ala nos sites (sejam próprios ou abas no site dos partidos); e a presença de cursos e materiais de formação nos sites das fundações partidárias das suas respectivas legendas.

Tabela 4: Formação produzida juventude e/ou pela fundação partidária

| Partido | Juventude | Fundação | Juventude | Fundação |
|---------------|-----------------------------------|------------------------------------|---------------|----------|
| DEM | Juventude Democratas | Fundação Liberdade e Cidadania | Sim | Sim |
| PSB | Juventude Socialista Brasileira | Fundação João Mangabeira | Não | Não |
| PSDB | Juventude PSDB | Instituto Teotônio Vilela | Não informado | Não |
| PT | Juventude PT | Fundação Perseu Abramo | Não informado | Sim |
| PODE | Podemos Jovem | Fundação Podemos | Não informado | Não |
| CIDADANIA | Juventude 23 | Fundação Astrojildo Pereira | Não informado | Não |
| SOLIDARIEDADE | Solidariedade Jovem | Fundação 1º de Maio | Não informado | Não |
| PSC | PSC Jovem | Fundação Instituto Pedro Aleixo | Não informado | Não |
| REPUBLICANOS | Jovens Republicanos | Fundação Republicana Brasileira | Não informado | Não |
| PDT | Juventude Socialista do PDT | Fundação Leonel Brizola-Alberto | Sim | Não |
| MDB | Juventude MDB | Fundação Ulysses Guimarães | Não informado | Não |
| PSL | PSL Jovem | Instituto de Inovação e Governança | Não informado | Não |
| PCdoB | União da Juventude Socialista | Fundação Maurício Grabois | Sim | Não |
| PTB | Juventude PTB | Fundação Instituto Getúlio Vargas | Não informado | Não |
| PP | Jovens Progressistas | Fundação Milton Campos | Não informado | Não |
| PL | Juventude do PL | Fundação Álvaro Valle | Não informado | Não |
| PSD | PSD Jovem | Espaço Democrático | Não informado | Não |
| PV | Juventude Partido Verde | Fundação Verde Herbert Daniel | Sim | Não |
| PATRIOTA | Jovem Patriota | Fundação Ecológica Nacional | Não informado | Não |
| PTC | PTC Jovem | Instituto de Estudos Políticos São | Não informado | Não |
| DC | Democracia Cristã Jovem | Instituto Democrata Cristão de | Não informado | Não |
| PRTB | PRTB Jovem | Fundação Presidente Jânio Quadros | Não informado | Não |
| REDE | Juventude em REDE | Fundação Rede Brasil Sustentável | Não informado | Não |
| PSTU | Rebeldia - Juventude da Revolução | Instituto José Luiz e Rosa | Não informado | Não |
| PCB | União da Juventude Comunista | Fundação Dinarco Reis | Sim | Não |
| PCO | Aliança da Juventude | - | Não informado | - |

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados nos sites dos partidos, das suas respectivas juventudes e das suas respectivas fundações partidárias.

Como podemos verificar, o primeiro grande desafio ao analisar os mecanismos e estratégias de formação política da juventude partidária se dá na falta de informações a respeito desta questão. Das juventudes analisadas, somente a Juventude Democratas (DEM), a Juventude Socialista do PDT (PDT), a União da Juventude Socialista/UJS (PCdoB), a Juventude Partido Verde (PV) e a União da Juventude Comunista/UJC (PCB) apresentam informações e materiais de formação acessíveis em seus próprios sites, reafirmando mais uma vez a premissa de que esses ambientes são espaços legítimos de capacitação da juventude partidária. Além disso, a Juventude PT (PT) e a Juventude Democratas (DEM) também exibem materiais de formação de jovens nos domínios das suas respectivas fundações partidárias, a Fundação Perseu Abramo (PT) e a Fundação Liberdade e Cidadania (DEM). Esta última legenda, o Democratas, adota uma estratégia de formação calcada em três espaços concomitantes: o site da própria juventude, a fundação partidária e a participação de cursos produzidos pelas fundações partidárias alemãs (Stiftungen), como a Fundação Konrad Adenauer (KAS).

A partir desse primeiro mapeamento, po-

demos verificar o predomínio de uma estratégia pouco direcionada à formação política voltada para a juventude. Parece que a formação política da juventude partidária está atrelada à questão do grau de institucionalização desta ala na esfera intrapartidária. Quanto maior o grau de institucionalização da juventude, mais interessante é para a agremiação a questão da formação política para esta ala. Aquelas juventudes que dispõem de sites próprios seriam as alas mais institucionalizadas e, concomitantemente, são as que apresentam materiais de formação política.

À vista dos desafios enfrentados pelos partidos e pelas suas respectivas alas de juventude na produção massiva de formação política, identificam-se três lógicas de formação: uma lógica partido-centrada fechada, uma produzida a partir da cooperação com atores internacionais e, por fim, uma formação produzida por atores do terceiro setor voltados para dinâmica de renovação política. Cada estratégia está correlacionada aos interesses programáticos ou aos interesses de correligionários da agremiação. A primeira lógica, partido-centrada fechada, é aquela que utiliza a esfera intrapartidária para a produção de formação política para a juventude, sendo essas formas os sites ou as fundações partidárias. A segunda lógica se dá no estabelecimento de redes de cooperação entre as alas de jovens nos partidos e atores internacionais, tais quais as fundações partidárias alemãs. Por

fim, há também casos em que a formação pode ser produzida por atores do terceiro setor voltados para a lógica da renovação política, tal qual os diversos movimentos suprapartidários. Essa última estaria diretamente vinculada à formação de jovens para pleitear cargos eletivos. Vale ressaltar que tanto os atores internacionais quanto os movimentos suprapartidários operam sob a lógica da pluralidade, de forma que possam atuar na formação de juventudes de dois ou mais partidos.

Considerações finais

O presente ensaio buscou contribuir com o preenchimento de lacunas no campo de estudos dos partidos políticos no Brasil, qual seja, de mapear as diversas experiências de formação política produzidas pela e para as juventudes partidárias. Compreendemos a formação política como cursos de curto, médio ou longo prazo, orientados pela e para a lógica política partidária, ao mesmo tempo em que atuam na participação e formação de ideias para a instrução dos cidadãos.

Como podemos analisar, a formação política produzida pelos partidos podem seguir três modelos, construídos a partir da sua estratégia partidária, não excludentes e que podem se dar concomitantemente. O primeiro deles é a formação feita via estrutura intrapartidária, partido-centrada fechada, sendo ela apoiada nos sites ou nas fundações partidárias. A segunda

lógica se dá no estabelecimento de redes de cooperação entre as alas de jovens nos partidos e atores internacionais, tais quais as fundações partidárias alemãs. Por fim, há também casos em que a formação pode ser produzida por atores do terceiro setor voltados para a lógica da renovação política, tal qual os diversos movimentos suprapartidários. Essa última estaria diretamente vinculada à formação de jovens para pleitear cargos eletivos.

Vale ressaltar que as fundações partidárias diferem consideravelmente em termos de tamanho, recursos, alcance, área de ação e estratégia, e isto pode influenciar a falta de engajamento destas organizações na produção de programas de formação política de jovens. Já as fundações partidárias alemãs atuantes no Bra-

sil desempenham um papel importante na formulação de cursos e de formação política, que, em geral, são oferecidos a segmentos internos dos partidos (juventude e mulheres), atuando diversas vezes em mais de duas agremiações.

De fato, este primeiro mapeamento nos mostra que os sites individuais das juventudes partidárias são utilizados como instrumentos basilares de formação política. Estes podem ser lidos como espaços legítimos, estruturados, organizados e de fácil acesso, que produzem uma aproximação dos dirigentes com os militantes e que reforçam os valores ideológicos da agremiação.

Nesse sentido, é preciso indagar: como os partidos poderiam apoiar, fortalecer e expressar de forma mais enfática as demandas

da juventude em seus programas de formação? Como estas agremiações podem investir na formação da juventude partidária, que diversas vezes aparece de forma não sistemática e produzida através de diferentes atores e organizações? De que forma a condução das atuais estratégias de formação política para a juventude fortalece os ideais partidários e a construção de novos sujeitos políticos? É necessário investigar os efeitos destas experiências na estruturação de espaços de experimentação da vida e da prática política, de participação na definição de políticas públicas e nos efeitos da ação direta que as juventudes partidárias produzem no sistema político brasileiro.

Referências:

- ALMEIDA, Rodrigo Estramano. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XVII, vol. 01, 2016.
- AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. In: Revista Debates, v.7, n.2, p.11-32. Porto Alegre, maio/ago 2013.
- BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. In: Lua Nova, n. 38, p. 223-237, 1996.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Brasília, DF, jul. 1965. Institui a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP).
- BRASIL. Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Brasília, DF, jul. 1971. Institui a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP), revogando a anterior.
- BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Brasília, DF, dez. 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Brasília, DF, set. 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal promulgada em 1988.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 22.121/DF, de 1º de dezembro de 2005. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002.
- BRENNER, Ana Karina. Jovens de partidos: a experiência da socialização política. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur Buenos Aires, 2009, p.1-15.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários Tese de Doutorado apresentada ao programa de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens: entre disposições e interações. In: ANDRADE, Eliane Ribeiro; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). Juventude em perspectiva: múltiplos enfoques Rio de Janeiro: Ed UNIRIO, 2014. P.118-122.
- CARDIM, Carlos Henrique. Cultura política e fundações partidárias no Brasil. In: Brasil-Argentina: a visão do outro: soberania e cultura política. Org.: Cardim e Hirst. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. IPR/FUNAG. p. 361-370. Brasília, 2003.
- DALTON, R. J. The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics. Washington: CQ Press, 2009.
- DANTAS, Humberto. Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XI, vol. 03, 2010.
- DANTAS, Humberto. Educação política: sugestões de ação a partir da nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p. 2017.
- DANTAS, Humberto; FERNANDES, Ivan Filipe de A. Lopes. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 8, 2012, Gramado. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: ABCP, 2013.
- DUARTE, Priscila. Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias no Brasil e a formação política. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021.
- FERREIRA, Pedro Ricardo Bernardo. As juventudes partidárias são uma escola? Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Ciência Política, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2012.
- FORLINI, D. B. Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015.
- HENRIQUE, Ana Lúcia. A função educadora dos partidos políticos no Brasil: mais do que uma agenda de pesquisa, uma responsabilidade social. In: Legislativo pós 1988: reflexões e perspectivas. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). Party Politics, v.10, n.2, p.193-212, 2004.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In: FORBIG, Joerg (Ed). Revisiting youth political participation Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2005. p. 43-190.
- JARDIM, Luiza Brunetti Silva. O que se entende por educação política no Brasil? In: Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 33-45, jul./dez. 2018.
- KESSELMAN, Mark. Recruitment of rival party activists in France: party cleavages and cultural differentiation. The Journal of Politics, n. 35, n.1, p.2-44, 1973.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Still a traditional political class? Patterns of parliamentary Recruitment in Brazil (1946-2002). Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, v.30, n.60, p.13-40, 2005.
- MARTINS, Adriane Figuerola. Modelo organizacional de partidos políticos na internet: Um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores. IV Encontro da Compólitica, 2011.
- MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Editora Universidade de Brasília, 1982 [1911].
- NASCIMENTO, A. S., DA SILVA, B. S., SEINO, E. Educação para a cidadania: o projeto Parlamento Jovem em Araraquara – SP. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XVII, vol. 01, 2016.
- NORRIS, P. Introduction: theories of recruitment. In: NORRIS, P. (Ed.). Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies. New York: Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, P. Democratic phoenix: Reinventing political activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, P. Recruitment. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). Handbook on political parties London: Sage, 2006.
- POWER, T.; MOCHEL, M. Political recruitment in an executive-centric system: presidents, governors, and ministers in Brazil. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTEIN, S. (Eds.). Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008.
- PRADO, Henrique Sartori de Almeida. El papel de las fundaciones de los partidos políticos en el desarrollo de la democracia brasileña. Libel - The international Federation of Liberal Youth Organization Magazine, p. 1-6, 27, abr. 2009.
- PREWITT, K. The recruitment of political leaders. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.
- REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. O Espaço das Fundações Partidárias no Brasil: Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 9, 2014. Brasília, Anais Eletrônicos. Brasília, DF, Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.
- REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. In: Política & Sociedade. Set./Dez. Vol. 16, Nº 37, 2017.
- SARTORI, Giovanni. Partidos y sistemas de partidos Alianza, Madrid, 1980.
- SCHWARTZ, David C. Toward a theory of political recruitment. Western Political Quarterly, v. 22, n.3, p.552-571, 1969.
- SELIGMAN, L. Recruiting political elites New York: General Learning Press, 1971.
- SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott. Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America University Park: Penn State Press, 2012.

RENOVAÇÃO POLÍTICA? A PRESENÇA DA JUVENTUDE NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS ENTRE 2010 E 2020

Bruno Dias P. de Andrade
Joyce Luz

RESUMO: Este artigo busca explorar o desejo de renovação política por parte dos brasileiros, desvendando se a quantidade de candidatos jovens tem crescido nos últimos anos. A partir de dados do TSE se identificou os jovens que se candidatam e se elegem no país e a importância do financiamento de campanha para o sucesso eleitoral. O artigo ainda aborda as desigualdades de gênero entre as diferentes faixas etárias e quais campos ideológicos teriam maior presença de jovens. Foi usado como recorte as eleições para o poder legislativo entre 2010 e 2020, considerando os cargos de deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador. No período se identificou baixa presença de jovens em todos os pleitos, que as mulheres jovens são as que mais dependem de capital financeiro para se eleger e que apesar da maior proporção de jovens entre candidatos de partidos de esquerda, os que possuem maior presença no legislativo se concentram em partidos de centro-direita.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Juventude; Legislativo; Capital político

INTRODUÇÃO

Os últimos anos foram marcados por eventos importantes na trajetória das instituições democráticas do Brasil, que fizeram aumentar a descrença dos cidadãos com o governo representativo. O sentimento que temos atualmente é de que a população demanda cada vez mais por renovação política. Um dos fatores que evidenciam o aprofundamento dessa crise é o aumento nas últimas eleições

da proporção dos votos brancos, nulos e abstenções que superou os 30,9 % em 2020. Outro dado que também chama a atenção e que corrobora o sentimento de renovação política é o grau de confiança dos brasileiros nas instituições políticas. De acordo com a última pesquisa do instituto Datafolha², 45% dos brasileiros não confiam no Congresso Nacional e cerca de 58% não confiam em partidos políticos. Por último, a vitória eleitoral de candidatos populistas com discurso anti-establishment e que se apresentam como “não-políticos” tem ganhado mais notoriedade.

Seja na busca por uma nova política ou por algo que seja diferente do status quo, cidadãos indicam forte desconfiança ou desafeição com os candidatos tradicionalmente apresentados para o pleito. Tal comportamento, por sua vez, não parece ser uma surpresa à luz do que Manin (1995), por exemplo, nos apresentou como um dos dilemas da democracia representativa. De acordo com o autor não necessariamente a democracia representativa consegue garantir a eleição de representantes tal qual os grupos se encontram divididos na sociedade. Isso por que o acesso à vida política em si é desigual. Não raramente, os políticos com mais acesso à recursos e capital político são os que conseguem se tornar representantes. Tal como posto por Manin (1995), a democracia representativa nos forneceria representantes de uma aristocracia, ou seja, de uma mesma elite ou grupo político.

A luz da teoria, também é possível discutir esse sentimento ou necessidade de renovação que nasce do eleitorado a partir dos argumentos expostos por Manin, Przeworski e Stokes (2006). Tal como Manin (1995), os autores também colocam que teoricamente, se temos eleições amplas e livres, os governos democráticos eleitos neste contexto deveriam ser um reflexo da população que os elegeram e que, portanto, teriam que atuar em favor do interesse dos eleitores (p.105). Contudo, na prática,

os autores apontam que existem problemas importantes dentro desta ideia de representação. O principal é o de que os políticos - em geral - agem de acordo com certos interesses e incentivos, tanto pessoais quanto externos e isso pode levá-los a tomar atitudes diferentes das que são esperadas pelos cidadãos que os elegeram e, por consequência, eles podem deixar de representar em certa medida os seus eleitores.

Dentro desses dois problemas apontados, qual seja o da eleição recorrente de uma elite política e o da escolha de representantes que nem sempre atuam de acordo com as vontades e desejos de seus representados, é esperado que a população demonstre sentimentos de insatisfação com os atores políticos e de que tais sentimentos despertem desejo por renovação política. E apesar da crescente insatisfação da população com o sistema político cabe aqui destacar que ainda são poucos os estudos que tentam captar tal desejo por renovação e entender como tal processo acontece, ou não, na prática e em cargos eletivos. Nesse sentido o principal objetivo desse artigo será o de analisar a associação entre as variáveis de idade e sucesso eleitoral. Em outras palavras, esse artigo se propõe a entender como o processo de renovação política pode ou não ser traduzido com a escolha de candidatos mais novos para cargos eletivos. Analisar a participação da juventude em tais cargos se torna fundamental já que ela pode impulsionar a renovação dos nossos representantes e assim trazer novas práticas para a arena política.

Pretendemos, assim, responder primeiramente se a proporção de jovens em cargos eletivos tem aumentado ao longo das últimas eleições. Posteriormente, abordamos o impacto do financiamento de campanha, da desigualdade de gênero e dos espectros ideológicos no número de jovens que se candidatam. Para responder a estas questões, abordamos as últimas eleições que aconteceram entre 2010 e 2020, especificamente para os cargos de vereador, deputado estadual³ e deputado federal em todo o território brasileiro.

A JUVENTUDE POLÍTICA A LUZ DA LITERATURA

Entre 1994 e 2007, a literatura sobre participação juvenil teve como questões centrais (i) entender os jovens que não participam e (ii) as novas formas de participação dos jovens. (BOGHOSSIAN E MINAYO, 2009). Dentro deste

¹ Fonte: Repositório de dados do TSE

² Os resultados e metodologia empregadas na pesquisa podem ser visualizados em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988221-forcas-armadas-tem-maior-grau-de-confianca-entre-instituicoes.shtml#>

³ Deputados distritais, referente ao Distrito Federal, serão computados dentro da categoria de deputados estaduais.

período, a maioria dos estudos se focaram em entender participação de jovens no movimento estudantil, mas poucas são as pesquisas que se debruçam ou debruçaram sobre a presença de jovens em outras formas tradicionais de participação, como sindicatos, associação de moradores, partidos políticos entre outros. Sendo assim, também há a ausência de estudos sobre os jovens que se transformam em "profissionais da política" (WEBER, 1968) ao ocuparem cargos eletivos (SPOSITO, M.P, BRENNER, A. K., FRANCO, F, 2009).

No período recente, podemos destacar os estudos que buscam entender os fatores que determinam o perfil da participação dos jovens, assim como o processo de socialização política que experimentam em determinados espaços. Existe uma tradição na literatura que aponta forte influência do ambiente familiar e escolar para o processo de participação do jovem (FUKS, 2012; CASTRO, 2009; SCHIMDT, 2000; DAYRELL, GOMES E LEÃO, 2010; BRENNER, 2011; LUGÓ, 2014; RODRIGUES, MENEZES e FERREIRA, 2018). Por um outro lado, dialogando com estes estudos, estão autores que demonstram a importância do indivíduo, do protagonismo juvenil e do processo de empoderamento dos jovens ao longo do tempo. Estes estudos tendem a mostrar (i) como

determinante a própria prática dos sujeitos como elementos próprios de aprendizagem, (ii) a importância dos processos de socialização que ocorrem dentro dos movimentos que os jovens participam e (iii) a influência da internet e das novas formas de comunicação no processo de socialização política (BAQUERO e MORAIS, 2016; SILVA, 2015; CARRANO, 2006; TSEKOURA, 2016).

Um foco grande na literatura tem sido mapear as novas formas de participação política e engajamento juvenil, tendo como principal fonte de referência as mobilizações de junho de 2013. A nova geração de jovens estaria disposta a outro tipo de engajamento, que fosse mais fluido e não significasse incorporar todas as obrigações e objetivos políticos de instituições tradicionais (CICCHELLI, 2009). No entanto, os jovens parecem possuir sentimentos contraditórios, onde ora apontam a ausência de espaços de participação dentro dos partidos e ora reconhecem nos adultos maior experiência e habilidade para liderar (BRENNER, 2011).

Vale mencionar que a relação entre idade do candidato e desempenho eleitoral foi brevemente analisada por Peixoto (2010), que chegou à conclusão de que haveria baixo impacto da idade do candidato no seu desempe-

nho eleitoral. Contrapondo a estes resultados, Heiler (2011), em sua pesquisa sobre o impacto do financiamento de campanha em comparação com outras variáveis sociodemográficas nos resultados eleitorais para vereadores, afirma haver uma correlação entre idade e os resultados eleitorais, em que candidatos com mais de 60 anos estariam em situação de desvantagem se comparado a faixa etária entre 18 e 29 anos.

Nicoletti (2013) aborda a participação de jovens nas eleições municipais de 22 municípios do Rio Grande do Sul e encontrou como resultado principal uma proporção baixa de jovens que são eleitos, sendo a maioria homens, com nível de escolaridade razoável, que se dividiam de maneira equilibrada entre os diferentes espectros ideológicos e no geral apresentavam baixo patrimônio. Já em um segundo momento, Nicoletti (2018) vai além e analisa a participação e ocupação dos jovens ao cargo de deputado federal entre 1990 e 2014. Tal como antes, o autor também encontra que os jovens eleitos seriam majoritariamente herdeiros de capital político familiar.

Diversos fatores intrínsecos e extrínsecos tendem a influenciar o sucesso eleitoral de um candidato (NORRIS, 1993). Entretanto são poucos os estudos brasileiros a respeito do tema



que avaliaram se estes efeitos seriam distintos de acordo com a faixa etária dos candidatos. Fatores extrínsecos estariam ligados com o contexto econômico do país, sistema eleitoral, cultura política, partidos entre outros (CODATO, CERVI, & PERISSINOTTO, 2013; MIGUEL, 2004; CAMPOS, 2015). Já os fatores intrínsecos estariam relacionados com perfil social dos candidatos, como gênero, patrimônio/despesas de campanha e experiência profissional (MANCUSO, 2015; PEIXOTO, 2010; SCCHET e SPECK, 2012; BORDIGNON, 2013). Visto que as instituições tendem a trazer regras e limitações a disputa política como um todo, podemos esperar que estes fatores também influenciaram as chances de sucesso eleitoral dos jovens, assim como encontrou Nicoletti (2018).

Um conceito importante para entender o sucesso eleitoral de jovens é o de capital político. Segundo Bourdieu (2011), seria uma espécie de capital vinculado com a reputação e maneira de ser reconhecido, que é adquirido de maneira desigual e pode ser separado entre (i) capital pessoal e o (ii) capital delegado pelas instituições as quais o indivíduo pertence. Miguel (2003) especifica ainda, tendo em consideração a pouca identificação partidária no contexto brasileiro, que o capital pessoal poderia ser dividido em (i) capital convertido e (ii) capital heroico. Sendo o primeiro adquirido através do reconhecimento prévio em outros campos, como por exemplo, do campo profissional, econômico, cultural, religioso e artístico. O segundo seria adquirido através de destaque e aparição em momentos específicos de crise ou eventos marcantes.

Os jovens pelo simples fato de terem menos anos de vida, e considerando que a reputação e capital político se constrói em geral com o passar do tempo, teriam maiores dificuldades para se eleger em cargos mais altos. Bordignon (2013), Costa (2010) e Miguel (2003) por exemplo, ressaltam que os políticos que conseguem alcançar cargos eletivos nas esferas regionais e nacionais, em grande parte passaram previamente por outros cargos eletivos ou de interface com a sociedade civil de âmbito local. Nesse sentido, é de se esperar que jovens

em cargos de vereador tenham maior facilidade de se eleger através de sua trajetória política enquanto em cargos mais altos estariam dependentes de capital convertido de outras esferas, ou até por herança de capital político familiar (NICOLETTI, 2018; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

Considerando os estudos realizados até o momento sobre participação política da juventude e sucesso eleitoral, podemos esperar uma baixa participação de jovens na política institucional, principalmente em cargos de maior abrangência territorial e que demandem maior capital político. Sendo gênero, despesas de campanha, identificação ideológica e capital político variáveis que influenciam no desempenho dos jovens em eleições e ampliam a falta de representatividade desse segmento nos poderes legislativos. Antes de testar esta hipótese fazemos um breve recompilado do sistema eleitoral brasileiro e suas limitações para participação de jovens.

JUVENTUDE E MUDANÇAS NO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Primeiro é importante ressaltar o conceito de juventude utilizado nesse artigo. Ele está baseado na lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), em que “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Em segundo, cabe explicar brevemente o sistema eleitoral utilizado nas eleições brasileiras e os critérios e processos de elegibilidade de candidatos. Atualmente para as eleições de vereadores, deputados estaduais e federais se utiliza o sistema proporcional de lista aberta. Além das fórmulas específicas de cálculo neste sistema, existem cláusulas de barreiras e outros critérios que podem alterar a participação e proporcionalidade do pleito. Ao analisar a participação da juventude no legislativo brasileiro, uma das regras atuais que são determinantes é o critério de elegibilidade relacionado a idade. Entre os anos de 2010 e 2020, para se candidatar a vereador era neces-

sário ter 18 anos, e para deputado estadual e federal 21 anos.

Por último vale destacar que no período analisado diversas mudanças a respeito do financiamento de campanhas foram implementadas. Em 2015 o STF proibiu as doações eleitorais por parte de pessoa jurídica já a partir das eleições do ano seguinte, além disso houve uma diminuição do período de campanha eleitoral em 2016. Para 2018 foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), se estabeleceu limites nominais para as despesas e se estabeleceu uma exigência de que 30% do FEFC e Fundo Partidário fosse destinado para candidatas mulheres. Por último, em 2020 se estabeleceu que somente até 10% das receitas de campanha poderiam vir dos próprios candidatos e que o limite de despesas seriam os mesmos do ano de 2016 ajustados pela inflação.

A PRESENÇA DE JOVENS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

A idade média dos candidatos que disputaram eleições para vereadores, deputados estaduais e federais foi elevada nas últimas três eleições, demonstrando que estes espaços são predominantemente adultos. Na tabela 1, podemos observar a comparação da idade média entre candidatos eleitos e não eleitos. Em média, vereadores eleitos tendem a ser mais jovens que os não eleitos, diferença que varia entre 0,3 anos (3 meses) e 0,7 anos (8 meses). Quando analisamos os cargos de deputados estaduais e federais, essa relação se inverte, onde os eleitos tendem a ser em média mais velhos com diferenças de até 3 anos. Vale notar, que nas eleições de 2018 para ambos cargos de deputados, houve uma diminuição na diferença das idades médias, o que sugere que mudanças nas regras eleitorais para esse ano podem ter “rejuvenescido” as assembleias legislativas pelo país e a câmara de deputados federais.



Tabela 1 – Idade média dos candidatos a deputado estadual e federal

| | Ano Eleição | Idade Média Candidatos | Idade Média Eleitos | Idade Média Não Eleitos | Diferença Eleitos e Não Eleitos |
|-------------------|-------------|------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------------------|
| VEREADOR | 2012 | 44 | 43,4 | 44,1 | -0,7 |
| | 2016 | 44,4 | 44,1 | 44,4 | -0,3 |
| | 2020 | 45,2 | 44,6 | 45,3 | -0,7 |
| DEPUTADO ESTADUAL | 2010 | 46,3 | 48,1 | 46,2 | 1,9 |
| | 2014 | 46,6 | 48,7 | 46,4 | 2,3 |
| | 2018 | 47 | 47,9 | 46,9 | 1 |
| DEPUTADO FEDERAL | 2010 | 47,8 | 50,9 | 47,5 | 3,4 |
| | 2014 | 47,8 | 50,7 | 47,6 | 3,1 |
| | 2018 | 48,1 | 49 | 48,1 | 0,9 |

Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021.

Ao analisar os candidatos de acordo com as faixas etárias percebemos que a participação da juventude é também baixa se comparada com os grupos mais velhos. Na tabela 2, conseguimos observar que as maiores proporções de jovens eleitos estão presentes no cargo de vereador, com uma média de 7,5%, enquanto as menores proporções são para o cargo de deputado federal, com uma média de

3,5% de jovens eleitos. Essa proporção tende a diminuir para o cargo de vereadores e aumentar no para deputados estaduais e federais ao longo das últimas três eleições. Para entender, no entanto, se essa seria uma tendência do sistema eleitoral atual seria importante realizar estudos longitudinais envolvendo uma maior quantidade de eleições. Importante notar também que a proporção de jovens eleitos tende

a ser menor do que jovens não eleitos para todos os cargos e eleições contempladas. Por fim, considerando que a proporção de eleitores entre 16 e 29 anos aptos a votar representou nos últimos 10 anos uma média aproximada de 25% do eleitorado⁴, podemos afirmar que o grupo de jovens se encontra subrepresentado em todos os pleitos analisados.

Tabela 2 – Proporção de jovens eleitos e não eleitos por cargo e ano

| Cargo | Ano Eleição | % de jovens não eleitos | % de jovens eleitos |
|-------------------|-------------|-------------------------|---------------------|
| VEREADOR | 2012 | 10,79 | 8,22 |
| | 2016 | 10,62 | 7,46 |
| | 2020 | 9,02 | 7,08 |
| DEPUTADO ESTADUAL | 2010 | 6,38 | 4,44 |
| | 2014 | 6,87 | 4,15 |
| | 2018 | 6,2 | 5,38 |
| DEPUTADO FEDERAL | 2010 | 5,6 | 3,12 |
| | 2014 | 6,59 | 3,9 |
| | 2018 | 5,23 | 3,7 |

Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021

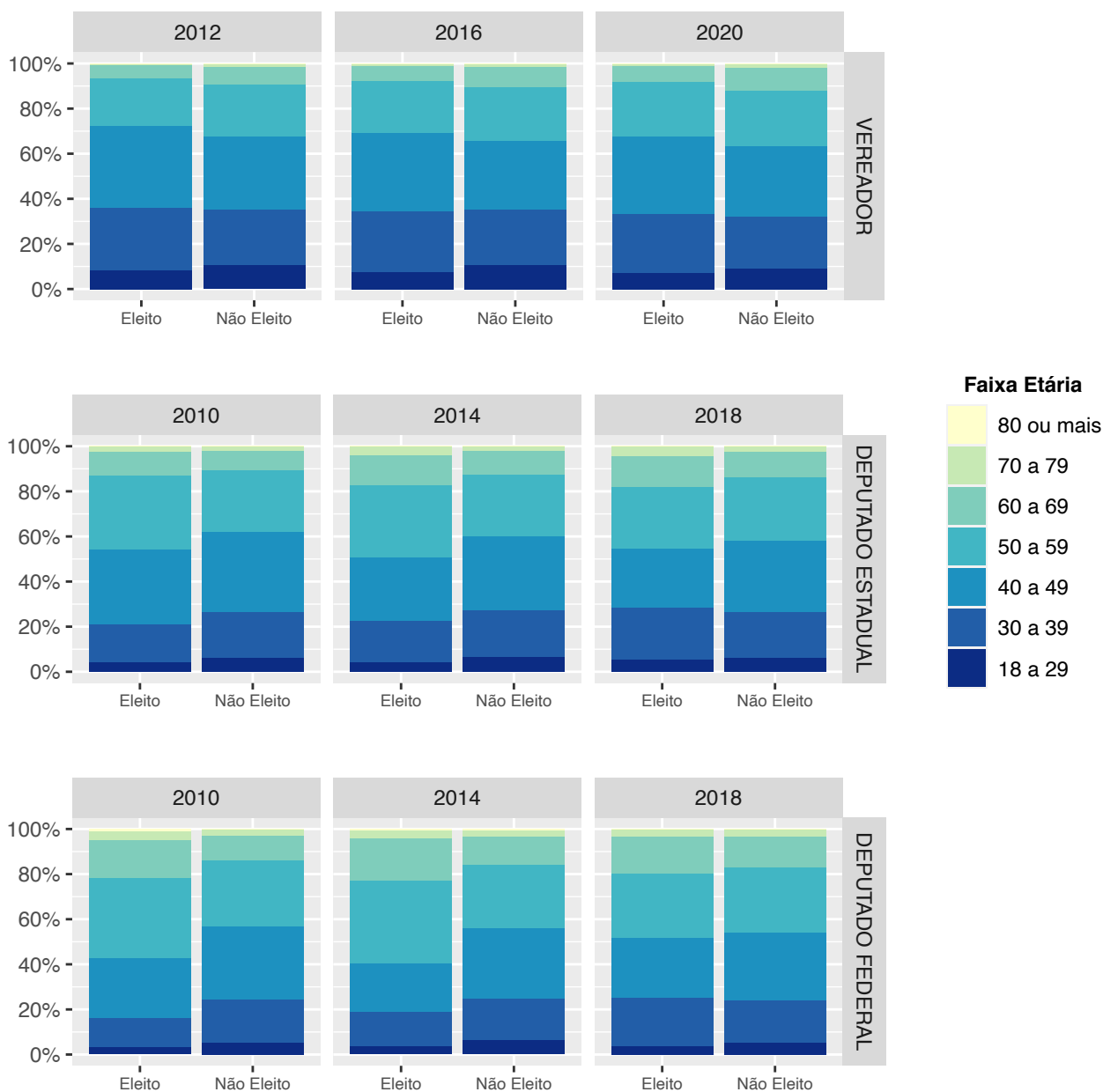
⁴ Fonte: TSE – Repositório dados eleitorais, 2020

No que diz respeito ao legislativo municipal ainda podemos ressaltar que a faixa etária com maior representatividade na proporção de eleitos foi a de 40 a 49 anos, variando entre 36% e 34% no período analisado. No caso de

deputados estaduais e federais, o grupo com maior proporção é o dos que possuem entre 50 a 59 anos de idade com aproximadamente um terço do total de eleitos. Na figura 1, é possível observar a distribuição das faixas etárias entre

eleitos e não eleitos para todos os cargos analisados.

Figura 1 – Comparação de grupos etários entre eleitos e não-eleitos



Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021.

É interessante notar que no cargo de vereador, a proporção de eleitos até 49 anos tende a diminuir, enquanto todas as faixas etá-

rias acima de 49 anos tendem a aumentar. Já no caso de deputados estaduais parece haver uma diminuição na proporção de eleitos para as faixas etárias centrais (40 a 49 e 50 a 59) e um aumento para os grupos etários mais jovens e mais velhos (até 39 anos e acima de 60).

Para os eleitos ao cargo de deputado federal a mudança mais significativa é o aumento da proporção da faixa etária de 30 a 39 anos, que passa de 13% a 21%, ao mesmo tempo em que os outros grupos passaram por variações inconstantes sem uma tendência clara.

Em resumo, encontramos que os legislativos municipais, estaduais e federais apresentam baixa presença de jovens em suas cadeiras, no entanto essa relação é diferente em cada um dos cargos analisados. O cargo a vereador possui a menor média de idade entre os eleitos, sendo o único cargo em que os eleitos são em média mais jovens que os não eleitos e que apresenta a maior proporção de jovens entre 18 e 29 anos. Por outro lado, percebemos que o cargo de deputado federal apresenta a maior média de idade, sendo os eleitos em média 3 anos mais velhos do que os não eleitos e com a menor proporção de jovens entre todos os cargos.

Essas diferenças poderiam ser explicadas por dois motivos: (i) existe uma diferença de idade mínima para se candidatar a esses cargos de até três anos e (ii) existe uma necessidade de maior capital político para cargos a nível estadual e federal que tendem a dificultar a participação de jovens nesses espaços. Segundo Pinto (2012), existiria uma sequência pré-determinada de conquistas para alcançar cargos mais altos à nível federal e que passam por primeiro assumir cargos a nível local e regional. Assim,

jovens que assumem cargo de deputado federal tendem a depender de uma transmissão de capital político familiar e financeiro maior do que um capital político acumulado em cargos anteriores (NICOLETTI, 2018). Desses achados, podemos deduzir que o impacto do financiamento de campanha será diferente entre candidatos jovens e adultos, já que jovens em cargos altos estariam mais dependentes deste tipo de capital. Este é o próximo tópico que abordaremos, onde analisamos a relação das despesas de campanhas entre eleitos e não eleitos para as diferentes faixas etárias e cargos.

CANDIDATOS JOVENS E FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Segundo Mancuso (2015), em seu artigo que revisa a literatura sobre investimento eleitoral no Brasil entre 2001 e 2012, existe uma forte tendência nos estudos acadêmicos à apresentar uma correlação positiva entre as va-

riáveis de gasto em campanhas eleitorais com a quantidade de votos recebidos pelos candidatos. Peixoto (2010), adiciona ainda que os gastos tendem a ser mais relevantes para os que ainda não possuem mandato. Apesar de neste artigo não considerarmos o histórico dos candidatos em cargos políticos e taxas de reeleição, que permitiriam um melhor aprofundamento desses impactos financeiros, podemos supor que as despesas de campanha terão também impacto no sucesso eleitoral dos jovens. Afinal, as elites políticas jovens estariam influenciadas também pela natureza das regras institucionais que afetam a todas as faixas etárias e indicam despesas como determinante para o sucesso eleitoral (NICOLETTI, 2018).

Sendo assim, neste tópico exploramos as diferenças de financiamento que obtiveram os candidatos eleitos dos não eleitos de acordo com as faixas etárias. Para tal foi analisado o valor médio de despesas realizadas pelos candidatos para cada uma das faixas etárias, e posteriormente encontrando a razão dos resultados entre eleitos e não eleitos (valor médio despesas candidatos eleitos / valor médio despesas candidatos não eleitos).

Tabela 3 – Razão de despesas de jovens eleitos e não eleitos

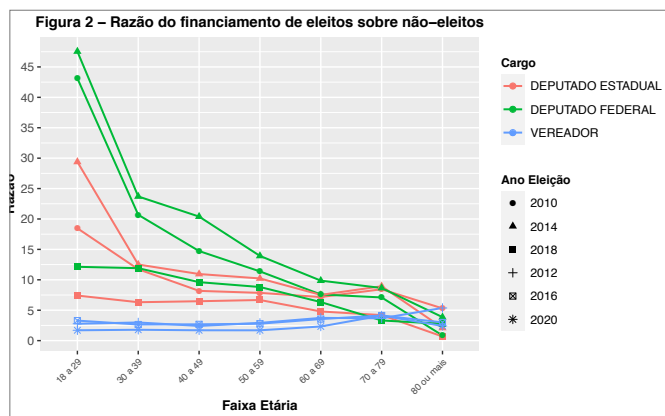
| Cargo | Ano Eleição | Razão Despesas Eleitos/Não eleitos |
|-------------------|-------------|------------------------------------|
| VEREADOR | 2012 | 2,7 |
| | 2016 | 3,2 |
| | 2020 | 1,7 |
| DEPUTADO ESTADUAL | 2010 | 18,4 |
| | 2014 | 29,3 |
| | 2018 | 7,4 |
| DEPUTADO FEDERAL | 2010 | 43,1 |
| | 2014 | 47,5 |
| | 2018 | 12,1 |

Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021.



Na tabela 3, observamos que os jovens eleitos a deputado federal para os pleitos de 2010 e 2014 receberam em média 43,1 e 47,5 vezes mais financiamento do que os candidatos na mesma faixa etária que não foram eleitos. Já no ano de 2018 essa relação diminuiu drasticamente e atinge 12,1. Essa tendência se repete para o cargo de deputado estadual, onde as duas primeiras eleições apresentam altos números e a de 2018 tem uma redução significativa. No geral, para o cargo de vereador os números são relativamente baixos, com a última eleição também apresentando uma redução.

Tal achado vai alinhado com as conclusões de Mancuso (2015) em que candidatos eleitos teriam maior poder de financiamento. Entretanto, quando analisamos a figura 2, impressiona ver que conforme aumenta a idade dos candidatos a razão tende a diminuir para os cargos de deputado federal e estadual e aumentar levemente para o cargo de vereadores nos últimos grupos etários. Além disso, para os cargos estaduais e federais as eleições de 2018 parecem ter tido uma mudança significativa e equilibrado essas diferenças entre faixas etárias, apesar do grupo de jovens eleitos ainda continuarem os que mais gastam em média se comparado com os não eleitos do mesmo grupo etário.



Em resumo, os dados demonstram que o financiamento também é significativo para o sucesso eleitoral de jovens. Mais importante, no entanto, e alinhado com os achados de Nicoletti (2018), ilustramos que os jovens para serem eleitos tendem a depender de capital financeiro mais fortemente do que outras faixas etárias, principalmente em cargos mais altos a nível estadual e federal. Considerando que jovens tiveram em média uma carreira política mais curta, a acumulação de capital político exigida para estes cargos precisa advir de outras fontes, por transmissão de capital político familiar, capital adquirido em outros campos ou, como mostramos acima, de capital financeiro. Ainda, os dados sugerem que as novas regras de financiamento de campanhas implementadas no período analisado, como a diminuição do limite de gastos em campanha e a proibição do financiamento empresarial, parece ter diminuído a relevância dessa variável no sucesso eleitoral dos jovens.

GÊNERO E SUCESSO ELEITORAL DE JOVENS

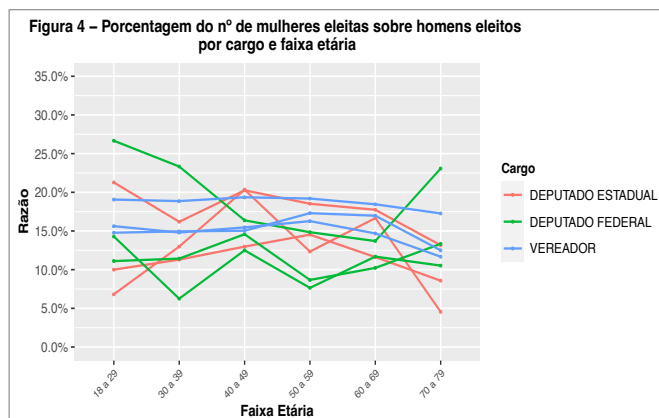
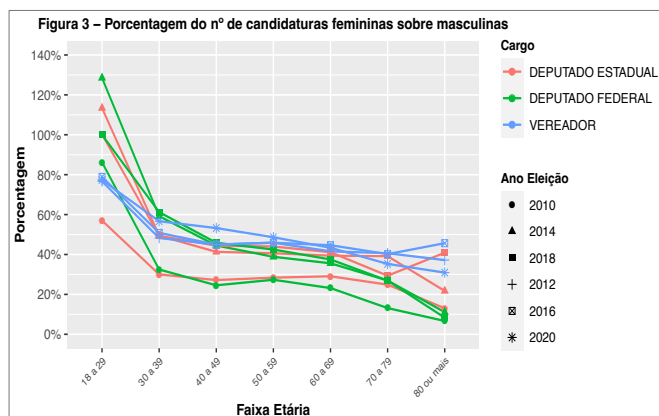
O Brasil apresenta uma das maiores taxas do mundo em relação à desigualdade de gênero no acesso a cargos legislativos. Enquanto as casas legislativas federais das Américas tendem a ser compostas em média por 22% de mulheres (SCCHET e SPECK, 2012), no Brasil esse número foi de 9% em 2010 e de 15% em 2018. Apesar da leve melhora nos últimos anos, ainda existe uma grande diferença na ocupação de cadeiras no le-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, estatísticas eleitorais.

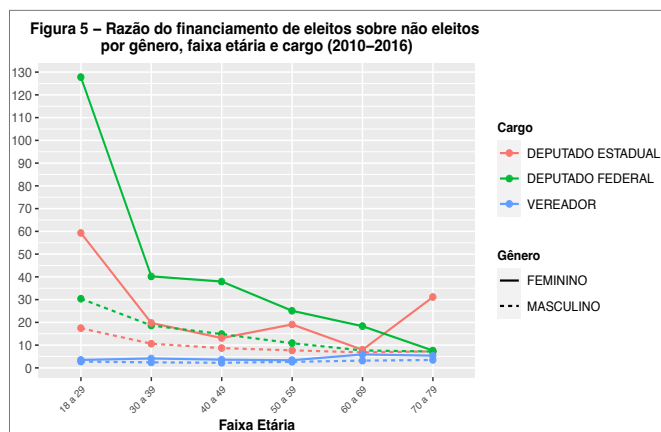
gislativo entre homens e mulheres, sendo a média dos últimos três anos menor para cargos na câmara de deputados (11,3%) se comparado com as câmaras municipais (14,3%).

Tendo em vistas esses dados alarmantes sobre participação das mulheres na política, se faz necessário entender, se esta desigualdade está presente na mesma proporção nas diferentes faixas etárias que estão sendo analisadas ao longo desse artigo. Desde a perspectiva de jovens militantes de partidos políticos existiria uma maior desigualdade de gênero entre os adultos que entre os jovens, apesar de em ambos grupos ainda haverem muitos relatos de preconceito de gênero (BRENNER, 2011).

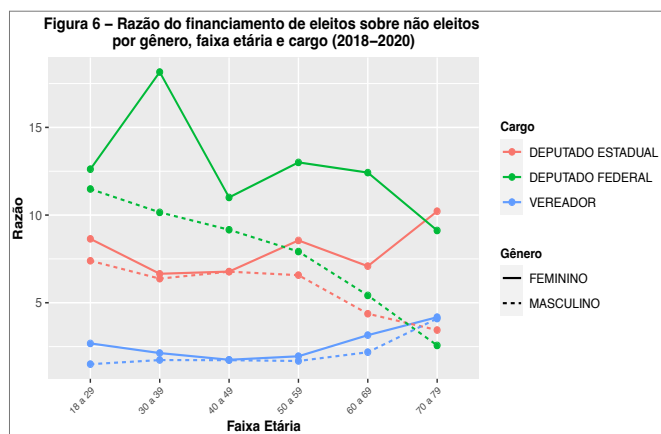
Na figura 3 podemos observar a tendência na proporção de candidatas mulheres sobre candidatos homens, nas diferentes eleições e faixas etárias. Ao analisar os dados, encontramos que em todas eleições analisadas a faixa etária que possui uma maior paridade de gênero é entre os candidatos de 18 e 29 anos. Ainda podemos destacar o ano de 2014, onde o número de candidatas mulheres jovens supera o número de candidatos homens jovens em 28% para deputados federais e em 13% para deputados estaduais. Tais dados confluem com os achados por BRENNER (2011) em que a desigualdade de gênero estaria melhor resolvida entre os jovens. Entretanto, quando olhamos somente para o grupo de candidatos que conseguiram se eleger, percebemos que não existe uma tendência definida na relação entre mulheres e homens para as diferentes faixas etárias e eleições, como demonstrado na figura 4. A suposta igualdade de gênero entre os jovens parece estar presente somente no número de candidatos, mas não número de jovens eleitos.



A relação entre sucesso eleitoral de jovens e paridade de gênero, entretanto, é melhor analisada quando incluímos a variável de financia-



mento eleitoral e outros tipos de acesso a recursos para realizar estas comparações. Mesmo que existam outros fatores, como o capital político, que influencia as diferenças de sucesso eleitoral entre homens e mulheres, parece ser o financiamento o aspecto mais relevante (SACCHET e SPECK, 2012). Para considerar essas variáveis, desenvolvemos dois gráficos que mostram a razão de financiamento de eleitos sobre não eleitos, categorizado por gênero e cargo. Como a partir de 2018 tiveram mudanças significativas nas regras de financiamento de campanha, os gráficos apresentados foram divididos antes e depois desse período. A figura 5, ilustra a média da razão de financiamento de eleitos sobre não eleitos para as eleições que aconteceram entre 2010 e 2016, enquanto a figura 6 ilustra essa mesma razão para as eleições entre 2018 e 2020.



O primeiro ponto que chama atenção é que antes das mudanças nas regras de financiamento de campanha mulheres jovens gastavam em média 127 vezes mais para serem eleitas se comparada com mulheres jovens não eleitas para o cargo de deputada federal. Essa proporção era de 59 vezes para cargo de deputada estadual e aproximadamente 3 para o cargo de vereadora. Em comparação, os homens jovens eleitos gastaram em média 30 vezes mais que homens jovens não eleitos para deputado federal, 17 vezes mais para o cargo de deputado estadual e 2.7 vezes mais para o cargo de vereador. Além da evidente disparidade entre homens e mulheres, são especialmente as mulheres jovens que precisam investir mais para conseguirem ser eleitas, principalmente para cargos que demandam uma maior abrangência territorial e maior capital político. Enquanto homens jovens também gastam em média mais que

outras faixas etárias para serem eleitos, essa diferença é muito menor quando comparada as mulheres jovens.

Após as novas regras de financiamento, as questões de desigualdade de gênero seguem. Entretanto, parece haver tido uma mudança significativa na tendência relacionada a faixa etária. Se antes mulheres jovens eleitas a deputada federal gastavam em média 130 vezes mais do que as não eleitas, essa relação cai para menos de 15 nas eleições de 2018. A maior diferença entre homens e mulheres parece estar agora entre na faixa etária de 70 a 79 anos. Vale ressaltar que nas eleições para as câmaras municipais, não houve uma mudança de tendência comparando antes e depois das novas regras de financiamento de campanha.

Em resumo, podemos destacar que no total de candidaturas o grupo de jovens é o que apresenta maior paridade entre homens e mulheres. Apesar disso, quando vemos exclusivamente as pessoas que tiveram sucesso eleitoral, percebemos não haver uma relação clara na interação entre as variáveis gênero e faixa etária. No entanto, quando incluímos a variável de despesas de campanha na análise, percebemos que são as mulheres jovens que em média investem mais para serem eleitas se comparadas com mulheres jovens não eleitas. Por último, parece haver novamente uma relação em que conforme o cargo depende de mais capital político e abrangência territorial para atingir o sucesso eleitoral, mais as desigualdades de gênero e idade tendem aumentar.

PARTIDOS POLÍTICOS DOS JOVENS CANDIDATOS

É assegurado para os partidos políticos “autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento” (BRASIL, 1988), assim sendo, dando liberdade também para que o processo de seleção dos candidatos que irão disputar uma eleição seja decidido a nível interno. Diversos estudos demonstram como partidos de diferentes ideologias variam nos seus métodos de recrutamento dos candidatos e assim influenciam o perfil dos atores envolvidos (RODRIGUES, 2002, MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007, PANEBIANCO, 2005). Partidos que se posicionam no espectro mais à direita tendem a ter parlamentares com carreiras fundadas em capital político construído através de relações de parentesco, exercício profissional e capital social individual e financeiro. Já partidos de esquerda tendem a ter atores com carreiras baseadas na participação em associações coletivas, entidades estudantis, sindicatos e movimentos sociais (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007). Assim, enquanto candidatos a direita tendem a depender de um capital político mais individual, os que se posicionam a esquerda tendem a construir sua reputação com base nas organizações e instituições coletivas nas quais participam (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007).

Os diferentes partidos e seus respectivos métodos de recrutamento moldam o perfil dos atores que neles participam e tendem a dar mais ou menos importância para o protagonismo juvenil. Na maioria das vezes, partidos de esquerda contam com uma maior participação de jovens assim como também possuem mais espaços estatutários reservados para este grupo de filiados (MACHADO, 2016; BRENNER, 2011).

Tendo em vista o anterior, nesse tópico iremos analisar quais partidos teriam tido maiores êxitos em eleger candidaturas juvenis, e assim identificar se haveria algum vínculo entre ideologia partidária e participação de jovens em cargos eletivos. Para analisar esta relação, nos baseamos nos estudos de Tarouco e Madeira (2015), que compararam diferentes escalas ideológicas de partidos brasileiros elaboradas por acadêmicos e encontram forte correlação entre a maioria delas, sendo a categorização realizada pela pelo survey da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010 a que contemplaria o maior número de partidos.

O survey foi realizado com participantes da área temática de eleições da ABCP que avaliaram numa escala de 1 a 7 diferentes partidos brasileiros de acordo com o espectro ideológico (tabela 10). O coeficiente usado demonstra que, conforme o partido esteja mais próximo de 1, mais à esquerda ele estaria, e conforme esteja mais próximo de 7 mais à direita estaria. Vale mencionar que devido o estudo ter sido realizado em 2010, alguns partidos podem ter oscilado no seu espectro ideológico ao longo do tempo, o que pode trazer algumas imprecisões para a análise de eleições mais recentes.

Além disso, novos partidos surgiram no período de estudo e foram excluídos da análise, outros partidos tiveram mudanças de nomes e se optou por manter o nome inicial dos mesmos. Por último, nós categorizamos os coeficientes entre Esquerda (1 - 2.5), Centro-Esquerda (2.5 - 3.5), Centro (3.5 - 4.5), Centro-Direita (4.5 - 5.5) e Direita (5.5 - 7) para facilitar a interpretação dos resultados.

Tabela 4 - Classificação de partidos por ideologia

| Partido | Coeficiente | Ideologia Partido |
|---------|-------------|-------------------|
| PCO | 1,1 | Esquerda |
| PSTU | 1,2 | |
| PSOL | 1,4 | |
| PCB | 1,5 | |
| PC do B | 2,3 | |
| PT | 2,9 | Centro-Esquerda |
| PSB | 3 | |
| PDT | 3,3 | |
| PV | 3,5 | |
| PPS | 4 | Centro |
| PMDB | 4,2 | |
| PMN | 4,4 | |
| PHS | 4,5 | |
| PSDB | 4,6 | |
| PT do B | 4,7 | |
| PTB | 5 | |
| PTC | 5,1 | Centro-Direita |
| PTN | 5,1 | |
| PRB | 5,1 | |
| PSL | 5,2 | |
| PSC | 5,2 | |
| PRTB | 5,3 | |
| PSDC | 5,4 | |
| PR | 5,4 | |
| PRP | 5,4 | Direita |
| PP | 6 | |
| DEM | 6,2 | |

Fonte: Elaboração própria. Tarouco e Madeira (2015).



Nas figuras de 7 a 9, realizamos o cruzamento entre a colocação no espectro político e número de eleitos. Podemos perceber que existe um maior número de jovens eleitos por partidos de centro-direita em quase todos os cargos e anos, exceto para a disputa a deputado federal no ano de 2010. Ainda assim parece haver tendências ao longo dos anos que tendem a refletir o cenário mais amplo do país e que não afetou só os jovens, que é uma diminuição do centro e aumento dos polos do espectro, principalmente tendendo a centro-direita e direita. Entretanto, quando analisamos as figuras de 10 a 12, que concentram a proporção de jovens eleitos por ideologia do partido nas últimas três eleições, é a esquerda que proporcionalmente tende a ter mais jovens dentro das pessoas que consegue eleger. Sendo a exceção para cargos de deputados estaduais, onde a centro-direita teve mais sucesso.

Em resumo, a centro-direita é a que mais tende a eleger jovens em todos os anos e cargos. Isso poderia ser explicado pela própria

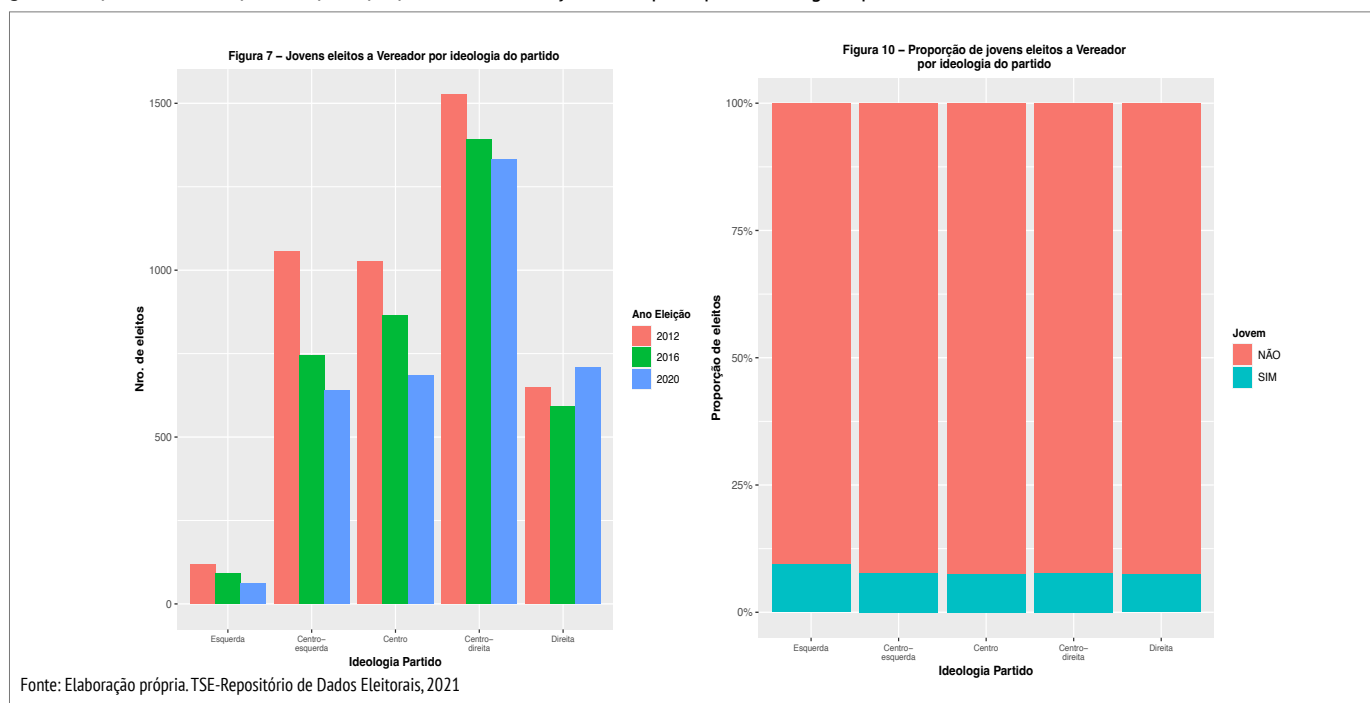
CONCLUSÃO

Neste artigo buscamos compreender quem eram os jovens que conseguiram ocupar cargos eletivos nos poderes legislativos a nível municipal, estadual e federal entre 2010 e 2020. Em todas os pleitos, a participação dos jovens ainda é baixa, sendo o cargo de vereador o que possui a menor média de idade entre os eleitos e o cargo de deputado federal possui a maior média. Enquanto aos cargos municipais os eleitos tendem a ser mais jovens do que o total de candidatos, para os cargos estaduais e federais a relação é inversa e os que conseguem sucesso eleitoral tendem a ser até três anos mais velhos.

Demonstramos que o financiamento também é significativo para o sucesso eleitoral de jovens, que dependem deste capital mais fortemente do que outras faixas etárias, principalmente em cargos altos a nível estadual e federal. Considerando que jovens tem em média uma carreira política mais curta, a acumulação de capital político exigida para

riedade entre homens e mulheres. Apesar disso, quando vemos exclusivamente as pessoas que tiveram sucesso eleitoral, parece não haver uma relação clara entre as variáveis gênero e faixa etária. No entanto, tendo em vista a importância do financiamento eleitoral de campanha para conseguir se eleger, percebemos que são as mulheres jovens que em média investem mais para serem eleitas se comparadas com mulheres jovens não eleitas. Estes achados vão de encontro com os estudos de Miguel, Marques e Machado (2015) em que mostram como mulheres tendem a depender de capital convertido de outras esferas além da sua própria trajetória política. Aqui também parece haver uma relação em que conforme o cargo depende de mais capital político e abrangência territorial para atingir o sucesso eleitoral, mais as desigualdades de gênero e idade tendem a aumentar.

Ao analisar os partidos percebemos que, os que se colocam mais a esquerda do espectro ideológico possuem maior presença de jovens dentre seus parlamentares. No entanto, não são eles os que mais conseguem se eleger,



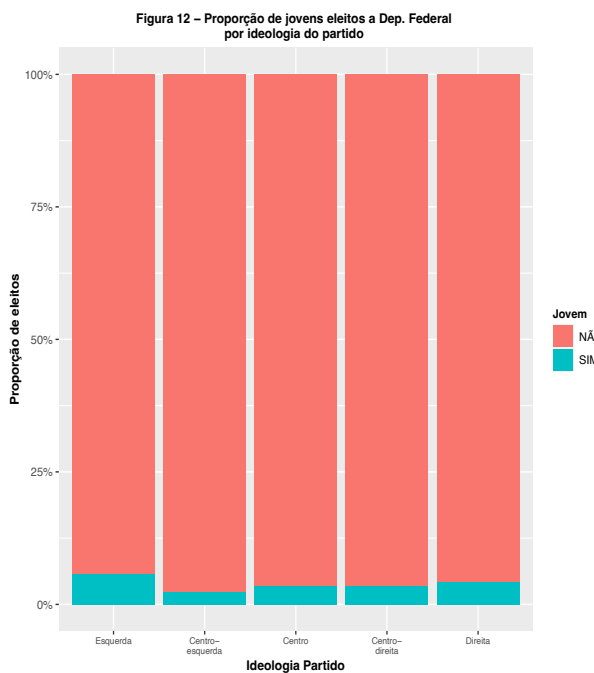
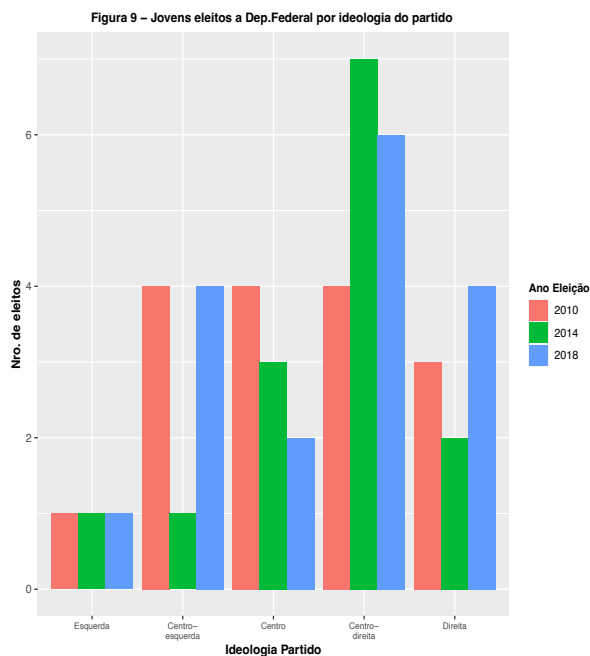
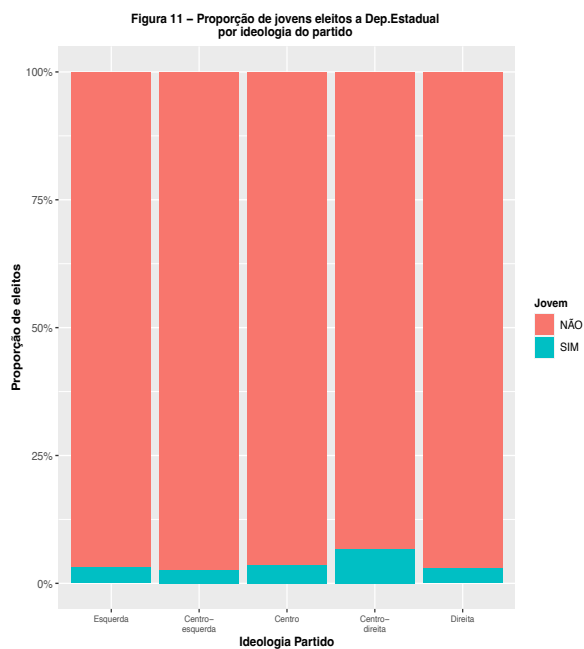
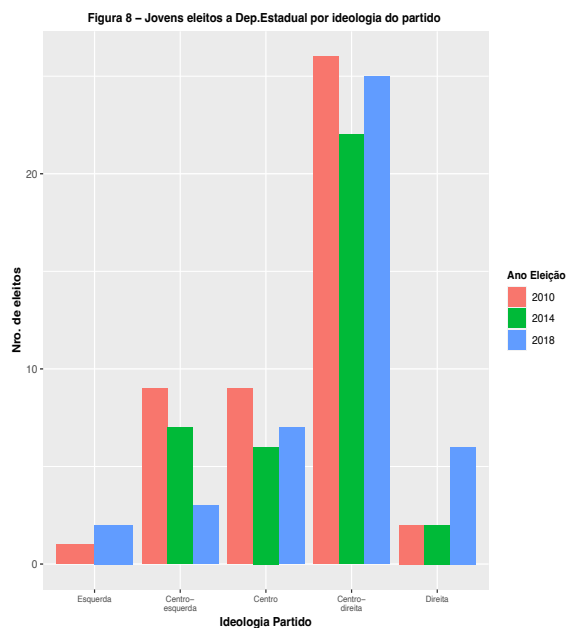
cultura política brasileira, onde esta proporção da centro-direita não é muito diferente do contexto nacional contemplando candidatos de todas as idades. Por outro lado, e alinhado com os estudos de Brenner (2011) e Machado (2016), seria a esquerda em ter maior presença de jovens dentre seus parlamentares. Esta diferença, entretanto, não parece ser significativa e jovens eleitos estão em baixa proporção em partidos de qualquer espectro ideológico.

cargos altos parece depender de outras fontes: transmissão de capital político familiar, capital adquirido em outros campos ou, como mostramos acima, de capital financeiro. Ainda, há indícios de que as novas regras de financiamento de campanha implementadas no período analisado diminuiriam a relevância dessa variável no sucesso eleitoral dos jovens.

Ilustramos também que o grupo de jovens candidatos é o que apresenta maior pa-

e sim os que se posicionam na centro-direita. Independente dessas diferenças, jovens eleitos estão em baixa proporção em partidos de qualquer ideologia. Isso poderia ser explicado pela própria cultura política brasileira, onde esta proporção da centro-direita e participação de jovens não é muito diferente do contexto nacional contemplando candidatos de todas as idades.

Retomando a questão e motivação cen-



tral deste artigo, tínhamos o interesse principal em observar se o desejo expresso pelo eleitorado brasileiro pela renovação política foi ou não traduzido em número de jovens candidatas e eleitos como representantes. Nesse sentido, o que os dados aqui apresentados indicam é que o desejo pela renovação na política não se traduz na presença da juventude em si nas disputas aos cargos eletivos. Apesar desse sentimento recorrente, o brasileiro parece não enxergar

na candidatura ou participação de jovens na política eletiva a solução para a renovação de ideias.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa abriu possibilidades e futuros campos de pesquisa, cabendo nesse momento uma descrição ampla e exploratória de quem são estes jovens que hoje se candidatam e se elegem. É necessário, ainda, realizar um maior cruzamento de variáveis para entender melhor e propor solu-

ções para o principal achado deste artigo: as dificuldades dos jovens de seguirem ocupando cadeiras no legislativo. Aspecto este importante que pode lançar luz para melhores práticas de renovação, tanto em termos de idade, quanto em termos de ideias e grupos no interior da arena política, que cada vez mais é desacreditada pela população.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Marcello e MORAIS, Jennifer. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. Campinas: Educ. Soc., 2016.
- BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon e MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. São Paulo: Saude soc., 2009.
- BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Candidatos e eleitos: recrutamento e chances de sucesso nas eleições de 1998 e 2010. Revista Paraná Eleitoral, 2013, pp. 35-62.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política, 2011, pp. 193-216.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: 2015, pp. 689-719.
- CARRANO, Paulo. Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades. Democracia Viva, n. 30, Jan./Mar. 2006, p. 2-5.
- CASTRO, Lucia Rabello. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2009, v. 25, n. 4, pp. 479-487.
- CICHELLI, V. The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping. Italian Journal of Sociology of Education, 2, 2009.
- CODATO, A., CERVI, E., & PERISSINOTTO, R. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, 2013, pp. 61-84.
- COSTA, Luiz Domingos. Os Representantes dos estados no Congresso = composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: 2010.
- DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino e LEAO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?. Educ. rev. [online]. 2010, n.38, pp.237-252.
- FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. Opinião Pública [online]. 2012, v. 18, n. 1, pp. 88-108
- HEILER, J.G. Democracia: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas: uma análise das prestações de contas das campanhas de Vereadores de SC. In 35º Encontro da Anpocs. Caxambu, 2011.
- LUGÓ, Ricardo de Sequeira. Combatentes e revolucionários: processos de socialização de jovens integrantes de organizações que buscam a preservação ou a subversão da ordem. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MACHADO, Amanda Santos. Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. Rev. Sociol. Polit.[online]. 2015, vol.23, n.54, pp.155-183.
- MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 5–34, 1995.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e representação. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 67, p. 105–138, 2006.
- MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 2003, pp. 115-134.
- MIGUEL, L. F. Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto. In Anais do 2o Congresso da Associação LatinoAmericana de Ciência Política (pp. 1-19), Cidade do México: Alacip, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa e MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados Dado 2015, pp. 721-747.
- NICOLETTI, André Selayaran. A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõe a Aazonasul nas eleições de 2008: trajetória e cultura política. Dissertação de Mestrado. Pelotas: UFPeI, 2013.
- NORRIS, Pipa. Conclusions: comparing legislative recruitment. In Norris, P., & Lovenduski, J. (Ed.), Gender and party politics. Londres: Sage, 1993.
- PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes. Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil. Tese de Doutorado. (IUPERJ) Rio de Janeiro, 2010.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, MENEZES e FERREIRA. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. Educação e Pesquisa, 2018, v. 44
- SACCHET, T.; SPECK, B.W. (2012). Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública, 2012, pp. 177–197.
- SPOSITO, M.P., BRENNER, A. K., FRANCO, F. Estudos sobre jovens na interface com a política. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 2. pp. 175-212.
- PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. In: 36º ENCONTRO ANNUAL DA ANPOCS. São Paulo, 2012
- SCHIMDT, João Pedro. Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil. Tese de Doutorado. UFRGS. 2000.
- SILVA, A. B. P. "Nada deve parecer impossível de mudar": Juventude e engajamento na "Primavera Carioca" das eleições de 2012. Dissertação de Mestrado. Unifersidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.
- TAROUÇO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]. 2015, pp. e24-e39..
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais> > Acesso em: 10 mai. 2021.
- TSEKOURA, Maria. Debates on youth participation: from citizens in preparation to active social agents. Revista Katálysis [online]. 2016, v. 19, n. 01, pp. 118-125
- WEBER, M. Ciência e Política - Duas Vocações. Editora Cultrix, 1968

JUVENTUDE E TRABALHO DECENTE

Curso de Capacitação de Jovens Ativistas

Você escolhe
o que e quando
quer estudar!



trabalhodecente.cemj.org.br/

160h

**20 opções
de disciplinas**



CEMJ



FUNTRAD
Fundo de Promoção
do Trabalho Decente



A interação de estudantes com políticas públicas: o caso da auditoria cívica em escolas públicas do Estado de Goiás

Isabela Almeida

Fapeg – isabela.ar19@gmail.com

Maria Barretos

Fapeg – marialpb420@gmail.com

Marjorie Lynn

UFG - marjorie.linsantos@gmail.com

Gabriel Madeira

Fapeg – gabriel.bento@gmail.com

RESUMO: Como alunas e alunos interagem com políticas públicas, particularmente políticas públicas em ambiente escolar? Nos últimos anos, a ideia da participação dos jovens alcançou um status quase obrigatório nos documentos de política da juventude. Uma leitura acríica deixaria muitos com a expectativa de que essa abordagem resultará em maior participação democrática para os jovens. Essa impressão é compreensível, dada a maneira como a linguagem usada se baseia na retórica da participação democrática. Com base em um estudo de caso sobre um projeto de auditoria cívica realizado em escolas estaduais com a Controladoria Geral do Estado de Goiás, este artigo considera a natureza deste projeto e suas implicações para a participação dos jovens. Ao descrever aspectos institucionais deste projeto e analisar depoimentos de participantes, este artigo lança luz sobre a forma como esta agenda política está sendo implementada pelos jovens com mediação estatal. Os jovens já participam de políticas públicas. Há jovens se organizando em torno de questões políticas, adultos envolvendo-os nos processos de órgãos públicos e jovens e adul-

tos colaborando em parcerias intergeracionais induzidas por instituições governamentais. Há evidências de que as iniciativas estão aumentando e continuarão no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: auditoria cívica; juventude; escola pública; participação; políticas públicas

INTRODUÇÃO

A participação de estudantes na implementação e no controle de políticas públicas educacionais no nível comunitário é desejável porque sua participação fornece uma fonte legítima de informações para a formulação de políticas, planejamento e decisões programáticas. A participação prepara os jovens para o exercício de seus direitos políticos e para uma atuação ativa em uma sociedade democrática (GOHN, 2018). Também fortalece seu desenvolvimento social, aumentando seu envolvimento individual, capacidade organizacional e habilidade de criar mudanças na comunidade (CHECKOWAY; RICHARDS-SCHUSTER, 2003).

Em comunidades de baixa renda, estudantes podem ter um interesse especial nas políticas públicas de educação, tanto por, em geral, experimentarem uma educação de baixa qualidade quanto por seu envolvimento ter o potencial de criar caminhos para a mudança - se suas vozes forem ouvidas. No entanto, embora a participação esteja aumentando, a maioria dos estudos sobre os jovens nessas áreas enfoca-os como “problemáticos e preocupantes” (CUNHA; SARAIVA; BARROS, 2017; RIBEIRO, 2019; SAMPAIO et al., 2015), em vez de cidadãos competentes e construtores de comunidades com direito a participar (CHECKOWAY; RICHARDS-SCHUSTER, 2004).

A participação de estudantes em políticas

públicas desse tipo desafia o papel usual dos jovens como alvos e não como agentes de políticas públicas, especialmente em comunidades de baixa renda. Embora sejam diretamente afetados pelas decisões tomadas e implementadas em suas escolas, eles são frequentemente deslocados e, portanto, desligados do processo decisório. Em contraste, nosso argumento é que os jovens podem desenvolver engajamento e participação, sendo capazes de colaborar no processo de criação e realização das políticas públicas. Mesmo se apenas uma fração deles aumentasse seu envolvimento, seria possível criar uma comunidade mais forte e com mais poder para aumentar a qualidade da educação (PURIN, 2020).

Este artigo enfoca a participação dos jovens no controle social de políticas públicas voltadas para suas escolas. Se baseia na literatura de participação e controle social e toma como estudo de caso o projeto Estudantes de Atitude, um projeto de auditoria cívica projetado para fomentar o controle social e promover mudança da comunidade escolar. No projeto a auditoria cívica se traduz em diagnóstico e propostas de melhoria do ambiente escolar, realizadas pelos próprios alunos. A partir dessa experiência os jovens empregam lições aprendidas com a prática baseada em experiência direta. Como tal, avança nosso argumento sobre a importância da participação dos jovens na formulação e implementação de políticas públicas.

Na próxima seção apresentamos uma breve revisão da literatura sobre participação e controle social de políticas públicas focada no papel dos jovens. Em seguida é apresentado o projeto Estudante de Atitude, seu desenho funcional e o processo de implementação baseado em auditorias cívicas feitas pelos estudantes em suas escolas. A quarta seção apresenta os resultados dos projetos a partir de uma seleção de casos. Por fim, o artigo aponta para uma agenda de pesquisa sobre a importância da participação política de estudantes e suas relações com a políticas públicas.

PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A participação direta de estudantes na oferta de políticas públicas voltadas para suas escolas é um processo de envolvimento dos jovens na política educacional e no planejamento de programas e decisões que afetam suas vidas (MELO; PEREIRA, 2011). Tais iniciativas, lideradas por jovens, adultos ou intergeracionais possuem o intuito de envolver os jovens em suas atividades, ou de os unirem e agirem



por conta própria (BRAGA; MELLO, 2014). Isso inclui esforços que tratam de questões sistêmicas amplas, geralmente relacionadas à discriminação e pobreza, violência (CARVALHO; MEIRELES; GUZZO, 2018), e experiências cotidianas com banheiros insalubres e alimentos não comestíveis ou de risco (BLANCO, 2019).

Devido a essas problemáticas e outras correlatas, a participação dos jovens nas políticas públicas voltadas para escolas está aumentando nas comunidades em todo o país (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016). Existem iniciativas de pessoas que se mobilizam em torno de questões específicas, organizam grupos de ação e defendem seus interesses em conselhos escolares, conselhos municipais e legislaturas estaduais. Em Goiás, como mostraremos, eles trabalham para aumentar a qua-

lidade da infraestrutura e dos equipamentos escolares para melhor o ambiente escolar.

A participação de estudantes em idade escolar desse tipo requer uma mudança na visão do papel desses estudantes na sociedade, que muitas vezes atribuem autoridade aos líderes adultos que os defendem, em vez de capacitá-los a se organizar em seu próprio nome (SCHNEIDER; MARTINS; SILVA, 2021). No entanto, essas iniciativas emergentes representam uma visão da juventude como cidadãos ativos e uma nova política que chama a atenção, especialmente em comunidades que são tradicionalmente sub-representadas no voto e em outras formas de participação política. À medida que a população brasileira muda e passa a incorporar novas demandas, essas iniciativas podem apresentar um signifi-

cado decisivo para um sistema educacional inclusivo e para os preceitos de uma democracia pluralizada.

A literatura atual sobre a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para as escolas é amplamente sobre iniciativas de adultos. Por exemplo, existem estudos de funcionários de escolas para envolver membros da comunidade a fim de construir apoio para a implementação de programas (BRAGA; MELLO, 2014; CHECKOWAY; RICHARDS-SCHUSTER, 2003), ou por grupos de interesse para exercer influência na reforma curricular (ROSO; AULER, 2016), aumento da participação dos responsáveis e outras políticas escolares. Outros estudos se dedicam a investigar como os educadores desenvolvem estratégias para envolver pais e famílias em conselhos

consultivos comunitários e parcerias escola-comunidade que fortalecem a aprendizagem e melhoram as escolas (WALUYANDI; TRIHASTUTI; MUCHTAROM, 2020). Qualquer que seja seu foco específico, tais estudos são, em grande parte, sobre a participação de adultos, ao invés de jovens.

A recente participação de jovens na reforma educacional resultou em novos estudos sobre esses fenômenos (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016; JANUÁRIO et al., 2016). Ribeiro (2018) documenta os esforços dos jovens em influenciarem a mudança educacional no abastecimento e saneamento, por meio da construção de cisternas em escolas no semiárido. Qualquer que seja seu foco específico, com exceção dos estudos acima citados, a grande parte das pesquisas gira em torno da participação de adultos (BURSZTYN; COFFMAN, 2012; CUNHA et al., [s.d.]; WALUYANDI; TRIHASTUTI; MUCHTAROM, 2020), ao invés da população-alvo, os jovens.

Pode-se esperar que a participação de estudantes nas políticas públicas para as escolas aumente no futuro, pois há investimento, por exemplo, de fundações privadas. Elas fornecem financiamento para programas e organizações nacionais fortalecerem a capacidade local. A demanda pública, como no caso das cisternas, também fornece um fórum para pesquisas lideradas por jovens e sua organização.

Mas como o projeto Estudantes de Atitude pode nos ajudar a entender o papel da participação direta de estudantes nas políticas voltadas para suas escolas?

Como hipótese, esperamos que a participação de jovens na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para suas escolas forneça uma fonte legítima de informações e ideias para realizar políticas, planejamento e decisões de programas. Com o olhar voltado à inclusão dos jovens, que já possuem uma lente distinta a do adulto, é esperado que eles levantem questões na governança escolar que, de outra forma, talvez não estariam no radar dos adultos (SOUZA, 2013). Pavimentar o caminho para uma mudança escolar mais efetiva terá probabilidade mais alta de ocorrer, pois os estudantes jovens desempenham um papel fundamental na abordagem das questões sociais na instituição escolar, impactando suas vidas e as das gerações futuras.

Ademais, é esperado que o Estudantes de Atitude mostra como a participação dos jovens na reforma educacional os prepara para a participação ativa em uma sociedade democrática, aumentando seu envolvimento individual, capacidade organizacional e habilidade de criar mudanças na comunidade. Não houve algum estudo sistemático sobre a participação dos jo-

vens nesses vários níveis, mas há motivos para esperar que estudos subsequentes substanciem seus efeitos em medidas como confiança pessoal, conexão social, competências cívicas e desenvolvimento de liderança.

Argumentamos que mais conhecimento sobre a participação juvenil como objeto de estudo contribuirá para sua qualidade como campo de prática, e utilizamos o Estudantes de Atitude como um projeto estadual que aborda esses fenômenos.

O PROJETO ESTUDANTES DE ATITUDE

O “Estudantes de Atitude” é uma iniciativa da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Consiste no estímulo a práticas relacionadas à transparência, controle social, voluntariado, consciência ambiental e prevenção à corrupção. A metodologia adotada para execução do projeto se baseia em um modelo de gamificação (OGAWA et al., 2015), executado através de uma competição lúdica como incentivo para maior engajamento e viabilizando o desenvolvimento de intervenções inovadoras, transformadoras e coletivas.

Para Klering e Andrade (2006), inovar consiste no real desenvolvimento de novas condições e ações para determinado setor. Se tratando de políticas públicas, os autores afirmam que é necessário gerar mudanças significativas nos processos de decisão e implementação de políticas públicas uma vez que essas inovações tendem a gerar melhora na qualidade de vida dos cidadãos, novos formatos de tomada de decisão no contexto estatal e, geração de maior valor público. A partir dessa ótica, as práticas adotadas pelo projeto podem ser consideradas inovadoras, especialmente quando contrastadas com outras políticas públicas orientadas para a promoção do controle social. O “Estudantes de Atitude” apresenta uma aplicação prática das temáticas de transparência, controle social, voluntariado, consciência ambiental e prevenção à corrupção. Através do engajamento de estudantes e professores em iniciativas e atividades que proporcionam o contato direto e empírico com as temáticas delimitadas. Em oposição, mecanismos usualmente adotados para promoção da cidadania costumam apresentar enfoque mais teórico e expositivo, com desafios para transpor a barreira entre ideias e prática (ARELARO; JACOMINI; CARNEIRO, 2016). O projeto também representa um momento ímpar na inserção da temática cívica no ambiente escolar. O “Estu-

dantes de Atitude” suscita a conscientização dos jovens acerca da relevância e centralidade do exercício da cidadania, um tema essencial para a consolidação da democracia (DAZZANI, 2010) viabilizando, portanto, o enraizamento de uma cultura política transformadora e aliçada na formação individual e coletiva.

A primeira edição, implementada em 2019, contou com a adesão de 105 escolas, 269 professores e mais de 5 mil alunos. A metodologia adotada consiste em um processo de gamificação, ou seja, as escolas participantes integram uma competição. Neste sentido, as iniciativas de melhorias no ambiente escolar adotadas pelas instituições são avaliadas e ranqueadas, com o intuito de se identificar as escolas com melhor desempenho para fins de premiação.

A primeira etapa se refere à adesão voluntária da instituição de ensino ao projeto. Cabe à CGE-GO e à SEDUC a divulgação do edital e incentivo para participação. Com o intuito de se contemplar todas as localidades do Estado, é realizado um cálculo de proporcionalidade referente a cada Coordenação Regional de Educação – totalizando 40 (quarenta) coordenações em Goiás. Cada coordenação recebe um número pré-determinado de vagas que passam a ser preenchidas conforme ordem de inscrição. Na primeira edição da iniciativa, foram delimitadas como participantes as regionais de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Inhumas, Goiás e Rio Verde, que juntas, totalizaram 36 (trinta e seis) municípios. Além das regionais de educação, foram disponibilizadas inscrições para instituições ligadas ao sistema socioeducativo. Ao fim desta etapa, aderiram ao projeto 103 estabelecimentos de ensino, de 21 municípios. Além de 2 instituições socioeducativas situadas nas cidades de Formosa e Luziânia.

A segunda etapa consiste no treinamento de professores-orientadores, designados pela instituição de ensino no ato de efetivação da inscrição. O professor orientador se torna, então, responsável por formar uma equipe de, no mínimo, 40 (quarenta) alunos – sendo tais equipes de caráter misto, e contendo estudantes regularmente matriculados a partir do 6º ano do Ensino Fundamental até o último ano do Ensino Médio.

Estando a instituição de ensino regularmente inscrita, com seu professor-orientador capacitado e sua equipe devidamente formada, inicia-se a terceira etapa do projeto, a auditoria cívica. A auditoria é orientada por roteiros disponibilizados via aplicativo móvel, direcionando os estudantes a um exame minucioso e sistemático dos espaços do ambiente escolar, inclusive com entrevistas que verificam sua

própria percepção acerca da escola. As informações produzidas pela auditoria possibilitam que a comunidade escolar proponha intervenções, impactando diretamente na realidade orçamentária, administrativa e pedagógica. Por exemplo, a instituição pode maximizar o uso de seu orçamento e espaço físico através de soluções alternativas. Essa experiência contribui para que, no futuro, esses jovens sejam protagonistas de outras intervenções na vida pública.

Por fim, a última etapa se refere ao diagnóstico do problema e a execução do controle social, que consiste no desafio especial proposto. Mediante o diagnóstico apontado – realizado através dos dados coletados na etapa de auditoria – as escolas são incentivadas a desenvolver um plano de ação. Não obstante, além do próprio desafio de sua instituição, a comunidade é incentivada a refletir acerca do controle social e do combate à corrupção, por meio de atividades pré-determinadas pela iniciativa dos Estudantes de Atitude. Em 2019, por exemplo, foi proposta a tarefa especial “Olho no Óleo”, em parceria com a SANEAGO, companhia de tratamento de água e coleta de esgoto, e a missão especial “Game da Cidadania” com o apoio da Controladoria-Geral da União. Assim, os estudantes puderam, respectivamente, auxiliar na captação de óleo usado, evitando seu descarte incorreto, e também engajar-se em ações de cidadania.

As instituições são avaliadas e recebem pontuações proporcionalmente equivalentes a seu desempenho nas etapas descritas. Ao fim, um ranking é elaborado pelos órgãos executores do projeto (CGE-GO e SEDUC), permitindo identificar e premiar aquelas que apresentaram desempenho de excelência. Embora, em um primeiro momento, a premiação possa parecer o principal estímulo para adesão ao programa, durante a execução do projeto, ficou claro que os ganhos decorrentes da participação na iniciativa trouxeram amplos benefícios mesmo para as escolas não premiadas. Tal percepção surge no acompanhamento posterior ao final da competição, no qual algumas escolas relataram a continuação de fiscalização e execução de melhorias na comunidade escolar mesmo após o término da iniciativa. Professores participantes relataram por meio de entrevistas a mudança na postura de alunos e até pais responsáveis. O impacto da auditoria cívica e do controle social no funcionamento institucional de tais estabelecimentos se mostrou uma conquista tão valiosa quanto às premiações financeiras reservadas às principais instituições do ranking. Um exemplo é o caso do Colégio Estadual Da Polícia Militar De Goiás Waldemar Mundim localizado em Goi-

ânia, Goiás. Durante a auditoria cívica, o time do colégio participante havia identificado que a falta de um auditório era um dos principais problemas da escola naquele momento. Porém, a construção do mesmo não seria possível durante a competição. Mesmo após o final do Estudantes de Atitude 2019, a equipe recorreu à Associação de Pais e Mestres e com recursos da mesma foi possível instalar uma estrutura para apresentações e eventos no ambiente escolar, gerando a melhoria inicialmente desejada durante o projeto.

Em última instância, o estabelecimento de um canal de comunicação do órgão promotor do controle social (CGE-GO) com a juventude viabiliza o processo de construção de uma cultura política transformadora. Ressalta-se também, sua singularidade como promotora de boas práticas na administração pública, uma vez que as atividades executadas no âmbito do “Estudantes de Atitude” impactam diretamente no aspecto organizacional e de gestão das instituições envolvidas, atuando no sentido de maximizar a eficiência de seus orçamentos e consequentemente, do gasto público.

ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DEPOIMENTOS DE PARTICIPANTES

Para interpretar a experiência dos participantes do projeto Estudantes de Atitude na edição de 2019, realizamos uma análise de conteúdo dos depoimentos que foram recolhidos pelos times no desafio do projeto. A análise de conteúdo é uma técnica qualitativa que reordena a massa de palavras em categorias de conteúdo, para posteriormente codificá-las e realizar inferências (STEMLER, 2000). A análise pretende ser realista com as formas pontuais e limitadas na extração de dados fornecidos pelos participantes.

Nesse artigo foi possível descrever o foco dos indivíduos componentes de três grupos – educadores, alunos e responsáveis. É importante observar que os nomes utilizados no texto são fictícios para a preservação da privacidade dos participantes. Analisamos dezessete depoimentos pessoais – de dez alunos, quatro professores, uma diretora, um responsável por aluno e uma estagiária bolsista da Organização dos Voluntários de Goiás (OVG) de uma das escolas. Trazemos nesse texto, alguns exemplos desses relatos. De modo geral, as avaliações foram positivas a respeito da política pública de cidadania gamificada.

Para a análise de conteúdo, destacamos dois pontos que influenciam nos impactos do projeto: (1) boa compreensão do projeto, consideração da escola como espaço público

e de si como cidadão, e (2) presença dos pais. Percebemos que houve compreensão quanto a importância de cidadania no ambiente escolar, pois antes da aplicação do projeto os alunos não enxergavam seu papel ativo quanto à qualidade de infraestrutura escolar, como podemos observar no relato a seguir:

Acho que é um projeto que já deveria estar acontecendo a mais tempo, infelizmente projetos como esses quase não são realizados nas escolas, e quando tentamos realizar algo de diferente somos vetados porque quase nada pode ser feito, são muitas barreiras e tudo envolve a questão financeira. O projeto... Ele nos ensina os direitos e deveres de uma forma diferente, não é como se fosse uma aula (risos). Às vezes é chato ficar ouvindo o professor; aqui a gente tem uma voz maior parece, e as mudanças estão acontecendo pelos próprios alunos. Quero muito que nossa escola ganhe e que as transformações continuem acontecendo”. (aluno Lucas, 2019).

Ou seja, na visão do aluno Lucas (2019), a auditoria cívica estimulou práticas relacionadas à transparência, controle social, voluntariado, consciência ambiental e prevenção à corrupção. Já outros alunos consideraram o programa como “bom”, “gratificante”, capaz de proporcionar “visão aos obstáculos” e “conscientização” (alunos Amanda e Rafael, 2019). De acordo com relatos de professores, observamos: “alunos empenhados” (Professora Cibele, 2019) e uma “boa compreensão sobre o projeto” (professora Maria, 2019). A professora Ana Carolina (2019) apontou: “Ver a interação dos alunos, o comprometimento deles em realizar as auditorias, me deixou bastante feliz em ver eles desempenhando o papel de pequenos cidadãos. E com esse relatório mostrou que eles realmente foram comprometidos e sérios nas suas respostas”.

Quanto à participação dos responsáveis pelos alunos, há apenas um depoimento, do responsável Paulo (2019):

Achei importante a participação da família na escola pois é uma oportunidade de conhecer o trabalho que estão desenvolvendo com nossos filhos e esse projeto é muito importante para formação cidadã dos alunos. Estão ensinando não só os conteúdos, mas também como nossos filhos devem agir na sociedade” (Responsável Paulo, 2019).

Apesar da inclusão de alguns responsáveis em diversos momentos da auditoria cívica, coube ao aluno fazer esse convite, e participariam auxiliando nas melhorias da infraestrutura da escola, ou acompanhando os resultados da auditoria cívica. As entrevistas parecem indicar que o programa “Estudante de Atitude” não gerou condições para o envolvimento ati-

vo dos responsáveis nas dinâmicas de aprendizagem e participação cidadã propostas. Tal limite deve ser considerado para o desenho das novas edições do Programa.

Esse fato se mostra preocupante, pois, de acordo com a literatura desenvolvida pelos autores Waluyandi, Trihastuti et. al. (2020), há mais sucesso quanto ao desenvolvimento do estudante nos âmbitos acadêmico, moral, espiritual e de comportamental entre alunos cujos responsáveis estão mais envolvidos na educação. Tal fato se estende também para a educação cívica: o conhecimento dos direitos e deveres de um cidadão brasileiro possuem efeitos mais longevos quando o responsável desenvolve tais habilidades no lar e quando se engaja em atividades escolares em prol do acompanhamento do aluno.

Como os relatos foram recolhidos pelos participantes em um momento de competição, há ciência de que os depoimentos positivos possam limitar conclusões do nosso estudo. Para reduzir qualquer enviesamento, procuramos questões relativas ao conhecimento da política pública e a possibilidade de efeitos de cidadania. Se os participantes não conhecem os objetivos dessa política porque estão agindo sob motivação somente do cumprimento de

desafios, a probabilidade de grandes resultados é baixa (RADAELLI, 1995).

CONCLUSÃO

Os estudantes estão aumentando sua participação nas políticas públicas, e pode-se esperar que suas iniciativas aumentem nos próximos anos. Quando os jovens se valem de sua própria experiência como alunos, eles têm potencial para fornecer novas informações e ideias. Isso geralmente é entendido como a capacidade dos jovens de levantar questões sobre a governança escolar que, de outra forma, estariam fora do radar dos adultos. Ao fazê-lo, os jovens podem participar de uma melhor tomada de decisões nas instituições que afetam as suas vidas.

A participação dos jovens na auditoria cívica permite com que desenvolvam conhecimentos substantivos, habilidades práticas e atitudes sociais que conduzam à democracia. Em um momento em que existe a preocupação com o desengajamento cívico dos adolescentes, essas iniciativas aumentam sua participação pública e engajamento cívico.

É possível fornecer uma educação democrática e crítica que incentiva o diálogo e o entendimento quanto a justiça social. Desta forma, podemos permitir que os jovens promovam cidadania para uma nova política que permita uma educação para uma democracia diversificada e participativa.

Mais pesquisas são necessárias para abordar questões não respondidas que surgem com o aumento de iniciativas como a do Estudantes de Atitude. Quais são os principais modelos e métodos de participação? Quais são os impactos de curto e longo prazo nos níveis individual, organizacional e comunitário? Quais são os fatores que facilitam e limitam uma prática eficaz? Que tipo de conhecimento e habilidades são necessários para os participantes jovens? Que tipo de apoio será necessário de instituições privadas e agências públicas, e quais são as ideias para que isso aconteça?

Felizmente, existem iniciativas crescentes e cada vez mais relatos de projetos que incentivam a participação, mas ainda é necessário maior desenvolvimento dessas políticas seja em qualidade ou quantidade. Por isso o presente artigo pretende contribuir com esse campo de estudo.

Referências

- ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M. A.; CARNEIRO, S. R. G. Limitações da Participação e Gestão "Democrática" da Rede Estadual Paulista. *Educação & Sociedade*, v. 37, p. 1143-1158, dez. 2016.
- BLANCO, L. F. Incorporando relações: aproximações antropológicas sobre comida e risco. *Revista Ingesta*, v. 1, n. 1, p. 101-123, 28 mar. 2019.
- BRAGA, F. M.; MELLO, R. R. Comunidades de Aprendizagem e a participação educativa de familiares e da comunidade: elemento-chave para uma educação de êxito para todos. *Educação Unisinos*, v. 18, n. 2, p. 165-175, 11 set. 2014.
- BURSZTYN, L.; COFFMAN, L. C. The schooling decision: Family preferences, intergenerational conflict, and moral hazard in the Brazilian favelas. *Journal of Political Economy*, v. 120, n. 3, p. 359-397, 2012.
- CARVALHO, J. P. M.; MEIRELES, J.; GUZZO, R. S. L. Políticas de Participação de Estudantes: Psicologia na Democratização da Escola. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 378-390, jun. 2018.
- CHECKOWAY, B.; RICHARDS-SCHUSTER, K. Youth Participation in Community Evaluation Research. *American Journal of Evaluation*, v. 24, n. 1, p. 21-33, 1 mar. 2003.
- CHECKOWAY, B.; RICHARDS-SCHUSTER, K. Youth Participation in Evaluation and Research as a Way of Lifting New Voices. *Children, Youth and Environments*, v. 14, n. 2, p. 84-98, 2004.
- CORTI, A. P. DE O.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, J. A. DA. "OCUPAR E RESISTIR": A INSURREIÇÃO DOS ESTUDANTES PAULISTAS. *Educação & Sociedade*, v. 37, p. 1159-1176, dez. 2016.
- CUNHA, N. C. DA; SARAIVA, I. S.; BARROS, M. D. M. DE. PESQUISA SOBRE SEXUALIDADE E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: uma reflexão acerca da importância da articulação do conhecimento através da participação ativa dos estudantes. *VITTALLE - Revista de Ciências da Saúde*, v. 29, n. 2, p. 11-22, 22 dez. 2017.
- CUNHA, N. et al. What is it about communicating with parents. [s.d.].
- DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, p. 362-375, 2010.
- FERRAZ, C.; FINAN, F.; MOREIRA, D. B. Corrupting learning: Evidence from missing federal education funds in Brazil. *Journal of Public Economics*, v. 96, n. 9-10, p. 712-726, 2012.
- GOHN, M. DA G. JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE - uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, v. 31, p. 117-133, abr. 2018.
- GOMES, M. N. Como educar para a cidadania? uma pesquisa com estudantes do ensino fundamental. [s.l.] Universidade Federal do Pampa, 3 ago. 2018.
- JANUÁRIO, A. et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, v. 9, p. 1-26, 2016.
- KLERING, L. R. ANDRADE, J. A. Inovação na gestão pública: compreensão do conceito a partir da teoria e da prática. In: *Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares / Organizado por: Pedro Jacobi e José Antonio Pinho*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MELO, M.; PEREIRA, T. Processos de transição e envolvimento dos estudantes na escola: Contributos para o seu estudo. *International Journal of Developmental and Educational Psychology: INFAD. Revista de Psicologia*, v. 3, n. 1, p. 509-520, 2011.
- OGAWA, A. N. et al. Análise sobre a gamificação em Ambientes Educacionais. *RENOTE*, v. 13, n. 2, 30 dez. 2015.
- PURIN, G. T. Implicações psicossociais da participação de estudantes no Movimento Secundarista Autônomo de São Paulo. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 24 abr. 2020.
- RIBEIRO, C. C. L. DE A. A Participação da Família de Estudantes com Deficiência na Gestão da Escola: Implicações no Processo de Inclusão Escolar. *Dissertação—[s.l.] Universidade do Estado da Bahia*, 20 mar. 2019.
- RIBEIRO, T. S. Instituições e Esfera Pública: Cisternas Escolares no Semiárido. In: *Propriedades em Transformação: Abordagens Multidisciplinares sobre a Propriedade no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 83-96.
- ROSO, C. C.; AULER, D. A participação na construção do currículo: práticas educativas vinculadas ao movimento CTS. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 22, p. 371-389, jun. 2016.
- SAMPAIO, J. M. C. et al. Prevalência de bullying e emoções de estudantes envolvidos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 24, p. 344-352, jun. 2015.
- SCHNEIDER, M. C.; MARTINS, S. N.; SILVA, J. S. DA. Protagonismo Infantil na prática: O ensino desenvolvido com a participação dos estudantes na Educação Básica. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 1, p. e14910111574-e14910111574, 5 jan. 2021.
- SOUZA, J. C. P. DE. Gestão democrática : é possível a participação dos estudantes neste processo? 2013.
- STEMLER, S. An overview of content analysis. *Practical assessment, research, and evaluation*, v. 7, n. 1, p. 17, 2000.
- WALUYANDI, F.; TRIHASTUTI, R.; MUCHTAROM, M. Implementation of Parental Involvement in Learning Civic Education. *Budapest International Research and Critics in Linguistics and Education (BirLE) Journal*, v. 3, n. 4, p. 1686-1695, 2020.



O papel da(o) mesária(o) na democracia brasileira e a participação da(o) jovem nas eleições

Luna Chino
Mariucha de Souza

RESUMO: Em tempos de crise de representação política e crescimento de desconfiança nas instituições democráticas, como se dá a participação da(o) jovem no processo eleitoral para além da sua função como eleitor(a)? A realização de eleições limpas, justas e periódicas é uma condição para existência da democracia. No Brasil, a despeito da democracia recente, a construção de um processo eleitoral íntegro e idôneo remonta aos tempos do Império e contou com o aperfeiçoamento do papel das(os) componentes da mesa receptora de votos comumente chamadas(os) de mesárias(os). O texto percorre o desenvolvimento histórico da figura da(o) mesária(o), investigando os efeitos das alterações legislativas sobre suas funções. A busca de pessoas sem relação com os partidos e candidatas(os), entre outras regras, tornou as(os) mesárias(os) o elemento indis-

pensável para a garantia da legitimidade das eleições e um componente essencial na fiscalização dos trabalhos eleitorais. Analisando os dados da Justiça Eleitoral de participação das(os) mesárias(os), constatamos que a presença da(o) jovem é significativa, tendo correspondido a quase um terço do total das(os) mesárias(os) nas Eleições 2020. Esse dado se mostra muito relevante quando o comparamos a outro indicativo de engajamento na vida política: as(os) jovens possuem reduzida adesão à filiação partidária. Por outro lado, apesar dos resultados positivos da elevada participação da(o) jovem como componente de mesas nas eleições, concluímos que sua participação voluntária no processo eleitoral é baixa – o que seria importante para a corroboração da legitimidade das eleições para a sociedade. No entanto, para que haja esse envolvimento, é necessária a educação política e eleitoral para difusão do conhecimento e fomento do interesse.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, integridade eleitoral, juventude, mesários, mesa receptora de votos, confiança nas instituições, educação política, eleições, fiscalização

INTRODUÇÃO

Na literatura podem ser encontradas muitas formas de conceituar a democracia. Moraes e Kemer (2021) comparam os conceitos de democracia de forma dicotômica em suas diversas perspectivas: descritiva ou normativa, contextual ou universal, minimalista ou abrangente. Importante dizer que não existe, exatamente, abordagem correta e que o espectro democrático em todo o planeta varia de acordo com as condições históricas e geográficas - respeitando limites que podem ser considerados, em certa medida, abrangentes. Contudo, para que autoras(es) e leitores(es) entendam, é preciso trazer alguma definição para o contexto do que pretendemos analisar aqui: parte da relação da juventude com a democracia.

Pois bem, consideramos a visão minimalista de que a democracia é um sistema político no qual as(os) cidadãos(os) escolhem seus representantes por meio do ato de votar (Schumpeter, 2008), desde que as eleições sejam periódicas, limpas e justas (Przeworski, 1999) e garantam amplas condições de contestação e participação (Dahl, 1997). Visão essa em que eleições e democracia estão intrinsecamente relacionadas, sendo o bom funcionamento de uma responsável pela integridade da outra.

Do ponto de vista formal e normativo, a democracia pode ser compreendida como um conjunto de regras formais e procedimentais para a constituição de Governo (Bobbio, 2009). Já do ponto de vista substancial, a democracia traz uma perspectiva ideal de igualdade e liberdade. Assim, para além da formalidade institucional, a democracia carrega expectativas de um mundo melhor com amplo desenvolvimento social.

Nesse contexto, a realização de eleições é uma condição fundamental para a democracia; contudo, para que sejam consideradas democráticas de fato e legítimas, devem atender a uma série de exigências que garantam ampla participação e possibilidade de contestação (Moisés, 2008). Nesse sentido, a confiança das(os) cidadãs(os) nos procedimentos eleitorais é um elemento essencial, pois estando as eleições e a democracia tão fundamentalmente conectadas, a desconfiança gerada em uma gera desconfiança na outra, afetando todo o processo (Chino, Lizardo e Mesquita, 2021).

A confiança se refere ao sentimento de segurança da(o) cidadã(o) a respeito do funcionamento das instituições. A sua ausência acarreta um grande sentimento de incerteza que, se reunido com a falta de perspectivas de mudança por meio de eleições íntegras, pode acabar gerando insatisfação, caos e violência. Assim, embora não seja possível ter certeza sobre quem vencerá um pleito futuro, a mera perspectiva de alternância de poder através da realização de eleições periódicas evita a insurgência popular, de forma que podem ser consideradas um método pacífico de resolução de conflitos (Przeworski, 1997).

No caso das(os) jovens, tema central deste volume da revista e objeto de nossa análise, o que se verifica em pesquisas é um alto nível de desconfiança nas instituições políticas (especialmente os partidos políticos e candidaturas) e um maior nível de confiança nas instituições hierárquicas de controle e justiça (tais como Exército, Polícia Militar e Poder Judiciário), o que em tese pode ser explicado pela necessidade de ordenar aquilo que gera desconfiança (Dantas e Estramano, 2015; Krahenbuhl e Dantas, 2021). Essa questão nos leva à seguinte pergunta: a (des)confiança da(o) jovem em relação às instituições afeta de alguma forma a sua participação política e eleitoral?

Existem diversas formas de se responder a essa questão e a temática é tratada por diferentes autores, a partir da análise de distintas variáveis e enfoques. Não é intuito desse trabalho investir sobre essa literatura, mas segundo dados obtidos na página de estatísticas de filiadas(os) a partidos políticos do Tribunal

Superior Eleitoral - TSE1, são 2.117.023 de jovens entre 16 e 34 anos filiadas no Brasil, em contraposição a outras 14.537.582. Tal contingente representa cerca de 12% das(os) filiadas(os) no país. Considerando o universo de 50.673.674 eleitoras(es) na faixa etária que corresponde à juventude brasileira, a filiação representa apenas 4% das(os) jovens eleitoras(es). A baixa adesão a essa instituição política pode ser um reflexo do afastamento da sociedade em relação às organizações políticas que simbolizam a democracia representativa de maneira emblemática. Nesse sentido, a última pesquisa realizada pelo instituto LAPOP - Barômetro das Américas e compilada pelo CEPESP/FGV - Centro de Estudos de Política e Economia do Setor Público/Fundação Getúlio Vargas², mostrou que 51% das(os) brasileiras(os) (conforme amostra estatística) possuem respeito pelas instituições políticas do Brasil, mas apenas 30% confiam no Congresso Nacional e somente 13% confiam nos partidos políticos.

Diante desse afastamento, a questão central deste trabalho está associada à ideia do quanto esse fenômeno pode afetar a legitimidade de eleições. Para além da crise de representação política, foco de diversos estudos, nosso olhar se volta para um campo aparentemente pouco explorado pela literatura. Se a(o) jovem resiste à lógica formal da representação democrática por meio da escolha de representantes em processos eleitorais, qual o peso que ele tem na estrutura que o país se compromete a ofertar à cidadania para a captação do sufrágio? Em outras palavras: como conciliar o afastamento da juventude em relação ao processo eleitoral com o fato de que se depende desse público para a estruturação dos quadros de mesários que servem a todo o processo, por exemplo?

Assim, dentro desse recorte do trabalho da(o) jovem mesária(o), nos deparamos com uma questão fundamental para a democracia brasileira: os desafios de se construir e consolidar um processo eleitoral que atenda aos padrões de participação e contestação para que as eleições sejam consideradas efetivamente democráticas e, portanto, confiáveis.

UM BREVE HISTÓRICO DAS(OS) MESÁRIAS(OS)

Antes de adentrar no aspecto particular da participação da(o) jovem como mesária(o), faz-se necessário entender quem é essa figura e qual o seu papel histórico na construção e consolidação das eleições brasileiras.

Começando em 1821, com a eleição de representantes brasileiros das Cortes de Lisboa. Conforme afirma Jairo Nicolau (2012), adotou-se nesse período um sistema eleitoral indireto em quatro níveis, iniciando-se nas freguesias, onde qualquer morador podia participar da reunião que escolheria os compromissários, através de votos anunciados verbalmente para os escrutinadores. Após, os compromissários elegiam os eleitores da freguesia, os quais participariam do próximo nível, escolhendo os cabeças da comarca, que por sua vez escolhiam os eleitores da comarca. Esses, então, se reuniam na capital para escolher os deputados, de forma pública, declarando à mesa eleitoral o candidato escolhido. Cabe relevar que a participação da mulher no processo eleitoral não existia neste período.

Observe-se que, inicialmente, a função do mesário como membro organizador da mesa se confundia com a de escrutinador, pois além de receber os votos anunciados publicamente, também os compilava para chegar ao resultado.

Essa realidade se manteve em 1822, quando, na eleição dos representantes das províncias que seriam responsáveis por elaborar uma Constituição, os cidadãos passaram a levar uma lista assinada com nomes de seus eleitos ou, não sabendo escrever, declaravam verbalmente ao secretário da mesa eleitoral suas escolhas (Nicolau, 2012).

Esse cenário começou a mudar em 1824, ano da primeira Constituição do Brasil, a qual adotou o sistema de voto direto para alguns cargos (Câmaras Municipais e Juizes de Paz) e indireto para outros (Câmara dos Deputados, Senado e Assembleias Provinciais). Nicolau (2012) relata que a primeira carta magna normatizou o direito ao voto, fazendo exigências de idade, profissão e renda. Iniciou-se aí um novo e relevante papel das mesas eleitorais: atestar que os indivíduos podiam ser eleitores, pois recebiam anualmente o valor exigido por lei, o que perdurou até 1842.

Nesse período, a disputa da mesa receptora de votos pelos partidos políticos (à época denominados facções) era tão intensa, que a escolha de sua composição chegava às vias de fato, muitas vezes ocorrendo na base da violência. Não acontecia sempre, mas era comum quando havia um equilíbrio de forças e incertezas quanto à composição da maioria ou minoria na disputa. A esse respeito, no que se refere ao período de 1824 a 1840, Fernando Limongi (2014) diz o seguinte:

(...) Violência não era a norma. O partido mais fraco pode até marcar presença, comparecer ao local de votação,

1 Dados relativos a dezembro de 2020, em Estatísticas do eleitorado – Eleitores filiados por sexo e faixa etária – Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br)
2 Disponível em http://www.cepesp.io/uploads/2019/06/VozesBrasil_LAPOP_DisseminationBrasil_June2019.pdf

mas, se consciente de sua inferioridade, recusa o conflito, declara-se “coato e retira-se da igreja”. A incerteza quanto ao resultado é a condição para a ocorrência da disputa violenta.

O motivo da violência estava no fato de a mesa receptora ser, à época, responsável por todo o processo eleitoral. Seus trabalhos começavam na qualificação dos eleitores e terminavam na apuração dos votos. Ou seja, havia espaço para manipulação e fraude de ponta a ponta do processo. Inclusive, a grande possibilidade para fraudes residia principalmente na função que o mesário tinha em relação à qualificação dos eleitores: no dia do pleito, cabia à mesa reconhecer se uma pessoa tinha direito a votar ou não, conforme as exigências de idade, profissão e renda, não havendo cadastro prévio. Ainda, não existiam documentos de comprovação de renda, deixando a análise toda a critério dos membros da mesa. A disputa partidária eleitoral ocorria, portanto, no controle da mesa e por sua vez no controle de qualificação e identificação dos eleitores (Limongi 2014). Essa sistemática levou, portanto, a um entendimento de que quem ganhava a composição da mesa vencia a eleição, e de que a disputa da mesa era um conflito de “vida ou morte”.

A adoção do cadastro prévio iniciou-se somente em 1842, depois da ocorrência da “Eleição do Cacete” em 1840, quando a Junta de Qualificação passou a organizar uma lista dos votantes, cabendo à mesa eleitoral identificar o indivíduo no dia do pleito, o qual, no entanto, não possuía título de eleitor para comprovar que deveria constar na lista (Nicolau, 2012). Portanto, mais situações que davam margem às manipulações e fraudes.

A cada modificação legal, as eleições se tornaram mais complexas. O embate se estende no tempo e passa a envolver o controle de outros recursos além da violência pura e simples. Mesmo a interferência do governo não é imediata. O dia da eleição passa a ser o ponto de chegada de uma série de atividades. Não se ganha eleição no dia conquistando a Mesa ou, dito de outra forma, conquista a Mesa quem controla os recursos para tanto. A luta eleitoral envolve várias etapas” (LIMONGI, 2014).

Segundo Limongi (2014), o Decreto de 1842, passou o controle dos trabalhos da Junta Qualificadora e da Mesa, na verdade, a um delegado nomeado pelo Ministro da Justiça e assim, qualificavam-se apenas os grupos de

eleitores alinhados com o governo. Esse mecanismo diminuiu a violência, pois os conflitos que antes ocorriam na disputa das mesas, se encerraram na qualificação dos votantes.

De qualquer forma, como relata Nicolau (2012), citando Francisco Belisário de Souza, pelo menos até a década de 1860 as fraudes ocorriam através de “adulteração da lista de votantes; controle da mesa eleitoral; uso de ameaças e violências por intermédio de ‘cangangas’; voto de eleitores fantasmas (o ‘fósforo’); adulteração das atas eleitorais (eleições ‘à bico de pena’).

A partir de 1846, com a primeira lei aprovada pelo Poder Legislativo, uma outra figura passa a ter um papel fundamental no processo eleitoral: o Juiz de Paz. Com autonomia para tomar as decisões necessárias, ele garantia de forma independente do governo central a presença de minorias na Junta Qualificadora e na Mesa, fazendo com que a escolha da composição da mesa deixasse de ser uma disputa violenta.

Em 1875, ocorreu outra mudança que tornou as eleições aparentemente mais íntegras: o alistamento passou a ser realizado por uma junta municipal paroquial e, depois, com a Lei Saraiva de 1881, tornou-se responsabilidade do Judiciário, na tentativa de fazer com que o processo fosse menos suscetível à influência política. A citada Lei também exigiu que o eleitor fizesse o seu próprio alistamento (o qual deixou de ser feito de ofício), determinou a emissão de títulos de eleitor e passou as eleições para prédios públicos, ao invés de igrejas (Nicolau, 2012).

Na medida em que as eleições eram realizadas, os mecanismos foram sendo aperfeiçoados ou novos institutos foram criados, na tentativa de moldar o comportamento das partes envolvidas, com o objetivo de diminuir as interferências, as fraudes e as manipulações no processo eleitoral. Verifica-se que paulatinamente os dispositivos foram sendo incluídos, no intuito de passar responsabilidades e poder decisório do processo eleitoral àqueles que estavam o mais distante possível da influência política ou da manipulação do governo incumbente. A esse respeito Assis Brasil (1895) destaca:

Quanto ao caráter moral que o poder público possa exercer, é necessário reduzi-la ao estritamente indispensável. Como alguma autoridade tem de servir de eixo a organização das mesas receptoras de votos, para evitar o tumulto que poderia provir de ser deixado tudo à iniciativa popular, proponho que essa autoridade seja ao juiz

letrado mais graduado de cada município. O poder judiciário, pela série de condições que reveste, é em todos os países o mais independente de paixão partidária e o menos subserviente aos governos. O juiz letrado, pois, presidirá, com dois secretários por ele escolhidos, à organização da mesa da primeira seção, na sede municipal, e nomeará um presidente e dois secretários provisórios para as mesas de todas as outras seções. (...) Isto e mais todas as outras providências legais, políticas, civis e criminais relativas à eleição deve ser reunido em um código, onde o cidadão encontre consubstanciado todo o direito positivo eleitoral pátrio (BRASIL, 1895).

Nesse contexto, além de deixar a cargo do cidadão solicitar o seu alistamento como eleitor, a lei também começou a exigir, a partir de 1916, a apresentação de uma série de documentos para emitir o título de eleitor, o que contribuiu para que muitas pessoas não solicitassem o seu registro (Nicolau, 2012), mas se constituiu em mais um movimento a favor de eleições mais íntegras.

No entanto, em que pese esses pequenos avanços na tentativa de eleições mais limpas e transparentes, Nicolau (2012) relata que:

Formalmente, o alistamento prévio, a exigência de título eleitoral e o sigilo de voto deveriam garantir eleições limpas. Mas essa não é a avaliação dos estudiosos - sejam os que escreveram à época, sejam os que se dedicaram à história do período. Eles mostram a distância entre a legislação e a prática política. Nesses trabalhos, as eleições são descritas como eventos nos quais as fraudes imperavam e o uso de violência era frequente. As fraudes aconteciam em todas as fases do processo eleitoral: alistamento dos eleitores, votação, apuração dos votos e reconhecimento dos eleitos. Mas dois instrumentos de falsificação eleitoral foram mais destacados pelos estudiosos: a eleição ‘à bico de pena’ e a ‘degola’.

Cabe observar que os membros das mesas eleitorais tinham papel ativo nas mencionadas fraudes, pois de 1824 até 1930, eram os responsáveis por organizar o pleito e apurar os votos. Nessa função, eram eles que redigiam as atas com os resultados e acabavam tendo a possibilidade de falsificar assinaturas de

eleitores que faltavam, bem como de adulterar cédulas (por isso o termo “a bico de pena”).

Esse cenário começou efetivamente a mudar em 1930, com o advento de um novo governo, que iniciou uma profunda reforma do processo eleitoral no país, propiciando a edição do primeiro Código Eleitoral Brasileiro, em 1932. Foi esse normativo que criou a Justiça Eleitoral, que se tornou responsável por todas as fases do processo eleitoral: alistamento, registro de partidos e candidatos, organização do pleito, apuração dos votos e diplomação dos eleitos.

No âmbito dos mesários, o novo código trouxe, segundo Nicolau (2012), um grande avanço: a apuração dos votos deixou de ser feita pelos membros da mesa, pois as urnas passaram a ser lacradas ao final da eleição e enviadas para as capitais, para serem apuradas pelos Tribunais Regionais Eleitorais. Conforme afirma o autor, isso não foi suficiente para extinguir as fraudes, mas foi mais um passo em busca de eleições limpas, o que ganhou reforço com o Código Eleitoral de 1935, o qual fez constar pela primeira vez a exigência de nomeação como mesário somente as pessoas o mais neutras possíveis, livres de relação direta com a disputa política e as candidaturas:

Art. 111. Constituirão a mesa receptora um presidente primeiro e um segundo suplentes, nomeados pelo juiz eleitoral, trinta dias antes da eleição, e dois secretários nomeados pelo presidente da mesa.

§ 1º Não poderão ser nomeados presidentes e suplentes:

- a) os cidadãos que não forem eleitores na zona;
- b) os funcionários que não possam ser demittidos sem justa causa ou motivo de interesse publico (Const. art. 169, paragrapho unico);
- c) os que pertençam á magistratura eleitoral;
- d) os candidatos e seus parentes consanguíneos ou affins até o 2º grão civil, inclusive;
- e) os membros do directorias de partido politico.

§2º Serão, de preferencia, nomeados os magistrados membros do Ministerio Publico, professores, diplomados profissão liberal, serventuarios de justiça e contribuintes imposto directo.

§3º O juiz eleitoral publicará, sem demora, as nomeações que houver feito,

e convocará os nomeados para constituir as mesas no dia e lugares designados, ás sete horas da manhã.

§4º Os motivos justos, que tiverem para recusar, a nomeação, só poderão ser allegados pelos nomeados até dias antes da eleição. §5º Os nomeados serão obrigados a declarar a existencia de qualquer dos impedimentos acima enumerados, sob as penas do art. 183, n. 25 (BRASIL, 1935)

Apesar de na proposição original do texto não haver justificativa para a inclusão dessas vedações, há que se reconhecer que esse dispositivo foi fundamental para mudança do papel da mesa receptora, principalmente se considerarmos que, nessa época, as formas de fraudes limitavam-se, segundo Nicolau (2012), ao uso de títulos falsos, ao constrangimento do eleitor no caminho para o local de votação (já que, até 1955, ele levava a cédula consigo) e à adulteração dos resultados durante a apuração (momento alheio à atuação do mesário(o)).

De lá para os dias atuais, o papel da(o) mesário(o) sofreu poucas alterações. Ela(e) continuou responsável pela organização e fiscalização da regularidade dos procedimentos de votação na sua seção, não ficando mais com a incumbência de apurar votos, ou mesmo registrar eleitoras(es) e/ou candidatas(os).

As possibilidades de fraude continuaram, mas distantes da função da(o) mesário(o) (e que inclusive acabaram sendo praticamente extintas com a sistematização do cadastro eleitoral e com o surgimento da urna eletrônica e do reconhecimento biométrico do(a) eleitor(a)): inscrição em mais de uma seção eleitoral, votação com o título de outro(a) eleitor(a), adulteração na contagem dos votos e nos mapas finais de votação, compra de votos.

Por sua vez, as vedações para a nomeação das(os) mesárias(os) continuaram e foram aprimoradas, constando hoje, na legislação eleitoral⁴, os seguintes impedimentos no art. 120, §1º:

§ 1º Não podem ser nomeados presidentes e mesários:

- I – os candidatos e seus parentes ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive, e bem assim o cônjuge;
- II – os membros de diretórios de partidos desde que exerçam função executiva;
- III – as autoridades e agentes policiais, bem como funcionários no desempe-

nho de cargos de confiança do Executivo;

IV – os que pertencerem ao serviço eleitoral.

Observa-se, portanto, que dentre os inúmeros desafios e elementos para a construção de um processo eleitoral idôneo, a busca por pessoas com certa neutralidade no jogo contribuiu com a mudança de papel da(o) mesário(o), que inicialmente era importante na disputa político-partidária, a ponto de muitas vezes ser caracterizado pela violência, e passou a ser elementar na garantia da integridade das eleições.

IMPORTÂNCIA DAS(OS) MESÁRIAS(OS) PARA A DEMOCRACIA

Atualmente, para garantir eleições democráticas (livres, diretas, idôneas e regulares), a Justiça Eleitoral conta com a sua estrutura de servidoras(es) e com as(os) Juízas(es) Eleitorais para organizar previamente o pleito. No entanto, no dia da votação, o grande trabalho fica efetivamente com as(os) mesárias(os), que são as(os) eleitoras(es) nomeadas(os) pela(o) Juiz(a) Eleitoral para atuar nas milhares de mesas receptoras de votos instaladas no país.

Embora tenhamos adotado o termo “mesário(o)” para se referir de forma generalizada a todos os membros da mesa receptora de votos, importante observar que o art. 120 do Código Eleitoral prevê nomes e responsabilidades específicas para cada cargo que atua na mesa: a(o) presidente, a(o) primeira(o) e a(o) segunda(o) mesárias(os), duas(dois) secretárias(os) e um suplente.

À(o) presidente, cabe o poder de polícia dos trabalhos eleitorais ao lado do(a) Juiz(a) Eleitoral. Na mesa receptora, a(o) presidente é a autoridade máxima e poderá “retirar do recinto ou do edifício quem não guardar a ordem e a compostura devidas e estiver praticando qualquer ato atentatório à liberdade eleitoral”⁵. Entre suas competências estão: verificar as credenciais das(os) fiscais de partidos políticos e ligações, ligar a urna eletrônica e emitir a zerésima, autorizar as(os) eleitoras(es) a entrar na seção e votar, resolver os conflitos na seção eleitoral, manter a ordem, receber impugnações à identidade da(o) eleitor(a), zelar pela preservação da urna, encerrar a votação na urna, emitir os boletins de urna, remeter os documentos necessários e materiais à junta

³ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-48-4-maio-1935-398002-publicacaooriginal-1-p.html>

⁴ A legislação eleitoral hoje é composta pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), pela Constituição Federal de 1988, Lei da Inelegibilidade (Lei Complementar n. 64/1990), Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), Lei nº 13.165/2015 e outros normativos, como Leis Complementares, Ordinárias, Regimentos dos Tribunais Eleitorais, Resoluções e Portarias.

⁵ Código Eleitoral, art. 140, § 1º / Resolução TSE nº 23.611, art. 136, §1º

eleitoral e por fim, “manter, sob sua guarda, uma das vias do boletim de urna para posterior conferência dos resultados da respectiva seção divulgados na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, tão logo estejam disponíveis”⁶.

Aos demais membros da mesa, cabe a identificação da(o) eleitora, a conferência de eventuais requerimentos de justificativa recebidos na seção, a distribuição de formulários às(aos) portadoras(es) de deficiência, a lavração da ata da mesa, a organização da fila na seção, observando as prioridades para votação e controlando a entrada e a movimentação das pessoas na seção. Observa-se, portanto, a enorme responsabilidade dos membros da mesa receptora de votos.

Cabe destacar que, em que pese o art. 120 do Código Eleitoral prever a nomeação de vários cargos para a mesa, desde 2004 o Tribunal Superior Eleitoral - TSE permite que os Tribunais Regionais de cada Estado dispensem a(o) segunda(o) secretária(o) e a(o) suplente, visando à racionalização de recursos⁷. Inclusive, para 2020, o TSE reduziu de antemão as(os) componentes da mesa para todo o país, mantendo somente a(o) presidente, a(o) primeira(o) e segunda(o) mesária(o) e o secretária(o)⁸.

No que tange às pessoas que podem ser nomeadas, mais um elemento que comprova o papel fundamental que as(os) mesários possuem em relação à manutenção da integridade eleitoral: precisam ser membros da sociedade que não estão diretamente relacionadas(os) aos partidos políticos (podem ser filiadas(os), mas não podem ser nem parentes de candidatas(os) e nem exercer função executiva nos diretórios partidários), não podem estar diretamente ligadas(os) ao Poder Executivo (autoridades, agentes policiais e cargos de confiança) e não podem fazer parte também da Justiça Eleitoral, que é o órgão responsável pela organização das eleições. Portanto, atuam como um elemento neutro na disputa política e um(a) componente fiscalizador(a) dos trabalhos eleitorais. Tais aspectos buscam garantir, em certa medida, que o amplo corpo de mesárias(os) que servem à Justiça Eleitoral confira maior legitimidade ao processo.

Para garantir ainda mais que os trabalhos da mesa receptora de votos fluam de forma idônea e regular, a Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, também acrescentou que não podem ser nomeadas(os) menores de dezoito anos, nem podem participar de uma mesma mesa parentes em qualquer grau ou servidoras(es) da mesma repartição pública ou empresa privada⁹.

Importante ressaltar também que, definida a composição de todas as mesas receptoras de votos pelo(a) Juiz(a) Eleitoral, deverá ser publicada a lista das(os) nomeadas(os), dando a possibilidade aos partidos políticos de apresentarem reclamação sobre algum(a) escolhido(a)¹⁰, no intuito de que corroborem com a nomeação de mesárias(os) as mais neutras(os) possíveis.

Todas essas exigências e cuidados possuem uma razão principal: para além da realização operacional das eleições, as(os) mesárias(os) representam a fiscalização por parte da(o) cidadã(o) no processo eleitoral, garantindo a legitimidade dos procedimentos durante a votação. Não é por acaso que a(o) mesária(o) é nomeada(o) pelo(a) Juiz(a) da Zona Eleitoral ao qual pertence, preferencialmente dentre as(os) eleitoras(es) da própria seção e, dentre essas(es), entre as(os) que possuem ensino superior, professoras(es) e serventuárias(os) de Justiça¹¹. Busca-se, com isso, pessoas instruídas, capazes de cumprir o papel importante de organizador(a) e fiscalizador(a) das regras na seção eleitoral.

As(os) servidoras(es) da Justiça Eleitoral, para identificar potenciais mesárias(os), utilizam-se dos dados constantes no cadastro eleitoral, tais como ocupação, grau de instrução e histórico de nomeações anteriores. Por outro lado, partindo-se da premissa de que o(a) melhor colaborador(a) é aquele(a) que quer ajudar, as campanhas da Justiça Eleitoral têm acontecido no sentido de identificar cidadãos(os) que possuem interesse em participar de forma voluntária dos trabalhos eleitorais. Inclusive, registros indicam que a quantidade dessas(es) voluntárias(os) têm aumentado com o passar dos anos.

Para as eleições 2020, o TRE do Tocantins

registrou, por exemplo, um aumento de 11,52% de voluntárias(os) em relação às eleições 2018 e mais de 83% em relação a 2016. Em comparação a 2016, o Paraná registrou, em 2020, um aumento superior a 98%, o Rio de Janeiro 97% e São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, observou um crescimento de 16%.¹²

Cabe destacar que, se um(a) eleitor(a) apresenta seu nome como voluntário(a) para as eleições, a Zona Eleitoral correspondente verifica se ela(e) cumpre as exigências para atuar como mesária(o) antes de nomeá-la(o). E tendo algum motivo para solicitar dispensa, ela(e) (como qualquer outra(o) mesária(o) nomeada(o)) pode apresentar seu pedido ao(à) Juiz(a) Eleitoral.¹³

O trabalho das(os) mesárias(os) é tão sério e importante para a legitimidade e idoneidade das eleições e, portanto, da democracia, que qualquer indício de irregularidade na atuação da(o) mesário que possa comprometer o exercício de sua função pode culminar na sua retirada da mesa receptora de votos. A título de exemplo, em 2020, uma mesária que atuava na região do Tatuapé, em São Paulo, foi levada à delegacia por fazer a seguinte postagem no Twitter: “Hoje acordei para o crime, vou deixar as pessoas entrarem com o celular na urna, não vou pedir documento com foto e vou falar número de candidato na seção”¹⁴. Diante desse fato, o Juiz da Zona Eleitoral responsável pela seção em que a mesária atuava entendeu que ela poderia comprometer a regularidade da votação e decidiu substituí-la de imediato. No Recife, também em 2020, uma mesária foi presa por fazer boca de urna¹⁵, enquanto em Campinas um mesário foi preso por abandonar o serviço eleitoral no meio da eleição¹⁶. Já em Governador Valadares, a prisão de um mesário ocorreu por ele ter induzido o voto de um eleitor¹⁷.

Isso nos lembra de algumas regras para a atuação dos membros da mesa: devem agir de forma cordial e respeitosa com todas(os) as(os) eleitores e, principalmente, de maneira neutra, sem divulgar preferências por partidos ou candidatas(os). Inclusive o art. 39-A, § 2º, da Lei 9.504/97, proíbe que as(os) mesárias(os) utilizem vestuário ou objeto que contenha

6 Resolução TSE nº 23.611, art. 90

7 Resolução TSE nº 21.633/2004, art. 36, § 1º; Resolução TSE nº 21.542/2006, art. 10, § 1º; Resolução TSE nº 22.712/2008, art. 10, § 1º; Resolução TSE nº 23.218/2010, art. 10, § 1º; Resolução TSE nº 23.372/2011, art. 9º, § 1º; Resolução TSE nº 23.399/2013, art. 9º, § 1º; Resolução TSE nº 23.456/2015, art. 9º, § 1º; Resolução TSE nº 23.554/2017, art. 16, § 1º. Disponíveis em <https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/>

8 Resolução TSE nº 23.611/2019, art. 16

9 Lei nº 9.504/1997, arts. 63, § 2º, e 64

10 Código Eleitoral, art. 121

11 Código Eleitoral, art. 120, § 2º

12 Dados obtidos no site da Justiça Eleitoral: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Setembro/justica-eleitoral-registra-recorde-de-inscricoes-para-mesarios-voluntarios>

13 Código Eleitoral, art. 120, § 4º

14 Reportagem disponível em <https://br.financas.yahoo.com/noticias/mesaria-e-presa-em-sp-apos-postagem-nas-redes-sociais-acordei-para-o-crime-145314083.html>

15 Reportagem disponível em <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2020/noticia/2020/11/29/mppe-registra-prisao-de-mesaria-e-tres-pessoas-em-paulista-no-grande-recife.ghtml>

16 Reportagem disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/mesario-e-preso-em-campinas/>

17 Reportagem disponível em <https://noticias.r7.com/eleicoes-2020/segundo-turno-acaba-com-prisao-de-mesario-e-outras-11-pessoas-em-mg-29112020>

propaganda de algum(a) candidato(a), partido político ou coligação.

Diante de tais aspectos, ressalta-se também o grande investimento da Justiça Eleitoral para instrução das pessoas que trabalham no pleito, justamente para que as atividades sejam conduzidas dentro da legalidade, transparência e idoneidade. Em 2020, em função da pandemia da Covid-19, os treinamentos de mesárias(os) em todo Brasil ocorreram por meio de ensino à distância e aplicativo do TSE específico para as(os) mesárias(os), além do guia rápido e do manual da(o) mesária(o). Algumas(ns) Chefes de Cartório Eleitoral ainda promoveram reuniões de forma online para tratar das especificidades de suas localidades.

Cabe destacar que, atuando como mesária(o), o(a) eleitor(a) tem alguns benefícios: o certificado de conclusão do curso dá direito a dois dias de folga remunerados, enquanto cada dia trabalhado também dá direito a mais dois dias, conforme artigo 98 da Lei n.º 9.504/97. Ainda, se for estudante, a(o) mesária(o) pode validar o serviço como horas complementares nas instituições de ensino superior conveniadas. Pode também ter vantagem em caso de empate em concurso público (quando previsto no edital) e até ter isenção do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos em alguns Estados.

Enfim, tecidas essas considerações gerais sobre o trabalho de mesárias(os), partimos então para análise dos dados relativos à participação nesse papel das(os) jovens em todo o país. Importante, para tanto, perceber o peso do(a) mesário(a) no processo de legitimação da lógica eleitoral.

PARTICIPAÇÃO DA(O) JOVEM COMO MESÁRIA(O)

Para fins metodológicos, partimos do conceito de jovem estabelecido pelo Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013): indivíduos da faixa etária que vai de 15 a 29 anos. No entanto, como exposto anteriormente, de acordo com a Lei 9.504/1997, é vedada a nomeação para atuar nas mesas receptoras de votos de menores de 18 anos, fazendo com que nosso corte sobre a(o) jovem precise ser de indivíduos entre 18 a 29 anos. Separamos esse grupo, ainda, para refinamento da análise, entre jovens de 18 a 24 anos e jovens adultos de 25 a 29 anos.

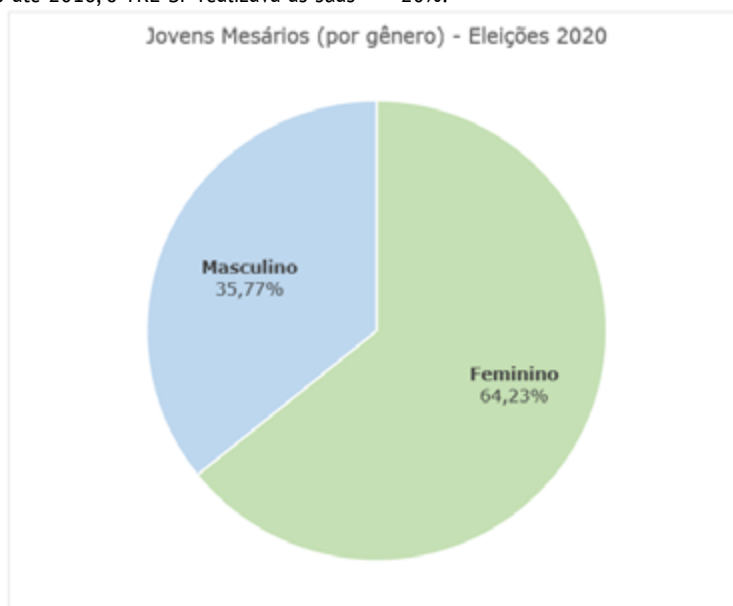
Essa divisão encontra fundamento nos subgrupos da juventude, ilustrado por Estra-

manho (2021), em que jovens com idade entre 19 e 24 anos enfrentam a fase de “socialização secundária, o aumento das expectativas quanto ao desenvolvimento ocupacional e profissional e a maior mobilidade para os fins de uma possível participação mais efetiva na esfera civil e política, dadas as diversas habilitações que os 21 anos proporcionam, segundo as definições da atual legislação brasileira”. Por sua vez, as(os) jovens adultas(os) com idade entre 25 e 29 anos, “enfrentam desafios prementes tais como consolidação da vida profissional, alteração nos padrões de relacionamento com as informações cotidianas e, do ponto de vista hipotético, maior compromisso com deveres cívicos, tributários e políticos” (ESTRAMANHO, 2021).

Antes de verificarmos os dados a respeito das(os) mesários, é necessário fazer algumas ressalvas. A primeira delas é que os números aferidos são das(os) mesárias(os) “convocadas(os)”, que são diferentes das(os) “nomeadas(os)”, que também são diferentes das(os) mesárias(os) que efetivamente trabalharam na eleição. Isso porque as(os) “convocadas(os)” são as(os) que são chamados pela Justiça Eleitoral, as(os) “nomeadas(os)” são aquelas(es) que confirmam o recebimento da convocação e, ao fim, apesar do trabalho eleitoral ser obrigatório e preferencial a qualquer outro, imprevistos podem acontecer e a(o) nomeada(o) pode não comparecer no dia do pleito, tornando-se um(a) “mesário(a) faltoso(a)”. Para se ter uma ideia do desafio e exemplificar a questão até 2018, o TRE-SP realizava as suas

convocações por meio de carta enviada pelo correio. Em 2020, com o advento da pandemia causada pelo novo Coronavírus, a necessidade da manutenção do isolamento social e dos protocolos de segurança, a convocação eleitoral foi realizada principalmente por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp e pelo e-mail. As(os) mesárias(os) também não precisaram comparecer ao Cartório Eleitoral pessoalmente para assinar a convocação. Através de um código, era possível fazer a confirmação do recebimento da convocação de forma online pela internet. A mudança nos procedimentos facilitou a nomeação e economizou em torno de 745 mil reais aos cofres públicos. Em 2016, 380 mil aerogramas foram enviados; em 2018, foram enviados 430 mil e em 2020 apenas 69 mil.¹⁸

Voltando ao cenário nacional e à participação das(os) jovens, o volume de mesárias(os) convocadas(os) em 2020 no país girou em torno de 1,5 milhão de pessoas.¹⁹ Desse total, 510.257 foram jovens (32,06%), sendo 250.355 entre 18 e 24 anos e 259.902 entre 25 e 29 anos. Do total de jovens, 64,23% foram do gênero feminino e 35,77% do gênero masculino, o que demonstra uma participação muito mais significativa entre as mulheres, assim como atesta um peso maior da juventude em relação à sua representatividade na população geral. Nesse caso, importante salientar que de acordo com o Censo de 2010 do IBGE o percentual da população entre 18 e 29 anos no país ultrapassava discretamente a marca de 20%:



18 Dados obtidos no relatório de gestão anual do TRE-SP. https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-anual/relatorio-de-gestao-anual-1/tre-sp-relatorio-de-gestao-anual-do-exercicio-de-2020/rybena.pdf?file=https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-anual/relatorio-de-gestao-anual-1/tre-sp-relatorio-de-gestao-anual-do-exercicio-de-2020_at_download/file

19 Os dados de mesários foram obtidos na página de estatísticas do TSE em conjunto com dados obtidos no TRE-SP.

Em relação às(aos) mesárias(os) voluntárias(os), 9,98% corresponderam às(aos) jovens de 18 a 24 anos e 14,26% entre os de 25

a 29 anos.²⁰ A participação de jovens variou conforme a região do país, como pode ser observado nos gráficos²¹ abaixo:

| JOVENS MESÁRIOS - ELEIÇÕES 2020 | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|--------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
| FAIXA ETÁRIA/REGIÃO | CENTRO-OESTE | | NORDESTE | | NORTE | | SUDESTE | | SUL | |
| | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
| 18 a 24 anos | 19153 | 18,87% | 82014 | 18,49% | 24181 | 17,16% | 77686 | 11,60% | 47318 | 20,08% |
| 25 a 29 anos | 17252 | 16,99% | 83643 | 18,86% | 22830 | 16,20% | 91139 | 13,61% | 45035 | 19,11% |
| Total | 36405 | 35,86% | 165657 | 37,35% | 47011 | 33,36% | 168825 | 25,21% | 92353 | 39,19% |

Obs: Porcentagem calculada em relação ao total de mesários de todas as faixas etárias

| JOVENS MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS - ELEIÇÕES 2020 | | | | | | | | | | |
|---|--------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|
| FAIXA ETÁRIA/REGIÃO | CENTRO-OESTE | | NORDESTE | | NORTE | | SUDESTE | | SUL | |
| | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM | QUANTIDADE | PORCENTAGEM |
| 18 a 24 anos | 6821 | 35,61% | 17859 | 21,77% | 3933 | 16,26% | 27107 | 34,89% | 11957 | 25,27% |
| 25 a 29 anos | 8016 | 46,46% | 24291 | 29,04% | 4753 | 20,82% | 45979 | 50,45% | 13638 | 30,78% |
| Total | 14837 | 40,79% | 42150 | 25,44% | 8686 | 18,48% | 73086 | 43,29% | 25595 | 27,71% |

Obs: Porcentagem calculada em relação ao total de mesários da própria faixa etária

É possível aferir dos dados que tivemos uma participação considerável de jovens em todas as regiões, com destaque para a Região Sul, que atingiu o percentual de 39,19% de suas(eus) mesárias(os) na faixa etária de 18 a 29 anos. A Região Sudeste, por sua vez, teve a porcentagem mais baixa: somente 25,21% de suas(eus) mesárias(os) foram jovens, apesar de, em números absolutos, ter apresentado a maior quantidade de mesárias(os) nessa faixa (168.825). Centro-Oeste, Nordeste e Norte obtiveram percentuais similares, acima dos 33%, com o Nordeste apresentando a segunda maior quantidade de jovens em número: 165.657 mesárias(os).

No que tange às(aos) voluntárias(os), a Região Sudeste exibiu o maior percentual: 43,29% de suas(eus) mesárias(os) jovens apresentaram-se voluntariamente para os trabalhos eleitorais. A Região Centro-Oeste obteve percentual semelhante: 40,75%. Na sequência vieram a Região Sul (27,71%) e Nordeste (25,44%). No presente quesito, a Região Norte ficou por último: somente 18,48% de suas(eus) mesárias(os) jovens foram voluntárias(os).

Ou seja, observa-se que a campanha do Tribunal Superior Eleitoral para encontrar voluntárias(os) para as mesas receptoras de votos não atingiu necessariamente as(os) jovens, tendo ficado a cargo da própria Justiça Eleitoral a convocação da maioria delas(es) para os trabalhos eleitorais.

Inclusive, esse ponto mostra-se importante quando cruzamos com a informação de que as(os) Juízas(es) Eleitorais buscam nomear para atuar nos pleitos as pessoas mais capazes, neutras e idôneas possíveis. Afinal, os dados acima demonstram que, se as(os) jovens participaram de forma significativa como mesárias(os) nas eleições e, na sua maioria, não se

voluntariam para tanto, coube à Justiça Eleitoral, diante das informações cadastrais que possuía, a percepção de que uma grande parcela das(os) jovens eleitoras(es) seriam indivíduos bem qualificados a atuar nas seções eleitorais. Mas aqui algo adicional chama a atenção: são também as(os) jovens que têm sido relatadas(os), como mostrado anteriormente, como um conjunto contestador e capaz de colocar em questão aspectos centrais da democracia representativa, simbolizada pelas eleições e pelo voto. A questão central aqui então é: em que medida, diante de toda a caracterização das(os) mesárias e da dependência da estrutura em relação à(o) jovem, questões conjunturais associadas à descrença desse público em relação às eleições poderiam afetar o processo eleitoral? Essa preocupação faz algum sentido? Isso porque, mostram os números, o segmento da sociedade que aparentemente mais contesta aspectos representativos das eleições é quem mais atua para a garantia de sua idoneidade em um instante crucial e estratégico: a captação do sufrágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre eleições limpas, justas, idôneas e regulares e a confiança na democracia é indissociável. Trata-se de uma questão de assegurar, entre outros aspectos, que as normas serão cumpridas tal qual escritas, garantindo o correto funcionamento das instituições democráticas.

No que se refere à democracia brasileira, a despeito de seu caráter recente, em especial do ponto de vista de eleições livres, é possível constatar-se no histórico apresentado que o processo de construção das eleições é longo

e remonta ao Brasil colonial. Não é por acaso que os nossos pleitos atingem altos índices de integridade eleitoral, acima inclusive de democracias consideradas consolidadas, como a dos Estados Unidos da América.²²

A cada eleição realizada ao longo desse processo histórico, a legislação foi sendo modificada na tentativa de aperfeiçoar as atividades eleitorais e torná-las livres de fraudes e manipulações. E uma parte fundamental nesse processo foi a construção do papel dos membros da mesa receptora de votos, os(as) quais denominamos mesários(as).

Diante das exigências de neutralidade, de ausência de relação com os partidos e candidatas(os), entre outras regras que garantem a lisura na sua atuação, as(os) mesárias(os) revelaram-se um elemento fundamental e indispensável para a garantia da legitimidade das eleições e um componente essencial na fiscalização dos trabalhos eleitorais. Elas(es) passaram a representar o papel institucional da(o) cidadã(o) no processo eleitoral, garantindo a integridade dos procedimentos como fiscalizador(a) do pleito.

Nesse cenário, constatamos que a presença da(o) jovem é significativa, tendo correspondido a quase um terço do total das(os) mesárias(os) nas Eleições 2020, contra cerca de um quinto de representatividade desse grupo na sociedade como um todo. Contudo, apesar dos resultados positivos no que se refere à realização de eleições e do alto envolvimento das(os) jovens como mesárias(os), a participação voluntária delas(es) no processo eleitoral é baixa. Embora não tenhamos buscado hipóteses para esses resultados, temos uma sugestão que poderá ser utilizada tanto em pesquisas futuras, como em estratégias para o aumento da participação: para que haja envolvimento,

20 Dados obtidos em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

21 Dados obtidos em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

22 Dados disponíveis em <https://www.electoralintegrityproject.com/the-year-in-elections-2019>

são necessários conhecimento e interesse, o que pode ser alcançado através da educação política e eleitoral (Moisés, Moraes e Mont'Alverne, 2021). Em outras palavras, não basta garantir o cumprimento da lei, é preciso que haja a consolidação de uma cultura democrática a ser alcançada através da educação política (Krahenbul e Dantas, 2021).

Guardadas as devidas proporções geopolíticas, uma pesquisa recente do Instituto Sivis, através da criação e aplicação do Índice de Democracia Local - IDL no município de São Paulo²³, demonstrou intensa correlação entre escolaridade e confiança nas instituições (Estramano, 2021). A mesma pesquisa demonstrou baixos índices de participação política, de confiança nas instituições democráticas representativas e de busca de informações de uma forma geral na cidade de São Paulo. Nos dizeres de Krahenbul e Dantas (2021):

Ao se deparar com os referidos indicadores, vemos que:

- O conhecimento impulsiona a participação;

- O desconhecimento das instituições leva à desconfiança, mas o contrário não pode ser afirmado, pois o conhecimento das instituições não supõe confiança nas mesmas;

- O conhecimento na área de educação política favorece a cultura democrática.

Corroborando essa hipótese, segundo pesquisa de Dantas e Estramano (2015), 45% das(os) jovens afirmaram que se aproximariam da política se o processo fosse mais transparente e confiável, 65% gostariam de aprender política na escola e 43% na universidade. A compreensão do funcionamento do jogo eleitoral e da vida política podem levar a uma maior participação, fortalecendo a cultura democrática e com ela a confiança e a legitimidade das instituições democráticas.

Esses dados nos levam a crer que não é que o jovem não se engaja por política deliberadamente, pois é muito difícil se engajar em algo que não se conhece. Ao se criar meios e condições para se interessar por política, permite-se mais liberdade para escolher se

engajar ou não. Hoje, a única ferramenta que conhecem é o voto, embora não possuam a completa compreensão de como usá-lo (DANTAS; ESTRAMANHO, 2015).

Tecidas essas considerações, propomos que haja uma reflexão e uma movimentação das organizações no sentido de promover a educação político-eleitoral voltada ao público jovem, o que pode fortalecer ainda mais o papel estratégico que esse público exerce na democracia, incluindo aqui a função de mesário(a). O verbo a ser utilizado, muito em voga com o uso de redes sociais, talvez seja engajar. É preciso que a(o) jovem se reconheça na democracia, que sua participação seja vista como efetiva, e que as instituições sejam vistas como legítimas. Parece ser esse o caminho para ampla participação da(o) jovem no processo eleitoral, não apenas como um(a) eleitor(a) consciente de sua escolha representativas, mas como um(a) agente para o fortalecimento da democracia.

Bibliografia

- ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. Juventudes e cultura democrática na megalópole: um olhar compreensivo a partir do IDL da cidade de São Paulo. In: Humberto Dantas; Diego Rafael de Moraes Silva (Org.). Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo. 1ed. Curitiba: Instituto Atuação, 2021, v., p. 183-202.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Democracia representativa. Lisboa, 1895; Disponível em <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/21879> (acesso em 27/6/2021)
- BOBBIO, N. et al. Dicionário de política. 13. ed. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº. 48, de 4 de maio de 1935. Modifica o Código Eleitoral. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/5/1935, Página 9081
- BRASIL. Lei no. 4.737 de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 1965.
- BRASIL. Lei Complementar no. 46 de 19 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 mai. 1990.
- BRASIL. Lei no. 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, 1 out. 1997.
- BRASIL. Lei no. 9.096 de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, §3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1995.
- BRASIL. Lei no. 12.034 de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Diário Oficial da União, Brasília, 30 set. 2009.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/8/2013, Página 1 (Publicação Original)
- CHINO, L.; Lizardo, F.; Mesquita, L. O Processo Eleitoral na Cidade de São Paulo. In: Diego Moraes; Humberto Dantas. (Org.). Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo. 1ed. Curitiba: Instituto Sivis, 2021, v., p. 63-81.
- DAHL, R. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, R. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. Cadernos ADENAUER (São Paulo), v. 1, p. 65-82, 2015.
- KRAHENBUHL, C.; DANTAS, Humberto. A educação política pode se utilizar do IDL? Desafios, propostas e resultados. In: Diego Silva; Humberto Dantas. (Org.). Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo. 1ed. Curitiba: Instituto Atuação, 2021, v. 1, p. 83-102.
- LIMONGI, F.. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. Lua Nova (Impresso), v. 03, p. 13-51, 2014.
- MOISÉS, J.A. Cultura política, instituições e democracia – lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n.66, 2008, p.11-44.
- MORAES, D.; KEMER, T. Conceituando a democracia local. In: Diego Moraes; Humberto Dantas. (Org.). Índice de Democracia Local: estudos a partir da experiência de São Paulo. 1ed. Curitiba: Instituto Sivis, 2021, v., p. 24-44.
- NICOLAU, Jairo. Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2012. Edição Google Play, capítulos 1 a 4.
- PRZEWORSKI, A. A minimalist conception of democracy. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDON, C. Democracy's Value. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 23-55.
- SCHUMPETER, J. Capitalism, socialism and democracy. New York, USA: Harper Perennial, 2008.

O convite dos jovens a um território polifônico

Débora Pontalti¹ e Lia Salomão²

RESUMO: Ao contrário do que o senso comum demonstra, os jovens são engajados na vida pública e possuem especial atenção à sua formação enquanto sujeitos ecológicos. Buscando compreender que tipo de inovação social as juventudes agregam ao movimento socioambiental, reunimos um grupo de oito jovens e oito não-jovens formados pelo Programa Carta da Terra em Ação, para uma roda de conversa. A luz do conceito de narrativa polifônica (Bakhtin, 2008), entende-se que o maior achado desta pesquisa foi descobrir que a diferença entre a atuação socioambiental dos jovens e não-jovem, reside em como cada grupo enxerga e interage com a diversidade presente em um território polifônico.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, meio ambiente, diversidade

INTRODUÇÃO

Não é raro ouvir que a juventude tem se afastado da política e que as novas gerações são apáticas, individualistas e desinteressadas. Contudo, estudos demonstram que, ao contrário do senso comum, os jovens têm se mostrado mais engajados em formas não-convencionais de participação política (KRISCHKE, 2004) e especialmente atentos à sua formação enquanto sujeitos ecológicos (CARVALHO 2004, CRISTO, 2017).

Motivadas por compreender que tipo de inovação social os jovens agregam ao se engajarem no movimento socioambiental, reunimos um grupo de oito jovens formados pelo Programa Carta da Terra em Ação (Carta) e oito não-jovens, também formados pelo programa, para uma roda de conversa.

Utilizando este programa como universo desta pesquisa e, analisando o perfil dos inscritos nas atividades ofertadas pelo Carta,

notamos que dos 3.877 interessados, mais de 40% deles são jovens com menos de 30 anos de idade. Tal dado reforça os achados de KRISCHKE (2004) e CARVALHO (2004), reafirmando o interesse da juventude pelo engajamento ecológico.

Ainda com base em estudos anteriores, Boy, Muxel e Roche (1994) apontam que essa área atrai a juventude pois opera sobre a realidade concreta do território e, embora a ação seja circunscrita no âmbito local, dialoga com causas planetárias e valoriza uma dimensão ético-moral da atuação. Já para Rennó (2003), as questões socioambientais trazem novos desafios para uma atuação cidadã. O autor destaca que essa agenda política caracteriza-se por demandar inovação nas formas de mobilização coletiva e estratégias de ação, uma vez que precisam acolher a diversidade de membros que compõe o movimento e a escassez de recursos.

Para analisar o contexto de inserção de jovens baianos no movimento ambientalista, o educador Hélio Souza de Cristo (2017) entrevistou 10 jovens com idades entre 15 e 29 anos, fortemente ativos em organizações ambientalistas. Nos depoimentos colhidos pelo educador, notamos um incômodo trazido pelos entrevistados ao relatarem que, em muitos casos, a juventude é vista pelos mais velhos, majoritariamente, como mecanismo de execução, ficando apartada das fases de diagnóstico e planejamento da ação.

Esse cuidado de não tornar o jovem mero figurante é corroborado por Souza (2006). Para que os jovens possam desenvolver plenamente sua cidadania é fundamental não segregar os indivíduos que pensam as ações, daqueles que as executam. Tal separação dificulta aos jovens seu desenvolvimento integral enquanto sujeitos que pensam, discutem e refletem sobre sua atuação (SOUZA, 2006; CRISTO, 2017).

Diante desse cenário onde (i) o jovem tem se engajado em movimentos políticos não-formais e (ii) o movimento ambientalista carece de inovação social para lidar com as dificuldades que enfrenta, o presente estudo buscou

compreender qual inovação social os jovens agregam às ações socioambientais desenvolvidas no âmbito do Programa Carta da Terra em Ação. Para tanto parte-se da hipótese que os jovens são vistos pelos não-jovens como fonte de energia para a execução de ações, não estando tão presente nas fases de diagnóstico e planejamento da atuação, bem como ausentes dos momentos posteriores de reflexão.

JUVENTUDE, MEIO AMBIENTE E INOVAÇÃO SOCIAL

Coordenar um programa de educação ambiental que visa contribuir na ativação da cidadania dos sujeitos nos fez compreender que o caminho a ser trilhado deveria, necessariamente, fomentar um processo de aprendizagem contínuo e integrado, voltado ao desenvolvimento de uma cultura de pertencimento, corresponsabilidade e de protagonismo.

Em seus doze anos de história, o Carta reuniu, em suas formações, grupos de diversas faixas etárias, regiões, formações e atuações para dialogar e estimular que os participantes empreendam ações socioambientais que promovam qualidade de vida em seus territórios, impulsionando, assim, a sustentabilidade urbana na cidade de São Paulo (INOJOSA, 2012). Cabe destacar que o Carta é ofertado pela Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), da Prefeitura de São Paulo.

Este programa público também tem sua relevância no recorte da juventude. Como mencionamos anteriormente, o senso comum crê que os jovens demonstram desinteresse político. Porém, Norris (2004) e Krischke (2004) demonstram uma gradativa mudança qualitativa da juventude aderindo a manifestações com caráter mais espontâneo, associativo e não-convencional. “A energia política da geração mais jovem têm se expandido por meio da participação não-convencional, em lugar de simplesmente regredir à ‘apatia’ ou ‘apoliticismo’” (NORRIS, 2004, p.19).

Considerando a constatação acima, e após um breve diagnóstico sobre quem procura pelas formações do Carta, notamos que mais de 40% dos inscritos são jovens com menos de 30 anos. Isso nos coloca como uma das possíveis portas de entrada para ampliação das possibilidades de integração social da juventude.

Porém, como este não é um programa voltado à juventude, nas formações do Carta o grupo é concebido de maneira que cada turma seja representativa da diversidade social existente em uma cidade complexa como São Pau-

¹ Bióloga com mestrado em Cidades Inteligentes e Sustentáveis e coordenadora do Programa Carta da Terra em Ação, da Universidade Aberta de Meio Ambiente e Cultura de Paz - debora.pontalti@gmail.com
² Geógrafa, especialista em Responsabilidade Socioambiental Empresarial e Coordenadora do Programa Educação e Território na Associação Cidade Escola Aprendiz - liasalo-maolopes@gmail.com



lo (PONTALTI; SALOMÃO, 2018). Sendo assim, com base no cenário proposto pelas formações do Carta, emprestamos o conceito narrativo polifônico criado por de Bakhtin (2008), ao analisar a obra de Dostoiévski.

Para Bakhtin, os romances de Dostoiévski caracterizam-se por contradições irremediavelmente contraditórias, não sendo possível a superação dialética dos conflitos apresentados na obra. Em outras palavras, o romance traz personagens que ostentam “vozes sociais que se defrontam, se entrecrocaram, manifestando diferentes pontos de vista sociais sobre um dado objeto” (RECHDAN, 2003).

Assim como nas contradições do romance, os dilemas provenientes dos multiuso do território, da diversidade de olhares e desejos dos sujeitos, também não são passíveis de resolução. Destacamos que é neste quadro polifônico que o movimento ambientalista irá agregar sujeitos e propor suas ações socioambientais.

Em vista disso, uma resposta inovadora, que gere mudança social, faz-se necessária. Conforme apontado anteriormente por Renó (2003), a agenda socioambiental demanda inovação social. E esta é entendida por Martinelli (2003) como uma ação coletiva, que,

(i) Contribui para a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas de outra forma; (ii) Aumenta os direitos de acesso (por exemplo, pela inclusão política); e; (iii) Aumenta as capacidades humanas (por exemplo, capacitando grupos sociais específicos, aumentando

o capital social) (Martinelli et al., 2003: 47-48).

Ou seja, a inovação social emerge no território quando os sujeitos se apropriam do protagonismo em suas comunidades, buscando superar desafios e aumentar o capital social da comunidade.

Diante de todo exposto, ressaltamos que o presente estudo buscou compreender qual inovação social os jovens agregam às ações socioambientais desenvolvidas no âmbito do Programa Carta da Terra em Ação, levando em consideração o engajamento juvenil em movimentos políticos não-formais e os dilemas para agregar as diversas identidades que caracteriza o movimento ambientalista.

UMA RODA DE CONVERSA ENTRE JOVENS E NÃO-JOVENS

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca explorar o significado que um grupo atribui a um fenômeno humano, optamos pela vertente narrativa, como método de trabalho, cujo instrumento utilizado para coleta dos dados foi a Roda de Conversa. A fim de averiguar a hipótese levantada, convidamos 16 Carteiros³ para uma videoconferência, via Zoom.

Desse modo, o quadro de participantes dessa pesquisa foi constituído por 8 jovens entre 18 e 29 anos, sendo 4 homens e 4 mulhe-

res, com formações nas áreas de direito, turismo, arquitetura, agronomia, biologia e ciências do mar; e 8 não-jovens, entre 32 a 72 anos, sendo 3 homens e 5 mulheres, com formações nas áreas de direito, economia, informática, arquitetura, geografia e ensino médio.

Após receber os convidados e criar um ambiente acolhedor à partilha e à escuta, subdividimos o grupo em duas salas menores entre jovens (até 29 anos) e não-jovens (acima de 30 anos). Nos subgrupos, três afirmações equivalentes foram apresentadas para que eles completassem, como ponto de partida para o diálogo:

- i. Eu transformo o território visando um ambiente...
- ii. Se eu tivesse mais de 30 anos/menos de 30 anos, minha atuação socioambiental seria...
- iii. O encontro intergeracional desperta em mim...

Após todos colocarem suas opiniões e vivências, retornamos para o grande grupo, onde as pesquisadoras apresentaram uma síntese do que foi conversado em cada sala. A etapa seguinte foi apresentar a hipótese levantada ao grupo como tema-gerador da conversa. Outras três frases foram apresentadas ao grupo:

- iv. Jovens estão menos nas etapas de planejamento e mais na ação.
- v. É preciso o impulso do jovem para a atuação socioambiental.
- vi. Como vocês veem ações que agregam

³ O apelido Carteiros foi espontaneamente adotado pelos participantes formados pelo Programa Carta da Terra em Ação ao chamarem para si a responsabilidade de serem portadores e levarem os valores da Carta da Terra para suas comunidades.

identidades diversas?

Esgotado o assunto, encerramos a Roda de Conversa, agradecemos ao grupo e posteriormente sistematizamos as narrativas para compor os depoimentos aqui apresentados.

COLETA E ANÁLISE DAS NARRATIVAS

O contexto onde o jovem está inserido influencia a construção de sua identidade e a forma como vê e se coloca no mundo. Os laços sociais construídos em sua juventude, potencializam a formação de sua identidade, possibilitando que se sintam reconhecidos nas diversas redes que participam, e oportunizam a experimentação e o comprometimento com os coletivos que integram (MISCHE, 1997).

Ser parte, se sentir pertencente a um grupo, além de formar a identidade dos jovens é também um dos valores que os movem na transformação de suas localidades. Para Guilherme, parte de sua motivação ao transformar ambientes é que estes sejam coletivos e que despertem as potencialidades dos sujeitos.

Um ambiente mais coletivo, que as pessoas participem de forma mais efetiva e se sintam pertencentes àquele local. Que as pessoas tenham consciência sobre o poder de ação delas, que elas consigam se movimentar a partir disso. E eu acho que essa é uma das principais dificuldades, a galera saber 'eu tenho potência', e ela descobrir essa potência dentro dela (Guilherme, 26a).

O fomento a espaço coletivos também aparece nas narrativas dos não-jovens. Para Lucineide, sua transformação do território visa "um ambiente em que todos possam usufruir, compartilhar o espaço, tenham uma área para lazer e para brincar" (Lucineide, 59a). O espaço público que fomenta o coletivo também é apontado por Alexandre. "[Tem essa] questão do diálogo entre gerações. O espaço público deveria promover melhor isso. Deveria ser também [o lugar do] diálogo entre as diversas camadas da sociedade e não o espaço onde elas mostram suas diferenças" (Alexandre, 43a).

Fica visível, nas narrativas apresentadas, que este grupo busca, em suas intervenções territoriais, ambientes que acolham a diversas possibilidades de usos daquele espaço. Com a população se apropriando do território, benefícios indiretos, como maior segurança, emergem. Para Clara, um território onde "as pessoas

ocupem a rua, o espaço público, torna esse espaço público mais seguro" (Clara, 32a).

Nos chamou atenção que, diferentemente das considerações feitas pelo jovem Guilherme, as narrativas dos mais maduros não explicitam os cidadãos como protagonistas dos espaços, como agentes de transformação, mas, sim, como usuários daquele ambiente. Essa vertente de espaços coletivos que convidam ao protagonismo aparece também no discurso de outros jovens. Porém, para que o território seja convidativo e acolhedor ao mosaico de identidades que o compõem, Lola destaca que é importante que também seja acessível. Destacamos que a jovem extrapola a ideia básica de acessibilidade, normalmente associada a conceber espaços que oportunizem condições de uso com segurança e autonomia por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Eu transformo território visando um ambiente não só pautado na coletividade, mas também na acessibilidade. E não só a acessibilidade inclusiva, mas a de linguagem também. Eu acho que quando você consegue se comunicar com as pessoas falando a língua delas, entendendo a realidade delas, eu acho que você pega num ponto que toca de verdade. Não é só o "vou atuar aqui, porque é legal para o meio ambiente" (Lola, 23a).

O relato de Lola, ao reconhecer que todos estão aptos a serem protagonistas na vida pública, vem carregado da ideia de cidadania de Maria Benevides (1994). Para a autora, ser cidadãos vai além de exercer seus direitos e cumprir seus deveres. Ser cidadão é assumir uma função social (1994), é ser protagonista na construção do espaço público.

Vale destacar ainda o que Lola chama de incluir diversas linguagens. Para o filósofo russo Bakhtin (2008), a multiplicidade de vozes equivalentes - equipolentes, nas palavras do autor - expressam os diferentes pontos de vista acerca de um mesmo assunto.

Elas são equipolentes na medida em que mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes de um grande diálogo inconcluso. Essas vozes representam uma multiplicidade de consciências e seus mundos que se combinam numa unidade de acontecimento (MARCUIZZO, 2008).

Emprestamos o conceito de polifonia de Bakhtin para reforçar a noção de que é de

sejável que um território seja polifônico, ou seja, acessível a todas as linguagens. A jovem acredita que o ambiente deve convidar para a atuação socioambiental a multiplicidade de consciências - e seus mundos - que vivenciam aquele espaço. As jovens Luana e Isabela corroboram a narrativa de Lola, destacando que existem diferentes realidades e essa abertura para a diversidade facilita com que outros cidadãos se sintam pertencentes ao movimento socioambiental.

Existem muitas realidades, então, eu atuo para um ambiente que entenda todas as línguas e que essa questão de cuidado com o meio ambiente e tudo mais, que seja uma língua universal para todo mundo. Independente se você é de lugar X ou Y (Luana, 23a).

E eu fico pensando como é que a gente consegue fazer com que as pessoas sintam vontade de participar das coisas coletivamente? As pessoas vão de casa para o trabalho, daí tem algum processo coletivo, participativo, tem muita gente que só não tem energia pra participar. Então, eu tento pensar em formas de acolher todas essas pessoas e tornar [a ação] leve e acolhedora para elas também (Isabela, 25a).

Os jovens formados pelo Carta chamam a atenção para uma questão interessante: é fundamental que o movimento socioambiental seja flexível/plástico/elástico a fim de permitir que cada um se expresse de sua forma, como sujeitos sociais da ação. Ou seja, como seres humanos que carregam consigo suas histórias e seus desejos, porém estão abertos ao mundo (CHARLOT, 2000). Para a socióloga Maria da Glória Gohn agregar é preciso pois "sem engajamento dos indivíduos enquanto sujeitos, nada acontecerá nem haverá progresso" (GOHN, 2014, p. 26).

Narrativas que almejam um território mais verde, saudável, equitativo e com justiça social apareceram nas vozes dos outros participantes em ambos os grupos. Os Carteiros atuam no território compartilhando tais motivações, porém há diferença na forma como as gerações enxergam o vínculo entre sua atuação profissional e seu engajamento socioambiental. Para Susie,

A gente vai atuar de formas diferentes em relação à idade. Hoje, por exemplo, eu gostaria de ter mais idade do que eu tenho. Eu vejo alguns colegas que estão super atuantes porque já estão aposentados e fazendo coisas incríveis. E eu ainda estou no processo de muito trabalho e sobra pouco tempo para me dedicar ao que eu gostaria. Mas como a pergunta é - e

se eu tivesse menos de 30, talvez eu procurasse algo dentro da minha área em que eu pudesse atuar profissionalmente com o meio ambiente. E procuraria também uma aproximação política, porque eu acho que o meio ambiente precisa desse diálogo. A gente não consegue fazer muita coisa sem essa proximidade com a política (Susie, 52a).

Susie é arquiteta e se envolveu no movimento ambiental mais madura. O jovem Pedro, que também é arquiteto, desde sua graduação buscou direcionar sua carreira a fim de conciliar sua atuação profissional com seu engajamento social. Seidl (2014) valida a juventude como sendo o momento ideal para esse casamento. Ao final da adolescência, quando a vida social pública fica mais intensa, os sujeitos podem buscar vertentes na sua área de formação que se aproximem do movimento ambientalista. Essa fase é a ideal para essa guinada pois, com a entrada na fase adulta, “em determinado momento da vida, [o jovem] afasta-se parcial ou momentaneamente do ativismo e, como se costuma dizer, vai cuidar de sua vida” (SEIDL, 2014, p. 61).

Se eu tivesse menos de 30 anos e se eu tivesse a consciência que eu tenho hoje, eu teria tomado um rumo um pouco diferente. Eu não teria feito economia, mas, sim, geografia, justamente para poder me instrumentalizar um pouquinho melhor. Juntaria cognitivamente tudo o que eu vivi e levaria para construir um processo um pouco mais estruturado, mais focado nessa questão do meio ambiente. Eu seria isso! Eu não seria também isso (Sílvia, 56a).

Esse desejo em unir engajamento socioambiental como a atuação profissional está presente nas narrativas dos jovens da Roda de Conversa. Lucca, o mais novo do grupo, relata que se tivesse mais de 30 anos sua “atuação seria mais profissional, porque já estaria formado como agrônomo e ia poder usar a profissão para atuar em alguma ação” (Lucca, 18a). Percebe-se que para a juventude entrevistada, a atuação profissional está fortemente vinculada ao desejo de transformar o território. Luana, que cursa o último semestre da graduação, reafirma a colocação de Lucca ao dizer “eu não sei se eu mudaria muito a minha cabeça, talvez sim. Mas eu vou na do Lucca, também. Porque já vou estar na minha profissão e vou seguir minha atuação com educação ambiental” (Luana, 23a).

Ainda neste exercício imaginativo de se colocar em outra geração, Lola e de Paula es-

peculam sobre a virtude do diálogo.

Se eu tivesse menos de 30, o diálogo com outros grupos seria um pouco mais fácil. A gente percebe que sendo um pouco mais maduro, a gente tem uma certa dificuldade. Muitos não nos entendem, muitos não dialogam no nível que a gente deseja, então fica um pouco mais difícil [a comunicação] (de Paula, 72a).

Quando eu tiver mais de 30 anos, talvez o meu tato esteja mais aguçado e a minha escuta também esteja melhor. [Talvez] assim, eu consiga dialogar da maneira correta com as pessoas (Lola, 23a).

Em seu depoimento, de Paula exprime um incômodo em, por vezes, não ser compreendido ou não conseguir estabelecer a conexão desejada com o outro. Talvez esteja se referindo a uma rigidez na escuta que pode caracterizar algumas pessoas maduras e, em sua narrativa, fica tácita a importância da flexibilidade. Por outro lado, Lola aposta na maturidade para aprimorar sua paciência e escuta. Cabe lembrar que tornar as diversas vozes equivalentes foi apontado pelos jovens, especificamente por Lola, como uma das qualidades desejáveis nos territórios. Isso explica porque a jovem aspira que a maturidade aprimore sua virtude do diálogo.

Outro ponto de destaque nas narrativas da juventude é o reconhecimento de que as gerações mais maduras têm muito a ensinar em função de sua experiência. Assim, aconselhar as futuras gerações e contribuir na formação dos sujeitos é visto como uma potencial forma de atuação.

Eu acho que a experiência, ela traz muitos aprendizados e isso é muito importante. As nossas ações se tornam mais efetivas, porque nós já lidamos com várias outras situações e isso consolida esse aprendizado, alguns erros, alguns vícios que você já passou, você não vai passar mais. E se eu tivesse mais de 30 anos, minha atuação seria também de formar a galera, dar conselhos, de trazer indicações do que eu já passei e que essa galera pode passar (Guilherme, 26a).

Assim como Guilherme, diversos jovens também se apoiam na maturidade para aprimorar sua atuação e partilha de conhecimentos. Para José Mateus, quando ele tiver mais de

30 anos, sua atuação também seria nesse sentido, “de compartilhar o máximo possível do que sei, do meu conhecimento” (José Mateus, 25a). O olhar de admiração acerca da experiência dos mais maduros, torna-se mais evidente com a terceira provocação apresentada, sobre as potencialidades do encontro intergeracional.

Novamente a virtude do diálogo proporcionada pelo encontro entre as gerações se faz presente. José Mateus destaca que dividir espaço com outras gerações possibilita entender o contexto social no qual as identidades daqueles outros sujeitos foram se formando. O encontro intergeracional

desperta em mim aquela sensação ‘nossa, quando crescer, quero ser igual a ele’. No sentido de ‘quando tiver na sua idade’ quero ainda estar lutando por aquilo que eu acredito. (...) E de tentar, realmente, ver além dessa questão da troca de experiência. Se aprende muita coisa sobre o passado porque a pessoa vai falar ‘ah, na minha época era assim, assim, assado’. Então, a gente compreende um pouco mais como era antigamente, como eram as visões de mundo e certos pontos de vista (José Mateus, 25a).

O discurso de José Mateus resgata o conceito de sujeito social de Charlot (2000), destacando a importância de não separar o indivíduo de suas relações e de seus vínculos geracionais e territoriais. Essa mesma narrativa está presente na colocação de Luana, ao falar com admiração sobre a convivência e troca de experiências com pessoas de outras gerações que militam ao seu lado.

Esse encontro pra mim é como o José Mateus falou: ‘Quando eu crescer, eu quero ser igual você’, sabe? Porque quando a gente tá aqui a gente pensa na transformação e não é fácil, é muito difícil. Ver as pessoas mais velhas e o que elas conseguiram, saber pelo que a pessoa passou, o que aconteceu... E aí, na minha própria caminhada, no meu próprio processo, você consegue ver que é difícil só que vale a pena! Então, me dá também uma esperança, sabe, de ver que você está no seu processo, que está batalhando por uma coisa melhor e que você não tá sozinho, que tem gente do seu lado. Eu acho que quem é mais velho, traz essa esperança. [Na dúvida, você pensa] ‘Será que é isso mesmo?’ Aí você vê a pessoa, onde ela estava, o que ela passou, o que ela conquistou. Isso ajuda, dá mais vontade, mais garra de

seguir no caminho (Luana, 23a).

Ao analisar o discurso de Luana, notamos que o exemplo de vida dos mais maduros traz esperança e calma à impulsividade da juventude. Por outro lado, o encontro com os mais novos rejuvenesce e alegria a atuação dos mais experientes.

O encontro intergeracional, pra mim foi muito benéfico. Quando eu fiz o Carta, eu já tinha 52 anos, e assim como a Susie mencionou, eu também perdi muito tempo da minha vida no mercado corporativo. E acho que cuidar do meio ambiente é cuidar também da humanidade, cuidar dos nossos fatores humanos. Eu só me dediquei a isso após 2010. Eu tinha saído de uma empresa e eu vi que a minha trajetória de vida não tinha deixado um legado para o meio ambiente, para a sociedade. E aí eu mudei. Conhecer os jovens do Carta, quando eu já era bem maduro, com mais de 50 anos, reacendeu a chama da juventude em mim mesmo (Álvaro, 57a).

Esses encontros, como o que a gente tá vivendo agora, esse encontro entre gerações, eu acho muito gostoso, porque a gente vê jovens, pessoas de meia idade e pessoas mais experientes falando sobre o mesmo assunto, sobre a mesma vontade de transformar. Isso é muito gostoso! A gente encontra energia nos mais jovens (de Paula, 72a).

As potencialidades do encontro com o diverso ficam evidentes em ambos os grupos. Essa aposta feita pelo Programa Carta da Terra em Ação tem se mostrado muito acertiva. O programa se inspira na filosofia de Spinoza, que afirma que a potência de agir de um corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou travada em função de como esse corpo é afetado (SPINOZA, 1983). Assim, o Carta reconhece que cada sujeito pode ser afetado de inúmeras formas, por diversos estímulos, sejam eles do próprio território ou pelo contato com outras identidades diversas. Esse encontro influenciara na potência de agir, o ânimo do indivíduo.

“Este é o grande convite do Programa Carta da Terra em Ação: promover o encontro e colocar para dialogar um grupo de pessoas que seja representativo da diversidade de São Paulo” (PONTALTI & SALOMÃO, 2018, p.17). Para as autoras, implantar um programa de educação ambiental que propõe formar agen-

tes socioambientais urbanos significa atrair para a formação e “garantir lugar de fala à todas as tribos, guetos, movimentos e ideologias” na transformação do espaço público (PONTALTI & SALOMÃO, 2018, p.17). Cabe destacar que o Carta não foca, especificamente, em promover encontros intergeracionais. Para o programa, esse é um dos recortes possíveis e existem muitos outros que também devem ser levados em consideração.

Sobre essa diversidade de vozes, não são todos os jovens que relatam boas memórias sobre encontros intergeracionais. Isabela, Nadine e Lola trazem outros olhares sobre experiências passadas.

Eu acho que o encontro intergeracional desperta em mim entusiasmo. Mas nem sempre foi assim, principalmente nas eleições de 2018, né? Muita coisa foi bem difícil nessa parte (Isabela, 25a).

Eu não sou tão otimista, não. Os espaços que eu frequento, que rolam esse encontro intergeracional, são sempre de um pouco desdém em relação a atuação da juventude, um pouco de ‘aham, você tá chegando agora’. E muitas dessas pessoas que são mais velhas, usam desse fato para justificar as merdas que eles falam e fazem. E são pessoas que têm acesso a informação, que estão dentro do debate, dos mais variados debates sociais e de minorias, mas que continuam nesse rolê arcaico. Eu já tive bastante conflito com isso em alguns espaços, e não tem sido boas experiências. Não tem sido muito acolhedor esse espaço intergeracional (Nadine, 29a).

Eu acho que o que desperta em mim é metade euforia, metade desespero, sabe? Eu sinto que eu fui ter contato com gerações mais velhas de pessoas ativas, quando eu comecei a frequentar a UMAPAZ. Eu acho que a UMAPAZ abriu as portas pra eu pensar ‘não, a galera de outras gerações é ativa. Eles são foda’. Acho que toda referência que eu tinha, os espaços que eu permeava, falando até pela minha família, eram de pessoas não ativas socialmente. Presas nessa rotina de tramar, voltar, cuidar do filho, cuidar da casa e não ter uma participação tão ativa na sociedade. O Carta me trouxe, me deixou próxima de pessoas que eu falei ‘Caralho, viado, quero ser assim quando eu crescer’. Então, eu acho que o que me desperta é euforia, e desespero dessa galera que é difícil de dialogar sabe? Na minha trajetória trabalhando em restaurante, tentando implementar a

reciclagem [separação dos resíduos], a galera não queria ajudar. [Diziam] ‘Você acredita mesmo nisso? Não funciona. O mundo tá perdido’. Não, mano, me escuta! Eu nem falei ainda! Por que tu não quer me escutar? Então, essa mente fechada me deixa meio assim, querendo chacoalhar as pessoas, mas eu sei que eu não posso fazer isso (Lola, 23a).

Os relatos trazidos por essas jovens conversam com inquietações apresentadas nas entrevistas realizadas por Cristo (2017) e nos estudos de Souza (2006), ao evidenciar que o engajamento socioambiental pode ser encarado como um tipo de educação não-formal, portanto pode contribuir para o empoderamento da juventude e sua transformação em um ator social. O silenciamento levantado pelas jovens desperta em Pedro um olhar reflexivo sobre sua atuação com crianças. O jovem se coloca atento para não repetir um modelo que julga inadequado.

Tem essa questão da relação com os mais novos. Eu fico bem empolgado. Eu sempre gostei de trabalhar com criança e isso me instiga demais. Eu tenho esse pensamento de não querer ser como algumas [pessoas] das gerações mais velhas, de não ser duro. Sei lá, pegar umas coisas meio Freirianas [em referência ao educador Paulo Freire]. Buscar ensinar as pessoas e aprender com elas nesse mesmo processo. Eu vivo muito essa crise. [Algumas] pessoas que falam ‘ah, essa geração de hoje é mi mi mi, são muito fraco psicologicamente’. Isso me cansa, sabe? Porque se você for ver o que a gente tá atravessando socialmente, eu acho que ninguém tem sanidade mental pra poder atravessar isso, sabe? É muito complicado quando vem gente mais velha falar ‘ah, o mundo tá desse jeito e vocês não aguentam. Tem que aguentar!’. Eu acho que não. Eu acho que isso é uma das coisas que motiva a gente a transformar. Não dá pra aguentar do jeito que tá! Eu vivo essa crise, de empolgação, de aprendizado com os mais velhos, mas também é muito conflituoso pra mim (Pedro, 25a).

Ao serem provocados a pensar em encontros intergeracionais, os jovens trouxeram dores de vivências que extrapolam o universo das ações socioambientais no âmbito do Pro-

grama Carta da Terra em Ação. Em seus discursos notamos que reivindicam seus espaços nas discussões e decisões da sociedade em que vivem. O educador Paulo Freire (2011) reconhece que essa formação de consciência política é um caminho espontâneo e eficiente para que o indivíduo se perceba e assimile o mundo que o cerca, atribuindo sentido e significado à sua existência em relação ao mundo.

É preciso que o cidadão sinta que, para uma transformação maior, o seu engajamento é necessário. Não basta que simplesmente tenha interesse em melhorar as condições de vida de sua comunidade (BRENNER, 2014). O que Brenner chama de interesse, traduzimos nesta pesquisa como desejo de construir territórios mais coletivos, que promovam o pertencimento e o protagonismo dos cidadãos que usufruem desse espaço. A autora ressalta que é fundamental que os sujeitos sintam que sua participação será percebida como necessária.

Essa percepção apontada por Brenner dialoga com as devolutivas recebidas na Roda de Conversa à provocação “Os jovens estão menos nas etapas de planejamento e mais na ação?”. Este questionamento foi feito com os grupos unidos novamente em uma única sala. Todos manifestaram a necessidade de não separar planejamento de ação. E negaram que, nos encontros intergeracionais que participam, os jovens estejam apartados da fase de planejamento. Pedro foi o primeiro a falar e criticou a provocação feita.

Eu achei essa pergunta meio mecanicista, como se o planejamento e a prática fossem dissociados. Eu penso que a prática é integrada ao planejamento. E se a gente tá num ambiente que integra as diversidades em todas as suas formas, incluindo a geracional, eu penso que o jovem vai estar incluído na etapa de planejamento (Pedro, 25a).

A primeira parte da contestação apresentada por Pedro esteve presente na fala de outros convidados. Contudo, pode passar despercebido por muitos o adendo feito pelo jovem ao ressaltar a importância do ambiente ser convidativo a todas as identidades. Em diversos momentos estes jovens entrevistados explicitam o que para eles é algo trivial: o ambiente mais do que acolher a diversidade, deve convidá-la. Desta forma, assim como preconizado por Brenner (2014), os sujeitos sentem

que sua contribuição é necessária.

É interessante perceber que, nos complementos feitos pelos não-jovens, o envolvimento de cada sujeito em uma fase ou outra da atuação socioambiental se dará com base no perfil do indivíduo. “Eu percebo que não tem a ver com idade, eu acho que tem a ver com o perfil da pessoa” (Susie, 52a). “Eu também acho que não é uma característica da geração em si, é uma característica mais individual. Tem gente que gosta de planejar. Eu gosto de planejar” (Álvaro, 57a).

Concordamos que a aptidão deve ser levada em consideração, porém, segundo os relatos apresentados, inferimos que a visão de mundo dos não-jovens trabalha com o acolhimento da diversidade que aparece no processo de mobilização e engajamento. Provocada pelo conjunto das interações, Silva questiona o grupo:

Quando eu olho pra essa pergunta, eu vejo de duas formas. Eu vejo partindo do indivíduo em relação a forma com que ele atua, e também como as coisas são feitas em relação aos jovens. Será que as pessoas que são mais maduras, quando vão ao planejamento, elas levam em conta a importância de incluir os jovens no planejamento? Na concepção do planejamento? Ou elas trazem o jovem já para a implementação, justamente porque o jovem é ativo, tem energia, tem essa habilidade, essa capacidade de execução tão potente? Eu acho que, talvez, a gente deixe a desejar. Eu acho que as pessoas que são mais maduras, muitas vezes, tendem a achar que o conhecimento é de direito desta geração. É um pouco o que eu sinto. É um pouco da arrogância dos mais maduros em relação àqueles que são mais jovens (Silvia, 57a).

A reflexão trazida por Silvia, sobre a postura dos envolvidos na construção de uma ação, destaca a importância de que todo o processo seja convidativo à participação. Não basta desejar a inclusão, é preciso ser proativo e buscar a diversidade. Somente sendo sujeito da ação, ou seja, pensando, discutindo e refletindo sobre sua atuação é que podemos auxiliar a juventude, ou qualquer outro indivíduo, em seu desenvolvimento integral. Ainda nesse contexto, Alexandre complementa a provoca-

ção trazida por Silvia.

Em alguns projetos, o que estraga é quando uma pessoa não escuta. Aí, acaba que as pessoas se desinteressam de participar e vão saindo. A questão é a pessoa ter a generosidade da escuta sempre, independente de quem seja (Alexandre, 43a).

Notamos que, ao reunir todos em um só grupo, à medida que as colocações foram sendo feitas, começa-se a criar uma consciência coletiva sobre a não concordância com a divisão por faixas etárias. Podemos atribuir esse movimento, parte pela trajetória de vida dos convidados, mas também por essa subdivisão ser desconstruída ao longo da formação que eles cursaram no Carta.

Nesse contexto, Lola, sempre a mais provocativa durante toda a roda de conversa, toma a palavra.

Inclusive, eu acho meio chato esse recorte de idade. Na ‘sincera’ mesmo. Eu penso que território é constituído por pessoas. E fazer esse recorte numa ação, acaba sendo limitador. Pensando o território como um espaço que várias pessoas ocupam, para fazer uma ação nele ‘a boa’ é todo mundo fazer junto, sabe? Claro que não vou colocar uma pessoa de 90 anos pra pegar numa enxada! Mas no geral, é isso (Lola, 23a).

Assim como para os participantes, refletir sobre o recorte de idade não condiz com a visão do Programa Carta da Terra em Ação. Para nós, pesquisadoras e coordenadoras do Carta, a diversidade de participantes está no DNA4 do programa e é o meio utilizado para convidar os futuros Carteiros a um processo de abertura e reflexão.

E o que é criar um ambiente de abertura e questionamento se não propiciar o encontro de participantes com realidades tão distintas, formações e visões de mundo diversas e, com eles, exercitar a escuta, a presença e a intenção da construção de uma coletividade transformadora? (PONTALTI; SALOMÃO, 2018, p.22).

4 Empréstado da biologia, empregar o termo DNA significa dizer que a multiplicidades de olhares sobre a cidade compõem a identidade do Programa.

O programa aposta que a transformação da cidade passa por uma transformação que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Para facilitar esse processo, a convivência com distintas realidades favorece a ampliação do olhar e da escuta. Assim como em ações socioambientais nos territórios, o inicialmente embates de ideias surge e causa desconforto. Portanto é fundamental manter atenção para que esses encontros sejam traduzidos em bons encontros que aumentem a potência de agir dos integrantes (SPINOZA, 1983).

A Roda de Conversa foi se encaminhando para o final com os participantes concluindo que o recorte etário é um dos possíveis. Porém, o recorte ideal para uma atuação socioambiental é aquele que consegue abarcar a maior diversidade de identidades.

Esse é o ideal. Quando você consegue ter todas as identidades representadas, [a necessidade do] planejamento fica mais forte, porque contemplar todo mundo torna a coisa mais complexa. Mas quando acontece é o melhor resultado possível. É o mais complexo. É o mais difícil. É democraticamente perfeito! Tipo um sonho (Nadine, 29a).

Eu acho que isso é que vai fazer com que as pessoas se sintam pertencentes a aquele lugar (Susie, 52a).

Você dá potência para aquilo que você pretende fazer. A gente não fala de idade, não fala de gênero, não fala de nada. A gente tem uma missão conjunta, um propósito que une todas essas pessoas, dentro de toda essa diversidade, de todas as possíveis matizes. E de uma forma [que] promove a diversidade, integra os olhares, possivelmente fazendo com que o produto final seja mais rico. Isso fortalece porque a ação ganha uma identidade que extrapola aquele momento específico (Silvia, 56a).

É o recorte ideal, porque, quando tem um grupo que promove uma ação, e esse grupo é todo mundo meio que é igual, a gente acaba não prestando atenção em pautas que são importantíssimas. Eu acho que essa diversidade de identidade dentro de uma ação, seria o modelo ideal para todas as ações (Lola, 23a).

As falas finais da Roda de Conversa evidenciam o que esse grupo de Carteiros entende e busca em suas ações de transformação territorial. Quando estimulados a pensar que ideal de cidade eles buscam, apreendemos que almejam um território que, mais do que agregar a diversidade de identidades, favoreça o pertencimento desses sujeitos sociais àquele lugar, despertando e promovendo a corres-

ponsabilização e inspirando os cidadãos a se engajarem nas transformações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, não se percebe grande diferença no ideal de cidade perseguido por jovens e não-jovens. Com base na Roda de Conversa realizada com 16 integrantes formados pelo Programa Carta da Terra em Ação, compreendemos que, em grupos intergeracionais, os jovens não ficam apartados do planejamento, contradizendo a hipótese levantada inicialmente.

Não encontramos evidências que comprovem a crença do senso comum, de que o jovem traz energia, impulso ou renovação da esperança aos não-jovens. O que observamos, pelo contrário, é que o encontro com a maturidade é vista e sentida, por esses jovens, como inspirador.

Por fim, acreditamos que o maior achado desta pesquisa é descobrir que a diferença na atuação reside na relação dos jovens e não-jovem com a diversidade. Conforme foi pontuado durante este artigo, os mais maduros reconhecem e têm internalizado a importância de acolher as diversas identidades que compõem o território. Por sua vez, os jovens esforçam-se mais para convidar, atrair, e estimular que o divergente venha fazer parte do movimento ambientalista.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Problemas da poética de Dostoiévski. Tradução Paulo Bezerra. 4a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 33, p. 5-16, 1994.
- BOY, D.; MAXEL, A.; ROCHE, A. Jeunes ecologists: un portrait en creux. IN: PERRINEAU, P. L'engagement politique; declin ou mutation? Fundación Nacional des Sciences Politiques, Paris, 1994, p. 267 - 290.
- BRASIL, Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- BRENNER, A. K. Jovens e militância política. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (Orgs.). Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs.). Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.
- CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre, 2000.
- FREIRE, P. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- KRISCHKE, P. J. Perfil da juventude brasileira: questões sobre cultura política e participação democrática. INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 1, n. 2, p. 3, 2004.
- MARCUZZO, P. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. Cadernos do IL, v. 1, n. 36, p. 2-10, 2008.
- MELUCCI, A. A invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, n. 5-6, p. 134-150, Mai/Jun/Jul/Ago, Set/Out/Nov/Dez. 1997.
- NORRIS, P. The evolution of election campaigns: Eroding political engagement. Cambridge: Harvard University, 2004.
- PONTALI, D. SALOMÃO, L. Carta da Terra em Ação: a formação de agentes socioambientais urbanos em São Paulo. In: INOJOSA, R. M. (org.) Educação para o Desenvolvimento Sustentável: metodologias e experiências. Curitiba: CRV, p.15-30, 2018.
- RECHDAN, M. L. A. Dialogismo ou polifonia. Revista de Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2003.
- RIBEIRO, A. C. T. Territórios jovens: técnica e modos de vida. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (Orgs.). Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- SOUZA, R. M. O discurso do protagonismo juvenil. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SPINOZA, B. Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética. Tradução e notas de M. S. Chauí. 3a ed. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores. 1983

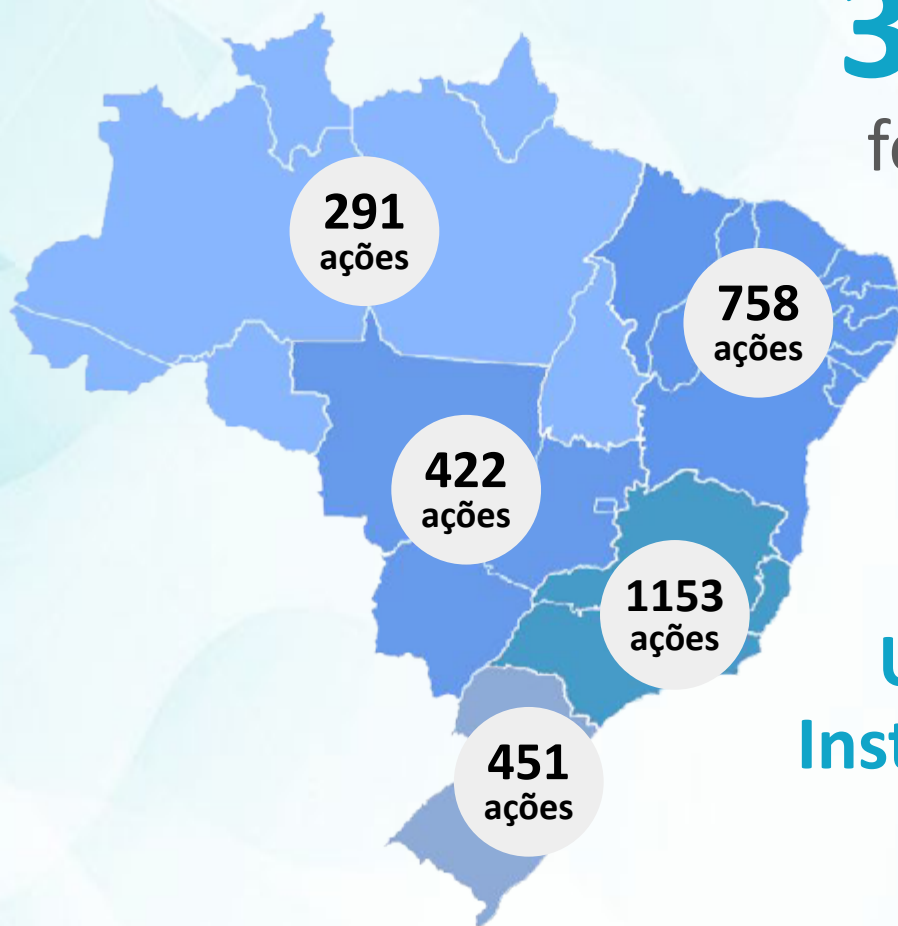


Universidades contra COVID-19

Projeto **Ciência Popular** | Mapeamento em formato aberto:
<https://bit.ly/CienciaPopular> e site: www.cienciapopular.org

Saiba mais sobre as iniciativas das
Universidades contra a COVID-19

3.075 ações
foram mapeadas



dentre **265**
Universidades e
Institutos no Brasil

UNE

EU DEFENDO

A EDUCAÇÃO



Acesse e garanta seu Documento Nacional do Estudante. Além de fortalecer as entidades estudantis, você garante seu direito à meia-entrada.